

**A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e
Diogo do Couto - Índícios de um (des)governo
português na Índia quinhentista**



Maria Manuela Pinto Soares Baptista

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Lisboa, 2014

**A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e
Diogo do Couto - Indícios de um (des)governo
português na Índia quinhentista**

Maria Manuela Pinto Soares Baptista

Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em
Estudos Portugueses Multidisciplinares

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Avelar

Lisboa, 2014

Ilustração da capa: adaptação das imagens retiradas dos sítios www.agrup-pm.net e http://paraisodolivro.blogspot.pt/2013_03_01_archive.html [Consult. 2014-05-14].

RESUMO

A presente dissertação toma como objeto de estudo as obras *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático* de Gaspar Correia e Diogo do Couto respetivamente, com o intuito de demonstrar o importante contributo destes trechos narrativos para a compreensão do enfraquecimento do império português no Oriente.

Em segundo lugar, visa relacionar os dois cronistas que, apesar de terem vivido em circunstâncias temporais distintas, encontram-se ligados através da crítica analítica que empreenderam relativamente à Índia portuguesa, e cuja veracidade histórica advém dos factos presenciados e consequentes relatos narrados na primeira pessoa.

O trabalho é também uma forma de divulgar dois autores que não são tão amplamente referenciados como, por exemplo, os casos de João de Barros ou Fernão Lopes de Castanheda, mas que nem por isso são de somenos importância.

Assentando na temática da receção historiográfica à cronística da expansão, este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo dá a conhecer o perfil biobibliográfico dos dois cronistas, enquadrando-os no seu tempo, através da menção aos aspetos essenciais da conjuntura político-cultural e socioeconómica do reino português.

O segundo capítulo contextualiza e descreve de forma sumária as *Lendas da Índia*, apresentando aspetos relacionados com a alteridade, os feitos dos portugueses e indícios da sua má governação recorrendo, para o efeito, ao estudo de caso da governação de D. Duarte de Meneses entre 1522 e 1524.

O terceiro capítulo debruça-se sobre *O Soldado Prático*, efetuando uma introdução da obra e referenciando as críticas efetuadas por Diogo do Couto ao funcionalismo na Índia, através da denúncia dos excessos cometidos pelos agentes régios no espaço asiático. O quarto e último capítulo efetua uma análise comparativa dos dois autores e suas obras, observando os pontos em que diferem e onde convergem.

Realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, esta dissertação reflete uma interdisciplinaridade entre a Literatura e a História no sentido de contribuir para a ampliação do conhecimento historiográfico de uma época tão proveitosa em produção escrita como foi a da expansão portuguesa quinhentista.

Palavras-chave: século XVI, Gaspar Correia, Diogo do Couto, cronística da expansão, decadência da Índia portuguesa.

ABSTRACT

The purpose of the current work is to examine *Lendas da Índia* and *O Soldado Prático* of Gaspar Correia and Diogo do Couto respectively, in order to show the important contribution of these works for the understanding of the weakening of the Portuguese empire in the East.

This study also intends to relate these two chronicle writers that, despite having lived in different times, they are connected through their critical analysis towards Portuguese India and that the historical veracity comes from the fact that they have witnessed what they wrote.

The thesis is also an opportunity to present these authors that are not so often referred as, for instance, João de Barros or Fernão Lopes de Castanheda, but are not less important.

Based on the historiographical issue related to the Expansion chronicles, this work is divided into four sections. The first one provides a profile of their lives and work, mentioning the most important political, cultural, social and economical aspects of the Portuguese reign.

The second section contextualizes and describes *Lendas da Índia* in a brief way, providing information concerning the Other, the Portuguese deeds and evidence of misgovernment and giving as an example the case of Duarte de Meneses who was Governor of India between 1522 and 1524.

The third section looks into *O Soldado Prático* by introducing this work and presenting critics made by Diogo do Couto to the functionalism in India and telling the excesses committed by the royal agents in the Asian space. The fourth and last section makes a comparative analysis of both writers and its works, pointing out the items where they differ and where they converge.

This thesis was performed under the Master Course in Multidisciplinary Portuguese Studies, reflecting an interdisciplinarity between Literature and History in order to give a contribution for the increase of historical knowledge in such a proliferous time concerning written production as the Portuguese Expansion was.

Keywords: 16th Century, Gaspar Correia, Diogo do Couto, Expansion chronicles, Portuguese India decay.

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Avelar, que apesar de todas as vicissitudes pessoais, esteve sempre presente com o seu valioso contributo na orientação deste trabalho e na organização das temáticas aqui desenvolvidas.

Aos professores e colegas do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, edição 2011-2013, cujos debates e troca de ideias me possibilitaram ampliar conhecimentos.

À minha mãe, pela sua paciência e bondade e ao José Carlos, pela sua compreensão e ajuda neste percurso solitário mas enriquecedor.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – GASPAR CORREIA E DIOGO DO COUTO: DOIS PERFIS DO SÉCULO XVI.....	19
1.1 GASPAR CORREIA	20
1.1.1 <i>O percurso de vida</i>	21
1.1.2 <i>A produção escrita</i>	24
1.1.3 <i>O cronista e o contexto histórico</i>	27
1.2 DIOGO DO COUTO	34
1.2.1 <i>Biografia</i>	34
1.2.2 <i>Obras</i>	36
1.2.3 <i>A época de Diogo do Couto</i>	38
CAPÍTULO II – OS DESMANDOS NO ORIENTE NAS LENDAS DA ÍNDIA E O PERÍODO DE 1522-1524	45
2.1 BREVE PERCURSO PELAS LENDAS DA ÍNDIA.....	45
2.1.1 <i>Contextualização, resumo e influência da obra no reino português</i>	47
2.1.2 <i>A alteridade no espaço asiático</i>	56
2.1.3 <i>Os feitos no Oriente</i>	61
2.1.4 <i>O mau comportamento dos portugueses</i>	65
2.1.5 <i>Exemplos de má administração</i>	68
2.2 DUARTE DE MENESES E OS PRIMEIROS SINAIS DE DECADÊNCIA.....	73
2.2.1 <i>A governação entre 1522 e 1524</i>	76
2.2.2 <i>A animosidade dos locais</i>	79
2.2.3 <i>Da ganância e da corrupção</i>	81
2.2.4 <i>Mais indícios do declínio</i>	88
CAPÍTULO III – DOS DESENGANOS NA ÍNDIA NO(S) SOLDADO(S) PRÁTICO(S)	97
3.1 DESCRIÇÃO E ENQUADRAMENTO DA NARRATIVA	98
3.1.1 <i>Atribuições e dualidade da obra</i>	101
3.1.2 <i>O Soldado Prático e a crise a Oriente</i>	106
3.2 DO DIÁLOGO DO SOLDADO PRÁTICO PORTUGUEZ (A PRIMEIRA VERSÃO)	107
3.2.1 <i>A mediocridade dos pilotos</i>	107
3.2.2 <i>O funcionalismo régio</i>	109
3.2.3 <i>As despesas e a escassez monetária</i>	111
3.2.4 <i>No tempo dos bons governadores</i>	114
3.3 DO SOLDADO PRÁTICO (A SEGUNDA VERSÃO)	116
3.3.1 <i>Crítica à administração na Índia</i>	117
3.3.2 <i>O comportamento dos agentes régios portugueses</i>	119
3.3.3 <i>Evidências de deslealdade ao rei</i>	125
3.3.4 <i>A Índia de pernas acima</i>	130
3.3.5 <i>Responsáveis pela decadência</i>	133
CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA.....	139
4.1 GASPAR CORREIA E DIOGO DO COUTO.....	139
4.2 LENDAS DA ÍNDIA E O SOLDADO PRÁTICO	146
CONCLUSÃO.....	155
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXOS	CLXXIX

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia dos reinados no tempo de Gaspar Correia.....	27
Quadro 2 - Cronologia dos reinados no tempo de Diogo do Couto	39
Quadro 3 - Resumo esquemático do Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858	48
Quadro 4 - Resumo esquemático do Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, 1859.....	49
Quadro 5 - Resumo esquemático do Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860.....	49
Quadro 6 - Resumo esquemático, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861	50
Quadro 7 - Resumo esquemático do Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862.....	50
Quadro 8 - Resumo esquemático do Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, 1863.....	51
Quadro 9 - Resumo esquemático do Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, 1864	52
Quadro 10 - Resumo esquemático, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866.....	52
Quadro 11 - Capítulos analisados sobre a alteridade no espaço asiático	61
Quadro 12 - Capítulos analisados sobre os feitos no Oriente.....	65
Quadro 13 - Capítulos analisados sobre o mau comportamento dos portugueses.....	68
Quadro 14 - Capítulos analisados sobre os exemplos de má administração	72
Quadro 15 - Quadro sinótico da governação de Duarte de Meneses.....	91
Quadro 16 - Índice dos capítulos contidos no primeiro <i>Soldado Prático</i>	103
Quadro 17 - Índice dos capítulos contidos no segundo <i>Soldado Prático</i>	104
Quadro 18 - Capítulos abordados no primeiro <i>Soldado Prático</i>	116
Quadro 19 - Argumentos constantes do segundo <i>Soldado Prático</i>	117
Quadro 20 - Capítulo abordado no segundo <i>Soldado Prático</i>	119
Quadro 21 - Capítulos abordados no segundo <i>Soldado Prático</i>	125
Quadro 22 - Capítulos abordados no segundo <i>Soldado Prático</i>	130
Quadro 23 - Capítulos abordados no segundo <i>Soldado Prático</i>	133
Quadro 24 - Capítulos abordados no segundo <i>Soldado Prático</i>	138
Quadro 25 - Esquema biográfico comparativo dos dois cronistas	143
Quadro 26 - Vice-reis e governadores no tempo dos dois cronistas	144
Quadro 27 - Comparação sucinta das <i>Lendas da Índia</i> e <i>O Soldado Prático</i>	153

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Desenho da fortaleza de Ormuz por Gaspar Correia.....	23
Ilustração 2 - Principais estabelecimentos portugueses na Ásia.....	47
Ilustração 3 - D. Duarte de Meneses	73
Ilustração 4 - Desenho do governador Jorge Cabral por Gaspar Correia.....	148

INTRODUÇÃO

O século XVI foi pródigo em descobertas e explorações ultramarinas iniciadas pelo povo luso ainda no dealbar de Quatrocentos com a conquista de Ceuta, em 1415. Várias são as razões apontadas para a génese da expansão portuguesa: desde os objetivos políticos e económicos, passando pelas motivações comerciais e religiosas, os portugueses tiveram motivos de sobra para deixar o país e rumar a novas terras e novas culturas. Por exemplo, a difusão da fé cristã e a evangelização dos povos além-mar constituíam *per se* motivação suficiente para os missionários se deslocarem para terras extra-europeias.

Os judeus são outro exemplo de como as medidas tomadas pela coroa portuguesa, nomeadamente, o Édito de Expulsão de 1496, a conversão forçada e a instauração da Inquisição em 1536, favoreceram a saída de um dos mais importantes grupos associados ao desenvolvimento da astronomia e da navegação, com papel de relevo na génese dos descobrimentos portugueses.¹ Deixar o reino português era, com efeito, uma forma de fugir à pobreza ou às perseguições por motivação religiosa.²

A par destas questões surgem também outras no âmbito dos Descobrimentos que vieram também a manifestar-se no palco da expansão portuguesa como o prova a coletânea da autoria de Bernardo Gomes de Brito intitulada *História Trágico-Marítima* onde são coligidos os relatos referentes a inúmeros naufrágios causados por «[...] galeões excessivamente carregados de preciosidades [...] deficiente reparação do costado das naus [...] galeões e carracas construídos com madeiras apodrecidas ou impróprias para suportar o embate das águas dos oceanos [...]».³

Para além das questões técnicas, o jogo de interesses perpetrado pelas classes nobres afastou os competentes pilotos portugueses dos comandos das naus substituindo-os por indivíduos pouco preparados para os desafios que a navegação em alto mar colocava. Testemunhos evidentes dessa incompetência, e também inexperiência, podem

¹ Anita Novinski, *O Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos*, p. 65.

² «Para muitos, a emigração constituía menos uma janela de oportunidades do que uma fuga à pobreza, à discriminação, a condições de vida inaceitáveis e à coação», in A. J. R. Russell-Wood, *Fluxos de Emigração*, p. 225.

³ Maria Ema Tarracha Ferreira, *Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, p. 31.

ser encontrados em relatos dos naufrágios da nau Conceição,⁴ da nau S. Paulo⁵ ou da nau Santiago⁶ onde Diogo do Couto se teria perdido.

A questão da preparação insuficiente da tripulação portuguesa, em consequência do favoritismo ou corrupção que nomeava para piloto um protegido da Corte, ignorante e incompetente em detrimento de um marinheiro conhecedor e experimentado⁷, seria também alvo de crítica por parte de Gil Vicente na sua peça *Triunfo do Inverno*.⁸

A este propósito, menciona-se aqui o segundo volume de *As Obras de Gil Vicente*, com direção científica de José Camões, onde a referida peça está incluída e onde se podem observar evidências desta crítica aos pilotos portugueses através da seguinte passagem:

«[...] MARINHEIRO	Quem vos houve a pilotagem pera a Índia desta nau? Porque um piloto de pau sabe mais na marinhagem.
PILOTO	Fernão Vaz verdade é que me acho eu cá reboto porque nunca fui piloto senam lá pera Guiné.
MARINHEIRO	Esta é ua errada que mil erros traz consigo ofício de tanto perigo dar-se a quem nam sabe nada. Este ladrão do dinheiro faz estes maus terremotos que eu sei mais que dez pilotos e sempre sou marinheiro». ⁹

⁴ «Aos dezoito dias de Julho houve vista do Cabo de Boa Esperança, onde nos houvéramos de perder, porque estávamos entre o Cabo Falso, e o Cabo das Agulhas: o piloto, e o mestre não conhecendo a terra, foram-se assim metendo com a nau na enseada, e quis Nosso Senhor, que donde o vento ventava sul, se mudasse ao noroeste, com o qual saímos dali [...]», in Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, vol. 1, p. 140. Para além de ficar patente neste excerto a incompetência dos pilotos, o autor recorre também ao providencialismo para justificar neste caso o retorno da nau à rota correta.

⁵ «Por ser o nosso piloto novo nesta carreira, e ser esta a primeira vez que vinha do reino neste ofício [...] meteu-se tanto na terra da costa da Guiné, que estivemos muito perto de acabar aqui todos [...]», in idem, p. 288.

⁶ «Aquele dia à tarde houve uma grande e geral alegria, cuidando que tinham já passado o Baixo, e assim como foram horas, todos os que não haviam de vigiar, se deitaram entre as camas muito alvoraçados para a bonança do mar, que dali até Goa lhe diziam os marinheiros haviam de achar; senão quando estando todos na força do primeiro sono [...] deu esta nau, quando tocou, três pancadas temerosíssimas, e logo largou o fundo [...]», in Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, vol. 2, p. 446.

⁷ Leonor Curado Neves, *Inverno e Verão*, pp. 22-23.

⁸ Esta tragicomédia foi apresentada ao rei D. João III, em Lisboa, em 28 de Abril de 1529, aquando do terceiro parto de D. Catarina de modo a celebrar o nascimento da infanta Isabel. A peça gira em torno de uma festa que assinala o fim do inverno e o início do verão. O inverno é aqui caracterizado pela estação dos furacões e a este propósito surge uma nau prestes a naufragar em consequência dos favores prestados a uma tripulação incompetente, in *Inverno e Verão* de Leonor Curado Neves.

⁹ Gil Vicente, *Inverno e Verão*, pp. 95-96.

Estes indícios associados a crescentes episódios de desgoverno e corrupção dos funcionários portugueses na Ásia, em concreto na Índia, e relatados na extensa historiografia dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, suscitaram interesse em procurar figuras que tivessem vivenciado este período quinhentista mas que, simultaneamente, ainda não tivessem sido alvo de uma análise mais demorada.

Enquadram-se no perfil atrás referenciado os nomes de Gaspar Correia e Diogo do Couto que têm sido menos evidenciados se se comparar com outros nomes da cronística lusa como os casos de Damião de Góis, Duarte Barbosa ou João de Barros, e cuja escassa produção científica dedicada a uma abordagem concomitante a estes dois autores é disso prova.

Das obras de Correia e Couto, a opção recaiu sobre as *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático* respetivamente. A razão destas escolhas prende-se com a consciência histórica que os seus autores e as suas narrativas denotam, ao descreverem episódios que presenciaram e ao analisarem esses acontecimentos de forma crítica. Dentro desta lógica as *Lendas da Índia* indiciam os excessos cometidos pelos portugueses no Oriente e os perigos decorrentes dessa conduta, e *O Soldado Prático* reforça essa análise fornecendo, inclusivé, diretivas de como evitar as consequências que se adivinhavam incontornáveis.

Apesar de os dois autores terem vivido períodos temporais diferentes, isso não constituiu um obstáculo à constatação de uma relação de complementaridade factual nas duas narrativas merecendo, por essa razão, uma investigação mais aprofundada.

Procurou-se, assim, revelar as importantes fontes documentais que elas constituem e o seu contributo e valor historiográfico para a clarificação da problemática relacionada com a génese da decadência do império português na Índia, com a mais-valia de os dois terem sido testemunhas presenciais.

Os estudos que de forma mais significativa se debruçaram sobre a vida de Gaspar Correia resumem-se a um biógrafo antigo, Barbosa Machado e três mais recentes, Rodrigo José de Lima Felner, o primeiro editor das *Lendas da Índia*, Aubrey Bell e o professor Manuel Lopes de Almeida.¹⁰

Os trabalhos de António Banha de Andrade denominados *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente?* e *Gaspar Correia: Inédito* e a dissertação de mestrado de Maria João Carvalho intitulada *Gaspar Correia e Dois Perfis de*

¹⁰ António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia: Inédito*, p. 5.

Governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira abordam a vida deste cronista e especificidades da sua obra como o caso de Maria João Carvalho que foca a problemática da causalidade histórica e causalidade providencialista.

O livro *Visões do Oriente Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos* de Ana Paula Avelar debruça-se sobre alguns cronistas de Quinhentos, confrontando as suas biografias e obras. O caso de *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, publicação também da mesma historiadora, permite conhecer a perspetiva dos cronistas no que concerne aos locais onde viveram e as gentes com as quais se cruzaram em terras distantes. Em ambas, Gaspar Correia encontra-se presente através da análise da sua vivência a Oriente e do seu registo narrativo *Lendas da Índia*.

Comparativamente, Diogo do Couto tem mais estudos realizados em torno da sua pessoa e da sua obra *Soldado Prático*. Manuel Severim de Faria terá sido muito provavelmente o seu primeiro biógrafo ao relatar a vida deste cronista nos seus *Discursos Vários Políticos*.¹¹

Aubrey Bell, no seguimento do que já tinha acontecido com Gaspar Correia também dedicou um trabalho ao percurso e obra de Couto, tendo outros autores seguido o mesmo método de divulgação como os casos de António Lourenço Caminha com as *Obras Inéditas de Diogo do Couto*, de António Coimbra Martins com a *História de Diogo do Couto e dos Seus Livros* e *Em Torno de Diogo do Couto* e Rui Manuel Loureiro com o título *A Biblioteca de Diogo do Couto*.

Quanto ao trecho narrativo em questão, António Coimbra Martins publicou, *Uma Questão de Método Sobre O Soldado Prático* em 1985, *O Primeiro Soldado Prático*, em 2001 e António Farinha de Carvalho estudou Diogo do Couto baseando-se no *Soldado Prático* resultando no livro *Diogo do Couto, O Soldado Prático e a Índia*.

Outros registos do cronista como sejam as *Décadas* foram alvo de investigação por parte de outros autores como é o caso de Maria Augusta Lima Cruz que se debruçou sobre a *Década Quarta* e a *Década Oitava* da Ásia ou Maria Celeste Moniz com a dissertação de mestrado intitulada *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*.

Sobre a temática de fundo relacionada com os descaminhos no espaço asiático, surgiram trabalhos importantes para a análise da problemática em questão. Assim, George Davison Winius redigiu uma obra denominada *A Lenda Negra da Índia*

¹¹ Obra publicada em 1624 que inclui a biografia de Diogo do Couto relatada no Discurso III, pp. 148-157.

Portuguesa onde, para além de dissecar a problemática da génese da corrupção, confronta o texto de Diogo do Couto com um manuscrito que tem permanecido praticamente desconhecido do meio académico e que foi escrito pelo soldado português Francisco Rodrigues da Silveira, onde este enfatiza a deficiente eficácia militar portuguesa a Oriente.

A este propósito o artigo de Priscila de Lima *Uma Leitura do Arbitrismo Português a partir das Obras O Soldado Prático e da Reformação da Milícia do Estado da Índia Oriental* inclui a comparação dos trabalhos de Diogo do Couto e Francisco Rodrigues da Silveira, salientando «[...] a crítica ao modelo do império oriental, conjuntamente com os arbítrios sobre a territorialidade, a crítica à corrupção desenvolvida pelos oficiais portugueses e as reformas militares».¹²

Relativamente aos estudos que se focam nos indícios de uma decadência anunciada registam-se os ensaios de Maria Leonor Cruz *Os «Fumos da Índia»: uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa e Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa: um Equacionar de Motivações, Perdas e Ganhos, em Fontes Literárias do Século XVI* que chamam para a reflexão as questões relacionadas com a utilidade da exploração ultramarina devido aos efeitos perniciosos que esta acabou por causar no reino português.

As formas de enriquecimento dos portugueses no Oriente plasmam-se em títulos como *Antes de Existir o Brasil: os Portugueses na Índia entre Estratégias da Coroa e Táticas Individuais* de Andréa Doré e *Degredados e Arrenegados Portugueses no Espaço Índico, nos Primórdios do Século XVI* de Maria Augusta Lima Cruz.

Estes artigos servem de base a uma reflexão sobre os degredados e os renegados no ultramar que pretendiam livrar-se das políticas centralizadoras de Afonso de Albuquerque e das políticas de cariz mais liberal de Lopo Soares de Albergaria¹³ que terão muito possivelmente levado a um engrossar da lista relacionada com atos de corrupção no espaço oriental.

¹² Priscila de Lima, *Uma Leitura do Arbitrismo Português a Partir das Obras O Soldado Prático e da Reformação da Milícia do Estado da Índia Oriental*, p. 221.

¹³ Andréa Doré refere que «[...] a política [...] de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), marcada por «grande soltura», foi responsável pelo despovoamento das praças portuguesas, com a dispersão das guarnições interessadas em se dedicar à mercancia», in *Antes de Existir o Brasil: os Portugueses na Índia entre Estratégias da Coroa e Táticas Individuais*, p. 180.

Outra questão importante para esta discussão prende-se com «[...] a lógica das reciprocidades e recompensas inerentes ao sistema das mercês da sociedade do Antigo Regime em Portugal entre os séculos XVI e XVII»¹⁴ abordada no artigo *O Soldado Prático e a Lógica de «Economia do Dom»* de Maria Eduarda Marques.

Cabe aqui também referenciar António Coimbra Martins que na sua *Génese da Obra de Couto (1569-1600)* menciona que é intenção de Couto apresentar a data da perda da independência como o início de uma época dourada sob o domínio castelhano¹⁵ revelando bajulação ao rei espanhol a troco de honras e mercês.¹⁶

Por fim, a cobiça e a ambição como vetores importantes na génese da crise na Índia foram analisadas ainda por António Coimbra Martins num trabalho sob a designação *O Primeiro Soldado Prático* editado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, e que introduz nesta problemática o facto de já anteriormente se encontrar, em Espanha, uma obra de contornos idênticos à de Diogo do Couto, onde era também enunciada a experiência de um soldado sob a forma de diálogo literário.¹⁷

Relativamente à metodologia, iniciou-se este estudo pela procura e recolha de informações inseridas em fontes históricas impressas patentes essencialmente na Biblioteca Nacional de Portugal e na internet, de modo a verificar o estado da arte e adquirir bases para o desenvolvimento da presente dissertação. Para o mapeamento de dissertações, teses, artigos e livros que abordassem a temática em estudo foram utilizadas as chaves de pesquisa apresentadas em resumo.

As informações retiradas da internet foram maioritariamente coligidas de sítios de pesquisa, tais como, o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e a Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE), e alguns livros em formato eletrónico foram retirados do sítio Google Books. Relativamente à ortografia, a presente dissertação segue as diretivas do novo acordo ortográfico.

De modo a facilitar a leitura, este trabalho apresenta as citações, referências bibliográficas e outras informações necessárias à compreensão da problemática devidamente identificadas sob a forma de notas de rodapé. Estas tiveram em

¹⁴ Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, *O Soldado Prático e a Lógica de «Economia do Dom»*, p. 130.

¹⁵ António Coimbra Martins, *Sobre a Génese da Obra de Couto (1569-1600)*, p. 138.

¹⁶ Maria Celeste Moniz, op. cit., p. 34. Esta autora refere, porém, que Diogo do Couto, contrariamente ao ponto de vista de António Coimbra Martins, revela um «[...] desapontamento progressivo, quase contínuo, em relação às instituições e aos governantes. A sua crítica a D. Sebastião é particularmente dura», idem, p. 41.

¹⁷ António Coimbra Martins, *O Primeiro Soldado Prático: Diogo do Couto*, p. 13.

consideração as disposições contidas na edição revista e atualizada de *Normas para a Apresentação de Trabalhos Científicos* de Carlos Ceia.¹⁸

Esta dissertação prioriza a transcrição dos relatos contidos nas obras aqui em foco como forma de ilustrar os factos que foram sendo apurados, relacionados com o (des)governo português na Índia.

Tal como já foi referido, a base de estudo partiu da leitura das *Lendas da Índia* e do *Soldado Prático*, tomando em consideração a vertente histórica e política como forma de perscrutar os indícios da decadência do império português na Índia.

No que concerne às fontes primárias, relativamente às *Lendas da Índia*, consultou-se a versão digitalizada da edição da Academia Real das Ciências, sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, com um total de quatro tomos, publicada entre os anos 1858 e 1866. A escolha da versão em linha justifica-se pela facilidade de consulta que o formato eletrónico proporciona à investigação.

Para o estudo do *Soldado Prático* utilizou-se de modo mais assíduo a versão denominada *O Soldado Prático*, da Sá da Costa Editora, sob a responsabilidade de M. Rodrigues Lapa do ano de 2008, que reproduz tanto quanto possível o diálogo atribuído ao cronista, e que foi adquirida propositadamente para este estudo.

Prestou-se também atenção à versão mais antiga denominada *Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, considerado o primeiro manuscrito do *Soldado Prático*, incluído na edição da Academia Real das Ciências e da responsabilidade de António Caetano do Amaral, publicada em 1790 sob o título *Observações sobre as principaes causas da decadência dos portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em forma de diálogo, com o título de Soldado Prático*, cujo propósito foi o de dar a conhecer a perspetiva contida na versão menos corrente da obra acerca dos desmandos na Índia portuguesa.

Pretendeu-se também examinar a relação entre os trabalhos dos dois autores, com a convicção de demonstrar que Diogo do Couto representa a continuidade de um trabalho iniciado por Gaspar Correia e que consubstancia os excessos a Oriente denunciados por este último na primeira metade do século XVI.

¹⁸ Carlos Ceia refere que «quando temos necessidade de fazer uma referência bibliográfica em nota de rodapé, não é necessário apresentá-la completa, se essa informação vai ocorrer na bibliografia. Neste caso, regista-se apenas o autor, o título e a página», in *Normas para a Apresentação de Trabalhos Científicos*, p. 44. Acresce a isto o facto de, ainda segundo o mesmo autor, também não haver necessidade da inversão nome próprio/apelido «[...] pois uma nota de rodapé não é uma lista bibliográfica, logo tal inversão é absurda [*sic*] por não haver necessidade de alinhar alfabeticamente vários nomes de autores», *idem, ibidem*.

Relativamente à estrutura, a presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos em que o primeiro capítulo apresenta uma introdução aos autores das narrativas aqui em estudo, abordando de forma sintética as vivências pessoais, o contexto histórico e a produção escrita de ambos.

Obedecendo a uma lógica cronológica, o segundo capítulo tem o seu enfoque na narrativa de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, uma obra que tem como balizas temporais o período compreendido entre 1497 e 1550.

Após uma apresentação da narrativa procurou-se, em termos gerais, introduzir passagens textuais demonstrativas da alteridade no espaço asiático, dos feitos no Oriente, do comportamento menos positivo dos portugueses e da sua evidente má administração. Não descurando estes parâmetros mas tendo em conta a extensão da obra selecionou-se alguns exemplos ilustrativos dos aspetos atrás referidos, tendo como critério principal a intenção de abranger as oito partes que constituem os quatro livros da versão eletrónica das *Lendas da Índia*.

Em termos concretos o estudo de caso recaiu sobre a governação de Duarte de Meneses, que ocorreu entre 1522 e 1524, cujo trecho narrativo encontra-se no Livro Segundo, Tomo II, Parte II, editado em 1861 pela Academia Real das Ciências. Esta decisão apoiou-se no facto de este governo ser dos primeiros a revelar sinais de que algo não ia bem na Índia portuguesa. Além disso, o brilhante desempenho de Duarte de Meneses em África não fazia adivinhar a desprestigiante governação que iria ter na Índia portuguesa. Por fim, o facto de este não ser um governador muito estudado despoletou interesse em tentar perceber melhor a sua ação no Oriente.

O terceiro capítulo debruçou-se sobre as duas versões que se conhecem do *Soldado Prático*, as diferenças existentes entre ambas e as evidências apresentadas por Diogo do Couto em forma de diálogo para denunciar os descaminhos do governo português na Índia quinhentista.

O quarto e último capítulo efetuou uma análise comparativa entre os dois autores e entre as suas obras aqui em estudo, nomeando as diferenças e afinidades no que concerne aos seus modos de analisar a sociedade na qual ambos, cada um no seu tempo, se encontravam inseridos.

Este trabalho pretende, de modo geral, dar um contributo para o avanço do conhecimento no âmbito dos cronistas da expansão e dos acontecimentos por eles revelados, através da mais-valia que representa o testemunho presencial de Gaspar Correia e Diogo do Couto no espaço asiático.

Em termos específicos, espera-se que as obras em análise destes dois autores concorram para a compreensão das causas que levaram a que o reino português se visse envolvido num processo de desorientação política, económica e social em terras do Oriente.

CAPÍTULO I – Gaspar Correia e Diogo do Couto: dois perfis do século XVI

*O cronista é entendido também ele como arquitecto da História que escreveu, como agente que se deseja objectivo tradutor de uma realidade, apesar de sujeito do devir temporal*¹⁹

Tomando como ponto de partida uma cultura escrita, chega-se à cronística da expansão, inaugurada por Fernão Lopes de Castanheda com *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* a propósito da sua emigração para o Oriente e consequente relato na primeira pessoa dos acontecimentos ligados aos portugueses por paragens orientais.²⁰

Para além dos vários agentes que registaram o passado histórico, também as temáticas foram diversificadas desde a preocupação com a descrição da multiplicidade de espaços geográficos referenciados, por exemplo, por Duarte Barbosa no seu *Livro das Cousas da Índia*²¹ até à preocupação de alguns cronistas em registar o que de menos positivo acontecia no império português ultramarino²², sendo neste último perfil que se enquadra as figuras alvo do presente estudo.

Apesar de terem vivido a maior parte da sua existência no século XVI, as vidas de Gaspar Correia e Diogo do Couto ocuparam espaços temporais diferentes: o primeiro viveu durante a primeira metade quinhentista, tendo o segundo vivido maioritariamente na segunda metade da mesma centúria.

¹⁹ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, p. 17.

²⁰ «[...] tomei ho trabalho de fazer esta, do descobrimieto & conquista da India que os Portugueses fizerão, assi por mandado do muito famoso & bem afortunado Rey dom Manuel vosso pay, como pelo de. V.A.& pera serem diulgadas pelo mundo as notaueis façanhas que fizerão com ajuda de nosso Senhor neste descobrimento & conquista [...]», in Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento & conquista da India pelos portugueses*, Livro I, prólogo.

²¹ Ana Paula Avelar, *Da História e da Literatura: Percursos de uma Expansão*, pp. 342-343. Cf. Duarte Barbosa que declara «[...] tendo eu [...] navegado grande parte da minha mocidade pelas Indias descobertas em nome de el-Rei nosso senhor; e, tendo viajado por muitos e vários países vizinhos à costa, e visto e ouvido varias cousas que julguei maravilhosas e estupendas [...] resolvi-me a escrevê-las para beneficio de todos [...]», in *Livro em que dá Relação do que Viu e Ouviu a Oriente*, p. 13.

²² A este propósito Aurélio de Oliveira refere que «não se desdenha escrever as acções na sua múltipla dimensão: das acções mais heróicas e humanitárias (...) aos actos e acções mais vis e repugnantes, porque tudo isso constitui a história total do homem», in *Nos Rumos da Modernidade*, p. 141.

Os seus percursos de vida foram semelhantes se se tiver em conta que ambos permaneceram no reino português por um curto espaço de tempo; rumaram ainda muito jovens para terras do Oriente num contexto relacionado com a milícia na Índia; viveram na Goa «dourada»²³; evidenciaram uma conscientização histórica do meio em que se inseriam, e recorreram à escrita como forma de denunciar as situações menos claras que iam observando na administração portuguesa ultramarina.

Assim, e antes de se proceder à análise das suas narrativas, importa apresentar estas duas figuras através de uma breve análise dos seus percursos biográficos, da sua produção escrita e enquadrando os dois autores no seu tempo como forma de compreender como os aspetos político-culturais e sócio-económicos se refletiram no conteúdo dos textos que serão adiante objeto de análise.

1.1 Gaspar Correia

Dado que se pretende expor em traços gerais a vida deste cronista e pelo facto de não abundar muita informação a seu respeito, muito devido à problemática em torno da sua homónimia que não permite asseverar com exatidão os dados recolhidos²⁴, procurou-se dar mais enfoque à sua vivência no espaço oriental porque foi aí que a sua figura se destacou, quer no desempenho de cargos de relevância ao serviço do reino português na Índia, quer em termos de produção escrita.

²³ Assim denominada por Charles R. Boxer.

²⁴ A afirmação de Ana Paula Avelar sobre os «[...] diferentes homónimos que se encontram nos documentos da Torre do Tombo [...], in *Visões do Oriente*, p. 19 e os obstáculos explanados por António Alberto Banha de Andrade no seu estudo *Gaspar Correia: Inédito*, pp. 6-10, corroboram a dificuldade em obter uma informação precisa.

1.1.1 O percurso de vida

A escassez de dados biográficos anteriormente referida leva a que a data exata do nascimento de Gaspar Correia não seja conhecida, crendo-se que o historiador terá nascido em 1492 de acordo com dedução do Prof. Lopes de Almeida feita a partir do facto de se calcular a data de nascimento com base na idade em que se podia começar a ser moço de Câmara²⁵, tendo sido a paternidade atribuída a Aires Botelho, comendador de S. Martinho das Feixedas, no Bispado de Viseu.²⁶

Terá entrado ao serviço do Paço como Moço da Câmara Real em 3 de Março de 1506 e terá embarcado para a Índia em 1512²⁷, na armada de Jorge de Melo Pereira²⁸ para aí viver por mais de 50 anos²⁹, tendo desempenhado várias funções, algumas das quais lhe terão permitido «[...] ser testemunha pessoal de muitos dos acontecimentos narrados e privar com os seus protagonistas».³⁰

Exemplo disto é o facto de ter acompanhado o capitão-mor de Malaca, Jorge Cabral, em 1528, por forma a socorrer Maluco contra o rei de Tidore, «[...] para que não caducassem na posteridade as heroicas façanhas que os Portuguezes tinhaõ obrado no Oriente, sendo de muitas testemunha ocular [...]».³¹

A sua vida foi, portanto, mais vivida além-mar do que aquém-mar e entre os vários cargos ocupados no Oriente contam-se o lugar de escrivão, que lhe permitiu um acompanhamento regular do governador Afonso de Albuquerque³², o cargo de vedor nas obras de Goa³³ e o cargo de almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim.³⁴

²⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, 1975, introdução de M. Lopes de Almeida, p. VII.

²⁶ Ana Paula Avelar, *Correia, Gaspar*, p. 1.

²⁷ António Alberto Banha de Andrade, op. cit., pp. 6-7.

²⁸ Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa: Renascença*, p. 466.

²⁹ Gaspar Correia refere claramente «[...] com cincoenta e dous anos de seruiço n'estas partes [...]», in *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862, p. 356. Mais adiante alude à mesma questão: «e digo eu d'esta cousa porque, agora que ysto escreuo, passa de cincoenta annos que ando n'este rodizio d'este seruiço [...]», idem, p. 437.

³⁰ A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, p. 301.

³¹ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, p. 317.

³² «Do que este Clerigo escreveo depois se fizeram muitos treslados, de que eu vi os pedaços d'hum deles em poder d'Affonso d'Albuquerque, entre huns papeis velhos, que eu Gaspar Correa o serui tres anos de seo escrivão [...]». Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. 134. Na Lenda de Afonso de Albuquerque, o cronista repete a mesma questão: «e eu Gaspar Correa, que este liuro escreuo, fuy hum dos seus escriuães, que com elle andey tres anos», in *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860, p. 46.

³³ António Alberto Banha de Andrade, op. cit., p. 8. Cf. Gaspar Correia, «então me disse a mym Gaspar Correa, que eu era vedor das obras da cidade [Goa], que derrubasse a capella [...]», in *Lendas da Índia*, Livro II, Tomo II, Parte I, 1860, p. 472.

³⁴ «O que todo eu Gaspar Correa via passar, que era presente, que seruia o cargo d'almoxarife do almazem da Ribeira», in *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 891.

Para além de narrador ficou também ligado a atividades artísticas³⁵ como a elaboração de desenhos de lugares, nomeadamente, de Malaca³⁶, Calecute³⁷ e Ceilão³⁸, tendo também orientado a pintura de retratos de diversos governadores da Índia conforme se infere da seguinte passagem, referente ao capítulo LLXXIII relacionado com o governador D. João de Castro:

«O Governador, como era curioso de fazer cousas memoraues que ficassem per sua lembrança, pareceolhe bem fazer alguma memoria dos Governadores passados. E chamou a mim Gaspar Correa, por ter entendimento em debuxar, e porque eu lá tinha vistos todos os Governadores que tinham governado n'estas partes ; e me encomendou que trabalhasse por lhe debuxar per natural todos os Governadores per natural. No que me acupey com hum pintor homem da terra, que tinha grande natural, o qual, pola enformação que lhe dey, os pintou de natural de seus rostos, que quem os primeiro vio em vendo sua pintura logo os conhecia. Onde também o Governador se mandou pintar natural, assy armado como entrára no triumpho».³⁹

D. João de Castro terá visto na arte do desenho um meio de perpetuar a sua imagem e a de anteriores figuras ligadas à governação da Índia portuguesa tendo-se, para o efeito, socorrido de Gaspar Correia. Por outro lado, o recurso ao desenho e à pintura é «[...] algo que acompanha o processo descritivo deste cronista»⁴⁰ servindo estas técnicas artísticas como complemento à sua narração.

É assim que a ilustração seguinte, um desenho de Gaspar Correia representando a fortaleza de Ormuz, constitui tal como os desenhos atrás referidos, exemplos válidos de registos gráficos da História.

³⁵ Ethel Pope, *India in Portuguese Literature*, p. 69. Cf. Lima Felner que na Notícia Preliminar refere que «querendo dar mais cabal idéa do que descrevia, o nosso historiador [Gaspar Correia], que se presava de entendido na arte de debuxar, ajunctou á sua obra desenhos feitos por elle, que embora nada valham como objectos d'arte, tem o merecimento da fidelidade, quanto aos trajos dos governadores e vice-reis, e ás vistas das fortalezas, de que já não ha pedra sobre pedra», in *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. XXVIII.

³⁶ Desenho entre a p. 250 e 251, in *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860.

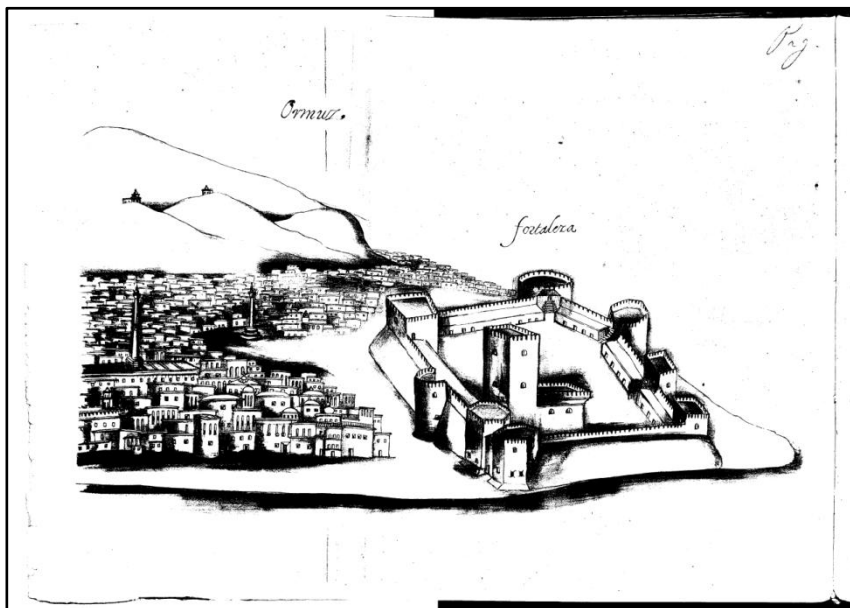
³⁷ Desenho entre a p. 330 e 331, in *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860.

³⁸ Gaspar Correia terá acompanhado o Governador Lopo Soares na sua expedição a Judá e Ceilão em 1517, como testemunham os desenhos elaborados que realizou dos dois locais e referenciados por Aubrey Bell em *Gaspar Corrêa*, p. 8. Judá está representada através do desenho inserido entre a p. 494 e 495, e Ceilão encontra-se inserta entre a p. 540 e 541, ambos os desenhos em *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861.

³⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, pp. 596-597.

⁴⁰ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, p. 70.

Ilustração 1 - Desenho da fortaleza de Ormuz por Gaspar Correia



Fonte: *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, pp. 438-439

Apesar da sua maior vivência na Índia, o cronista em questão regressou a Portugal provavelmente em 1529, uma vez que assinou o seu nome em Lisboa no livro das moradias desse ano⁴¹, mas a sua estada foi breve uma vez que nas últimas semanas de 1530 estaria ocupado nos preparativos de um seu catur⁴² de acompanhamento do Governador Nuno da Cunha, que partiu de Goa em 1531 com o intuito de atacar Diu⁴³.

Segundo Barbosa Machado, o local de falecimento de Gaspar Correia terá sido Goa⁴⁴ mas Aubrey Bell refere uma morte violenta em Malaca⁴⁵, muito provavelmente pelas denúncias que efetuou contra a violência das autoridades na Índia, queixando-se da falta de justiça que imperava por aquelas paragens tendo mesmo denominado alguns governadores de «[...] tiranos cobiçosos [...]».⁴⁶

Aliás, o próprio cronista haveria de referir que não tencionava mostrar os seus escritos porque estava convicto de que escrever a história da Índia poderia ser uma tarefa perigosa sob pena de se tornar um praguejador⁴⁷. Teófilo Braga corroborou esta desconfiança do cronista ao aludir que Correia teria sido assassinado por Henrique

⁴¹ De acordo com Notícia Preliminar referida por Lima Felner. In *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. VIII.

⁴² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862, p. 391.

⁴³ Aubrey Bell, op. cit., p. 12.

⁴⁴ Diogo Barbosa Machado, op. cit., p. 317.

⁴⁵ Aubrey Bell, op. cit. pp. 18-19.

⁴⁶ Gaspar Correia, op. cit., p. 437.

⁴⁷ Aubrey Bell, op. cit., p. 62. V. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, 1858, p. 2.

Mendes a mando de Estevão da Gama.⁴⁸ Já no final do seu registo narrativo *Lendas da Índia*, Gaspar Correia referia que a Índia estava cheia de assassinos que regressavam a casa sem receio de serem punidos, sendo recebidos em glória, contrariamente ao que seria expectável:

«[...] parecendome que dos males, que via hir em tanto crescimento, visse algum emendado per castigo. Vendo tantos homicidos n'elles, que vão ao Reyno sem temor algum de justiça, do ceo nem da terra, de grandes dilitos, por roubar christãos e mouros, e todo pouo, naturaes e estrangeiros, e tão grandes offensas contra Deos, que parecem impossives de crer; vendo todos passar ante ElRey sem castigo * de * taes ofensas feyras á realeza de seu estado (...) vendo que os de grandes culpas muy condenados, de que se esperaua castigo, no Reyno som glorificados [...]».⁴⁹

Com efeito, no seu estudo sobre Correia, Aubrey Bell refere que a morte de Gaspar Correia teria ficado documentada através de um manuscrito descoberto na Torre do Tombo de Lisboa, em 1891, pelo Dr. António Maria de Freitas. Esse manuscrito seria uma petição, não-datada, de Anna Vaz, viúva do cronista, que em seu nome e em nome do filho de ambos, pedia castigo para os assassinos.⁵⁰

1.1.2 A produção escrita

Segundo António Alberto Banha de Andrade, os bibliógrafos portugueses atribuem apenas uma produção escrita a Gaspar Correia, as *Lendas da Índia*, obra elaborada nas duas últimas décadas da sua vida, entre 1550 e 1565⁵¹, abrangendo o período de 1497 a 1550, tendo apenas visto a luz do dia em 1858, graças à iniciativa da Academia Real das Ciências.⁵²

Consistindo em quatro livros, editados em Lisboa, entre 1858 e 1866, o primeiro livro tem como balizas temporais os anos de 1497 e 1510, e conta a lenda de 13 anos desde o descobrimento da Índia até ao ano de 1550. O segundo livro prossegue com a

⁴⁸ Teófilo Braga, op. cit., p. 466.

⁴⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, pp. 729-730. Cf. Diogo do Couto «[...] porque nunca se procede contra os criminosos, e sempre se livram, e Deus sabe como», *O Soldado Prático*, 2008, p. 29 ou ainda na afirmação de Couto «[...] quem morreu, morreu, e o matador passeia logo [...]», idem, p. 56.

⁵⁰ Aubrey Bell, op. cit., pp. 23-24.

⁵¹ António Banha de Andrade, op. cit., p. 13.

⁵² Prefácio do Prof. Doutor José Vitorino de Pina Martins à obra *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, de Gaspar Correia, edição de 1992.

narração dos feitos de portugueses como Lopo Soares ou Diogo Lopes de Sequeira e alude à lenda de 17 anos que termina em 1526. O terceiro livro narra os feitos de Pero Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha. Por fim, o quarto livro aborda os factos acontecidos na Índia entre 1538 e 1550, durante os governos de Garcia de Noronha, Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral.

A ideia de escrever a história da Índia ter-lhe-á surgido de um livro de notas do capelão de Vasco da Gama, João Figueira, que encontrou entre velhos papéis de Albuquerque, e cujo conteúdo revelava o relato da viagem de regresso da Índia para Portugal, em 1499.⁵³ Todavia Gaspar Correia também terá escrito as *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das suas Vidas*, entre 1532 e 1534.⁵⁴

Relativamente à escrita, o cronista em causa é por vezes apontado como pouco correto na linguagem utilizada. É o caso de Latino Coelho quando denuncia, a propósito das *Lendas da Índia*, que Gaspar Correia narra «[...] na simplicidade do seu estylo e na incorrecção habitual da sua linguagem»⁵⁵ e se refere a ele como «[...] o incorrecto chronista das *Lendas* [...]».⁵⁶ Também o Prof. Rodrigues Lapa verbera a linguagem de Correia caracterizando-a como «[...] pouco literária, ingramatical».⁵⁷

Crê-se que não seria pretensão de Gaspar Correia escrever um tratado de literatura mas sim descrever da forma mais precisa possível os acontecimentos nos quais tomou parte, ostentando o título de «[...] historiador mais antigo, na efetiva elaboração de passar os feitos portugueses no Oriente aos vindouros».⁵⁸

É de notar que, segundo Luis de Albuquerque, é «[...] pelo visualismo do que descreve e pela proximidade do objeto oriental e pela sua sensibilidade para captar a civilização que o rodeia, aspectos não atingidos pelos cronistas seus contemporâneos, que, principalmente, Gaspar Correia é hoje considerado».⁵⁹

Aubrey Bell refere que Correia esteve na Índia quarenta anos antes do primeiro volume das *Décadas* de João de Barros ter sido publicado; trinta e nova anos antes da história de Fernão Lopes de Castanheda surgir e trinta anos antes do nascimento de

⁵³ Aubrey Bell, op. cit., p. 60. V. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, 1858, p. 134.

⁵⁴ Ana Paula Avelar, *Correia, Gaspar*, p. 2.

⁵⁵ Latino J. M. Coelho, *Fernão de Magalhães*, p. 139.

⁵⁶ Idem, p. 156.

⁵⁷ Rodrigues Lapa, *Historiadores Quinhentistas*, p. 94.

⁵⁸ António Banha de Andrade, *Gaspar Correia, o 1º historiador português do Oriente?*, p. 679.

⁵⁹ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 296.

Diogo do Couto, pelo que se poderá atribuir ao cronista o título de primeiro historiador da Índia.⁶⁰ Aliás, o próprio cronista considera-se o primeiro historiador ao referir que:

« [...] por nom auerem costume de os Reys terem cronistas que escreuessem suas cousas ; que forão tantas, como se passarião em tantos annos de reynados de tão famosos Reys. E por assy estar em antigo costume em nossa patria portugueza, e terem que he ponto d'abatimento de alguem falar louvando seus feitos, por grandes que sejam, por tanto nom ouue alguem, *que* tomasse por gloria escrever e cronizar o descobrimento da India, tão milagroso, e *depois suas* conquistas, feitas per tão illustres capitães (...) fiz este breue sumario de lendas, em que entitoley o primeyro liuro do começo do descobrimento da India feito per dom Vasco da Gama [...]».⁶¹

Por outro lado, as *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, de Gaspar Correia, prefaciadas pelo professor doutor José Vitorino de Pina Martins,⁶² constituem, segundo este autor, um apêndice às *Lendas da Índia*. Nele a crónica de D. Manuel assenta na notícia das armadas, das viagens e dos acontecimentos na Índia,⁶³ abordando também o que se passava no reino como o caso do massacre de 1506, relatado por Gaspar Correia.⁶⁴ A crónica sobre D. João III é «semelhante na sua estrutura heterogénea à de D. Manuel».⁶⁵

Este códice foi adquirido pela Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, na década de 1970, por ter sido considerado manuscrito de interesse nacional, tendo dado entrada na Torre do Tombo em 02 de Abril de 1971.⁶⁶

⁶⁰ Aubrey Bell, op. cit., p. 56. Cf. Rodrigo José de Lima Felner em “Notícia Preliminar” in *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. XIII

⁶¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, pp. 7-8.

⁶² Prefácio do Prof. Doutor José Vitorino de Pina Martins à obra *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, de Gaspar Correia, edição de 1992, p. IX.

⁶³ Idem, p. XXXI.

⁶⁴ «[...] em que sem duujda eu que ho vy afyrmo que tambem padeceram morte mujtos christãos velhos [...]» in *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, de Gaspar Correia, p.30.

⁶⁵ Prefácio do Prof. Doutor José Vitorino de Pina Martins à obra *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, de Gaspar Correia, edição de 1992, p. XLVIII.

⁶⁶ Idem, p. XVIII.

1.1.3 O cronista e o contexto histórico

O tempo de vida de Gaspar Correia seria o tempo dos reinados de D. Manuel I e D. João III, e das regências de D. Catarina da Áustria e do cardeal D. Henrique. O quadro seguinte oferece uma visão geral da sequência cronológica dos referidos reinados.

Quadro 1 - Cronologia dos reinados no tempo de Gaspar Correia

GASPAR CORREIA				
D. JOÃO II	D. MANUEL I	D. JOÃO III	D. CATARINA DA ÁUSTRIA	CARDEAL D. HENRIQUE
1481 - 1495	1495 - 1521	1521 - 1557	1557 - 1562	1562 - 1568

1492	1565
Provável nascimento de Gaspar Correia	Provável falecimento de Gaspar Correia

Fonte: Elaboração própria

O início de vida do cronista coincidiria com importantes factos históricos sendo o primeiro deles a celebração do Tratado de Tordesilhas com Castela, em 1494, ainda sob governação de D. João II, quando o historiador teria aproximadamente dois anos de idade.

A aclamação de D. Manuel I como rei de Portugal ocorreria no ano seguinte, em 1495, dois anos antes dos preparativos para a viagem marítima que levaria os portugueses à Índia. Este acontecimento que evidenciava a opção por uma política extra-europeia, seguindo assim o contexto expansionista de D. João II, viria a trazer uma viragem económica e social ao reino, refletindo-se em Gaspar Correia, mais concretamente no primeiro volume das *Lendas da Índia* sob o título *Vasco da Gama. Anno de 1497 a 1499*.⁶⁷

Outro marco importante na epopeia dos descobrimentos portugueses e da governação manuelina aconteceria em 1500 com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. No mesmo ano o navegador aportaria na Índia, mais concretamente em Cochim,

⁶⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, pp. 9-144.

devido à resistência que a armada do navegador português teria encontrado em Calecute.⁶⁸

O tempo de D. Manuel I, em termos de política interna, seria o período dos regimentos, da promulgação de ordenanças⁶⁹, da reforma das *Ordenações Afonsinas*, do novo código denominado *Ordenações Manuelinas*⁷⁰ e do início da reforma dos forais em 1497.⁷¹ Segundo Jean-François Labourdette, D. Manuel I pretendia «[...] dar ao reino regras administrativas e judiciárias que permitissem ao rei exercer a plenitude de um poder que se podia, a partir daquele momento, considerar absoluto». ⁷² A governação manuelina ficaria, contudo, manchada no ano de 1506 com o massacre de judeus em Lisboa,⁷³ em resultado da perseguição régia a esta comunidade como forma de agradar aos reis católicos espanhóis.⁷⁴

Na política de além-mar, apesar da contestação interna que reclamava o «[...] abandono do empreendimento das Índias [...]»⁷⁵ com base na distância das mesmas e na enorme dificuldade que isso implicaria ao nível da sua conquista e conservação, D. Manuel I insistiria em prosseguir o projeto do seu predecessor D. João II com vista à criação de um império oriental que lhe permitisse deter o monopólio comercial naquela área.

Dentro deste contexto asiático assistir-se-ia à transformação da feitoria de Cochim em fortaleza que doravante funcionaria como sede do Estado da Índia; a feitoria de Sofala passaria a centralizar o ouro resgatado da costa africana no seguimento da

⁶⁸ V. Anexo 3, p. CLXXXI.

⁶⁹ Ordenanças sobre a Fazenda em 1516; sobre as sisas em 1519; sobre a Índia em 1520. V. Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, p. 202.

⁷⁰ V. Anexo 3, p. CLXXXII.

⁷¹ Nas palavras de Francisco Ribeiro da Silva, «os forais de D. Manuel nem na letra nem no espírito tocam nas estruturas tradicionais da administração concelhia nem mexem nas competências governativas dos oficiais municipais. Mais do que confirmar ou reafirmar expressamente capacidades de intervenção das autoridades concelhias, os forais manuelinos pressupõem-nas. Dito de outra forma: D. Manuel não aproveitou a reforma dos forais para reforçar os poderes concelhios. Longe disso». In *Historiografia dos Municípios Portugueses (séculos XVI e XVII)*, p. 14.

⁷² Jean-François Labourdette, op. cit, p. 202.

⁷³ V. François Soyer, *The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: a New Eyewitness Account*, pp. 221-244. Cf. João Paulo Oliveira e Costa quando menciona que «[...] foram assassinadas cerca de 1900 pessoas, na sua maioria cristãos-novos, cujas casas e haveres foram saqueados», in *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 208.

⁷⁴ O desejo de D. Manuel I em casar com D. Isabel levou-o contrariamente às «[...] várias decisões políticas tomadas no início do seu reinado [...] a expulsão de judeus e mouros não estaria nos planos de D. Manuel e foi uma consequência das negociações que levaram ao seu primeiro casamento», in João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 122.

⁷⁵ Jean-François Labourdette, op. cit, p. 202.

carta régia que estabelecia a orgânica administrativa da Índia e Goa seria conquistada definitivamente por Afonso de Albuquerque.⁷⁶

Numa outra vertente D. Manuel I parece ter também seguido as intenções de D. João II ao dar continuidade à política de aproximação das duas casas reais peninsulares, consubstanciado no facto de ter contraído três vezes matrimónio com herdeiras do reino castelhano.⁷⁷

A arquitetura e a simbologia a ela associada foi provavelmente a imagem que de modo mais significativo ficou conotada com a época manuelina, sendo a esfera a representação de uma política que dava os primeiros passos no sentido da globalização.⁷⁸

Nas palavras de João Paulo Oliveira e Costa, «D. Manuel I foi um rei centralizador, inovador e reformador»⁷⁹ mas o seu espírito soçobrou perante o surto de peste e outras epidemias que assolava o reino português, vindo a expirar a 13 de Dezembro de 1521, deixando como sucessor D. João III, seu filho e da sua segunda esposa, a rainha D. Maria.

D. João III terá nascido às duas da madrugada do dia 7 de Junho de 1502⁸⁰ e subiria ao trono dezanove anos depois, herdando um império de «[...] complexos insulares atlânticos e o domínio do trato africano, através do castelo de Arguim e da praça de S. Jorge da Mina».⁸¹

O seu reinado teve dois oponentes no espaço atlântico: o monarca francês Francisco I e o rei espanhol Carlos V⁸², tendo por isso centrado o seu reinado na política externa com o objetivo de defender as rotas portuguesas.⁸³

⁷⁶ Estes acontecimentos ocorreram entre 1503 e 1510. V. Anexo 3, p. CLXXXII.

⁷⁷ Quando subiu ao trono D. Manuel I desposou Isabel de Aragão viúva de seu primo e herdeira das coroas de Castela e Aragão. A sua morte prematura levou a um segundo matrimónio do monarca português com a sua cunhada, a infanta Maria de Aragão. Após ter ficado novamente viúvo, casou pela terceira vez com a infanta Leonor da Áustria, irmã de Carlos V. In Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, pp. 204-205.

⁷⁸ «[...] D. Manuel I continuou a impregnar os seus domínios com os seus símbolos, principalmente a esfera, a que acrescentou mais tarde, por exemplo, a simbologia ligada às ordens honoríficas que seus cunhados lhe atribuíram e que fizeram dele o único rei que possuiu simultaneamente a Ordem da Jarreteira e o Tosão de Ouro». In João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 187.

⁷⁹ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 375.

⁸⁰ Ana Paula Avelar, *D. João III o Piedoso: Dinastia de Avis 1521-1557*, p. 5.

⁸¹ Idem, p. 42.

⁸² Esta oposição manifestou-se, por exemplo, em 1544, quando D. João III enviou a Castela um representante no sentido de tratar assuntos relacionados com as fronteiras marítimas, terrestres e o território descoberto e ainda por descobrir. V. Anexo 3, p. CLXXXVI.

⁸³ Ana Paula Avelar, *D. João III o Piedoso: Dinastia de Avis 1521-1557*, p. 47.

Em termos internos, D. João III recebeu um reino com uma «[...] crónica e quase constante falta de liquidez e dificuldades financeiras para acudir a tantos e tão diversos problemas [...]»⁸⁴ e à medida que o século XVI avançava, o império português ia ficando cada vez mais enfraquecido por sucessivas crises políticas, económicas e sociais decorrentes da sua grandeza.⁸⁵

Relativamente ao espaço africano, a presença portuguesa em Marrocos ao tempo de D. João III já assumia contornos de decadência, acentuados pelo facto de terem sido seguidas políticas de incremento na Índia em detrimento de um investimento nos reinos de Fez e Marrocos.

O rei português tinha de «[...] garantir uma política de distribuição de mercês e honras [...] necessária à paz social e ao fortalecimento do poder régio»⁸⁶, o que ajuda a perceber questões predominantes como o engrandecimento do reino português através dos benefícios materiais da Coroa decorrentes do comércio do Oriente, as fugas e transgressões a esse objetivo e as opções de D. João III na sequência dessa conjuntura.⁸⁷

Os fracos recursos de capital humano existente no reino português⁸⁸ agravados pelos problemas financeiros⁸⁹, muitos deles decorrentes dos encargos da Coroa com despesas resultantes de alianças matrimoniais com Espanha⁹⁰, levaram a um cenário onde se impunha uma tomada de decisão sobre o dilema de abandonar ou manter Marrocos. Sobre esta problemática muitos membros da nobreza portuguesa advogavam

⁸⁴ Ana Isabel Buescu, *D. João III: 1502-1557*, p. 223. Cf. João Paulo Oliveira e Costa quando este refere, a propósito de D. Manuel I, antecessor de D. João III que «a manutenção do império exigia verbas avultadas, sobretudo para sustentar as guarnições marroquinas e as armadas da Carreira da Índia [...] acrescentavam-se ainda os gastos na construção de navios e no seu abastecimento sempre que partiam». In *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 193.

⁸⁵ V. Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, p. 193. Cf. Jaime Cortesão, *História da Expansão Portuguesa*, pp. 182-183.

⁸⁶ Maria Leonor Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, p. 129.

⁸⁷ A propósito da política de distribuição de honras e mercês, veja-se a tese de mestrado de Maria Cecília Ramos, *O Secretário dos Despachos e Coisas da Índia Pero d'Alcáçova Carneiro*, p. 22ss.

⁸⁸ Segundo Sanjay Subrahmanyam «no final da década de 1540, havia no Brasil 2000 portugueses [e na década] de 1530 terão partido cerca de 21 000 pessoas para a Índia, mas regressado apenas algo como metade deste número», in *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma História Política e Económica*, p. 124. Também Maria Leonor García da Cruz, num artigo publicado na revista *Clio* com o título *Reavaliações até ao Século XVIII do Discurso Crítico sobre a Expansão Ultramarina e as Diretrizes da Governação* refere que, segundo um parecer anónimo de 1543, temia-se que a pátria ficasse deserta e sem gente, p. 187. A Peste Grande que provocou uma grande mortalidade em Lisboa entre 1569 e 1570, contribuiria para o já de si diminuído número de habitantes no reino português. V. Anexo 3, p. CLXXXVIII.

⁸⁹ Sobre esta problemática V. Maria Leonor García da Cruz, *Práticas Comerciais e Financeiras e Reestruturação Económica em considerações de D. António de Ataíde, Conselheiro e Vedor da Fazenda de D. João III*, pp. 501-512.

⁹⁰ Maria Leonor García da Cruz, *Portugal do Jogo de Poderes do Norte de África no Segundo Quartel do Século XVI*, p. 118.

a manutenção de Marrocos uma vez que representava um projeto alternativo à expansão asiática.⁹¹

O reino português mantinha uma guerra a Oriente com outros Estados e mercadores muçulmanos, com vista a participar no comércio indiano, vendo-se obrigado a manter uma frota no oceano Índico e a estabelecer fortalezas, resultando esta estratégia em onerosos custos para a coroa portuguesa.⁹²

Uma das medidas menos positivas seria implementada em 1549⁹³ com a decisão do monarca português de encerrar a feitoria de Antuérpia passando esta para os privados.⁹⁴ Sendo a referida feitoria um ponto estratégico fundamental para a distribuição pela Europa das riquezas provenientes do Oriente, nomeadamente, especiarias, jóias, sedas e mobiliário⁹⁵, percebe-se a impopularidade que terá gerado esta decisão de a privatizar.

Todavia contrabalançando esta tomada de posição, e devido ao aumento de denúncias de casos de escravatura, D. João III seria o primeiro monarca a decretar medidas contra esta forma de exploração humana.⁹⁶

Um dos marcos importantes na governação de D. João III prendeu-se com o estabelecimento da Inquisição em 1536 e entre os seus atos impopulares de governação conta-se o despejo de Arzila em 1550.⁹⁷ No continente asiático, o seu governo ficaria marcado pelos dois cercos contra a fortaleza de Diu, primeiro em 1538 e depois em 1546, e pelo cerco de Malaca cinco anos mais tarde.⁹⁸

Por outro lado, cresciam as críticas relativamente aos oficiais da Fazenda, cujos supostos serviços eram apenas uma forma de encobrir atividades fraudulentas, repercutindo-se estas de forma negativa na imagem do monarca português e da Fazenda régia.⁹⁹ Não admira, portanto, que neste ambiente os relatos de Gaspar Correia refletissem a crise que progressivamente se instalava no Oriente como consequência das decisões políticas tomadas no reino português.

⁹¹ Ana Isabel Buescu, op. cit., p. 275.

⁹² Jorge M. Pedreira, *As Consequências Económicas do Império: Portugal (1415-1822)*, p. 436.

⁹³ V. Anexo 3, p. CLXXXVI.

⁹⁴ Sobre a problemática da decadência do reino português V. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700*, pp. 114-125

⁹⁵ Jorge M. Pedreira, op. cit., p. 436.

⁹⁶ Aurélio de Oliveira, *Portugal no Encontro e Emergência do Novo. Os Novos Mundos*, p. 19.

⁹⁷ Maria Leonor García da Cruz, op. cit., p.126.

⁹⁸ Andréa Doré, *Cristãos na Índia no Século XVI: a Presença Portuguesa e os Viajantes Italianos*, p. 321.

⁹⁹ Maria Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores*, p. 151.

Na introdução de *As Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)* de Gaspar Correia, cujo conteúdo abarca uma parte do período joanino¹⁰⁰, José Pereira da Costa refere que o cronista transmite, entre outros, pormenores da cerimónia da aclamação de D. João III, fenómenos estranhos da Natureza e casos passados na Índia como as desavenças entre Lopo Vaz de Sampaio e Pêro de Mascarenhas, relativamente à sucessão de governador.¹⁰¹

O reinado de D. João III viria a terminar com o seu falecimento em 1557 assumindo D. Catarina da Áustria¹⁰² o trono português entre 1557 e 1562. Durante esse breve período assinalar-se-ia um acontecimento importante na Índia portuguesa: Goa assistiria à sua elevação a arcebispado pela bula de Paulo IV.¹⁰³

Internamente, havia no reino português um descontentamento geral com a forma como D. Catarina conduzia a administração portuguesa, denotando-se uma proximidade justificada pelos laços familiares existentes entre a rainha regente e Filipe II em Espanha.¹⁰⁴

Relativamente ao Oriente e às questões militares D. Constantino de Bragança, nomeado vice-rei da Índia em 1558, expulsaria de Damão os mercenários da Etiópia; Bombaim seria cedida a este vice-rei e em 1559 os portugueses venceriam uma coligação de príncipes de Malabar que tencionavam conquistar a fortaleza de Cananor.¹⁰⁵ Estes recontros implicavam custos acrescidos para a já de si tendencialmente deficitária balança interna portuguesa.¹⁰⁶

Três anos mais tarde, em 1562 D. Catarina da Áustria renunciaria à regência do reino vindo o cardeal D. Henrique a assumir essa função, em 23 de Dezembro de 1562.¹⁰⁷ O cardeal era o oitavo filho de D. Manuel I, nascido do segundo matrimónio

¹⁰⁰ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)*, pp. 177-306.

¹⁰¹ Idem, pp. L-LI.

¹⁰² Esposa de D. João III e irmã de Carlos V.

¹⁰³ V. Anexo 3, p. CLXXXVII.

¹⁰⁴ Sobrinho de D. Catarina da Áustria. Jean-François Labourdette justifica assim esta proximidade: «Com D. Catarina, a intimidade entre as duas coroas só podia fortalecer-se [...] Em relação a Marrocos, a política ambígua de D. Catarina fez supor um grande enfeudamento aos interesses de Castela», in *História de Portugal*, p. 210.

¹⁰⁵ A propósito destes factos ver Anexo 3, p. CLXXXVII.

¹⁰⁶ Amélia Polónia justifica assim esse déficite financeiro: «os compromissos orçamentais do Estado português vêm-se, por sua vez, cada vez mais acrescidos, com o corso e a pirataria, com a organização de armadas de defesa, com o fortalecimento do Estado da Índia, com os compromissos de um Estado cada vez mais centralizado e burocratizado, cuja sustentabilidade e reforço administrativo depende de contingentes oficiais controlados e pagos pelo poder central», in *D. Henrique: 1512-1580*, p. 161.

¹⁰⁷ Idem, p. 175. O cardeal D. Henrique exerceria a regência do reino até D. Sebastião atingir os 14 anos. Idem, ibidem. Cf. Anexo 3, p. CLXXXVIII.

deste com D. Maria de Aragão, filha dos Reis Católicos, D. Fernando e D. Isabel, sendo por isso neto deles.¹⁰⁸

Amélia Polónia refere que a literatura cronística não é pródiga em informação no que respeita à figura do cardeal defendendo que provavelmente «[...] não se esperava que viesse a desempenhar notável protagonismo histórico».¹⁰⁹

Durante a sua regência seria definida «[...] uma das vias de investimento prioritárias [...] a fortificação da costa portuguesa, das ilhas atlânticas e das praças africanas»,¹¹⁰ o que evidenciava a preocupação do cardeal com a prevenção de ataques de corso e pirataria.¹¹¹

No que diz respeito à sua política no espaço extraeuropeu, e em concreto no Estado Português da Índia, D. Henrique demonstrou seguir uma política de preservação das posições comerciais portuguesas no Índico, dando especial atenção ao comércio das especiarias.¹¹²

Gaspar Correia viria a falecer numa altura em que D. Henrique se encontrava a meio da regência¹¹³ e num tempo que refletia e dava continuidade às dificuldades herdadas de anteriores reinados, nomeadamente, os de D. Manuel I e de D. João III, e progressivamente agravadas pela conjuntura internacional.¹¹⁴

¹⁰⁸ Amélia Polónia, op. cit., p. 27.

¹⁰⁹ Idem, p. 28.

¹¹⁰ Idem, p. 191.

¹¹¹ «Ainda no domínio da defesa, outros foram os investimentos feitos nas navegações ultramarinas, face ao problema candente do incremento do corso e da pirataria nas rotas oceânicas. Os seus efeitos, devastadores, tornavam-se responsáveis não só pelas perdas de efectivos navais e de tripulações, mas também pelos elevados prejuízos no comércio ultramarino [...] assim se compreendem os investimentos feitos em ordem a garantir a normalidade do trato comercial, nomeadamente com o Oriente, procurando prover à saída regular das frotas da Carreira da Índia, incrementando, para tal, a imprescindível construção de embarcações de grande porte». Idem, pp. 192-193.

¹¹² Amélia Polónia, op. cit., p. 195.

¹¹³ V. Anexo 3, p. CLXXXVIII.

¹¹⁴ Amélia Polónia fornece um quadro geral do que se passaria além-fronteiras: «é reconhecida, ainda, a conjuntura que na segunda metade do século XVI atinge a Rota do Cabo, a par do maior domínio, pelos muçulmanos, dos entrepostos orientais fornecedores de especiarias, que assim revitalizam alguns dos tradicionais circuitos, através do Mar Vermelho, e permitem a disponibilização, a melhores preços, desses produtos à Europa, afectando, ainda que não drasticamente, os fluxos de especiarias via Lisboa. Em paralelo, reforça-se a presença na estrutura comercial ultramarina, em particular oriental, do grande capital, mesmo estrangeiro, vendo-se uma grande parte da sociedade mercantil portuguesa arredada do negócio e dos lucros do comércio do Oriente. Com efeito, é cada vez maior a exigência de grandes capitais financeiros, o que acabará por conduzir à abertura da Rota do Cabo a contratadores particulares de grandes cabedais.», op. cit. p. 161.

1.2 Diogo do Couto

Muita da informação recolhida sobre Diogo do Couto decorre de anotações inseridas na *História dos Religiosos da Companhia de Jesus*¹¹⁵ da autoria do padre jesuíta Sebastião Gonçalves que terá vivido na Índia durante 25 anos, no período compreendido entre 1594 e 1619¹¹⁶ e nos *Discursos Vários Políticos* de Manuel Severim de Faria onde se encontra incluída a vida do cronista. À semelhança de Gaspar Correia, procura-se aqui apresentar uma síntese da vida e obra coutianas.

1.2.1. Biografia

Diogo do Couto viveu cerca de cinquenta anos depois de Gaspar Correia. Em termos biográficos, o que se sabe sobre Diogo do Couto deve-se a Manuel Severim de Faria, ao Padre Sebastião Gonçalves¹¹⁷, missionário jesuíta e ao próprio Diogo do Couto quando refere, por exemplo da *Década Oitava*, no Livro IX, Capítulo XII que estava embarcado na galeota de D. Jorge de Menezes.¹¹⁸

Nasceu em Lisboa em 1542, de acordo com o relato de Manuel Severim de Faria e aos dez anos tornou-se pajem no palácio do infante D. Luis, irmão de D. João III. No convento de Benfica teria tido lições de Filosofia sendo seu colega D. António, futuro prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal. Após a morte do infante D. Luis a sua preferência dirigir-se-á para a carreira de armas, tendo partido para a Índia em 1556.¹¹⁹ Na qualidade de soldado aí permaneceu dez anos, durante os quais terá participado em várias campanhas militares, nomeadamente, em Surate, em Baroche e em Mangalore.¹²⁰

Tal como Correia, Couto viria a pôr por escrito aquilo que tinha vivenciado em terras do Oriente, demonstrando assim que, tal como refere Ethel Pope, uma formação

¹¹⁵ Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, Introdução, p. XXV.

¹¹⁶ Idem, p. IV.

¹¹⁷ Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, p. 55.

¹¹⁸ Diogo do Couto, *Década Oitava*, Parte Segunda, p. 395.

¹¹⁹ «São termos de Severim que situa em 1556 a partida do rapaz para a Índia [...] A data é, todavia, improvável. Dalguns passos de Couto depreende-se que tenha partido mais tarde. Em 1559.» António Coimbra Martins, *História de Diogo do Couto e dos seus Livros*, p. 75.

¹²⁰ Maria Ema Tarracha Ferreira, op. cit., pp. 495-496.

clássica ou uma inclinação para a vida literária não era impeditivo de uma carreira militar.¹²¹

De regresso ao reino português em 1569¹²², com o propósito de solicitar ao monarca português compensação pelos serviços prestados à coroa¹²³, o navio fez escala na ilha de Moçambique, onde encontrou o seu amigo Luis de Camões «[...] em situação muitíssimo crítica, porquanto não tinha dinheiro nem para comer [vivendo] da caridade dos amigos [...]».¹²⁴ O ilustre poeta terá solicitado a Couto que comentasse o seu poema *Os Lusíadas* ao que este terá prontamente aceitado.¹²⁵

Ao regressar à Índia na armada do vice-rei D. António de Noronha, em 1571, este ter-lhe-á atribuído o cargo de feitor dos armazéns de mantimentos em Goa¹²⁶, Couto terá verificado que «[...] o Império começava a ruir minado pelas contradições duma aristocracia aviltada e toda ela virada para o lucro fácil e para a correspondente vida de dissipação».¹²⁷

Em 1595, Filipe I¹²⁸ faz dele continuador das *Décadas* iniciadas por João de Barros ao nomeá-lo cronista-mor, ficando assim encarregue de continuar a História da Índia, iniciando as suas funções pela redação da Década X justificada «[...] por começar do dia, em que o mesmo Rey foi jurado & recebido naquelle estado [...]» conforme refere Manuel Severim de Faria.¹²⁹

Reconhecido no reino português pelos seus bons serviços como soldado e como oficial do rei, foi nomeado por Filipe I para o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia, onde organizou o Arquivo de Goa.¹³⁰

Diogo do Couto terá sido o primeiro a sentir a necessidade de elaborar documentos onde constasse a história da Ásia portuguesa¹³¹ e terá sido na qualidade de guarda-mor que terá solicitado um aumento do seu ordenado que lhe foi concedido após

¹²¹ Ethel Pope, op. cit., p. 86. V. Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 150.

¹²² A. Farinha de Carvalho, *Diogo do Couto, o Soldado Prático e a Índia*, p. 19.

¹²³ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 58.

¹²⁴ António Coimbra Martins, *Em Torno de Diogo do Couto*, p. 17.

¹²⁵ A este propósito António Coimbra Martins faz umas breves considerações acerca do grau de veracidade à volta do relacionamento entre estes dois escritores na sua obra *Em Torno de Diogo do Couto*, pp. 19-25.

¹²⁶ Idem, p. 61. Cf. Maria Leonor García da Cruz, *Os «Fumos da Índia»: uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, p. 409

¹²⁷ A. Farinha de Carvalho, op. cit., p. 20.

¹²⁸ Filipe II de Castela.

¹²⁹ V. Teófilo Braga, op. cit., p. 467.

¹³⁰ Idem, p. 153.

¹³¹ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto Década Quarta da Ásia*, vol. I, p. CII.

insistência da sua parte.¹³² Em 1601 ocupou mais um cargo: o de escrivão da alfândega de Diu.¹³³

Relativamente à sua escrita, esta foi mais cuidadosa do que a de Gaspar Correia devido ao facto de ter podido frequentar escolas que lhe proporcionaram uma formação na área das letras. Tal como Correia, também ele procurou, através da sua narrativa de contornos críticos e reformistas, denunciar a Índia cheia de filhos dos nobres e os excessos e abusos cometidos pelos capitães, nomeadamente, roubos, corrupção ou homicídios que raramente eram punidos.¹³⁴

Neste contexto escreve António Lourenço Caminha, a propósito das *Décadas* que «[...] Diogo do Couto foi o primeiro que tirou à luz a História da Índia, do tempo em que a deixou João de Barros [...]».¹³⁵

De acordo com Manuel Severim de Faria, Diogo do Couto exercitou o seu talento para a escrita até ao dia 10 de Dezembro de 1616, data que ficaria marcada pelo seu falecimento, com 74 anos de idade.

1.2.2 Obras

Rui Manuel Loureiro relata que Diogo do Couto ter-se-ia queixado da inexistência de um arquivo em Goa, tendo essas queixas sido ouvidas por Filipe II, que o encarregaria de continuar as *Décadas* iniciadas por João de Barros. Estas tinham sido escritas até à *Década Terceira*, até ao ano de 1526.¹³⁶

Diogo do Couto daria assim, continuidade ao trabalho de João de Barros tendo escrito as *Décadas* da Quarta até à Duodécima, esta última já editada postumamente. A *Década Quarta* abarca a história do Estado da Índia entre 1526 e 1536; a *Década Quinta*, que foi enviada para Portugal em 1597 mas publicada apenas em 1612¹³⁷, inclui o período compreendido entre 1537 e 1545 e a *Década Sexta* abrange os anos entre 1545 e 1551.

¹³² A. Farinha de Carvalho, op. cit., 23.

¹³³ António Coimbra Martins, *História de Diogo do Couto e dos seus Livros*, p. 84.

¹³⁴ Aubrey Bell, *Diogo do Couto*, p. 50.

¹³⁵ António Lourenço Caminha, *Obras Inéditas de Diogo do Couto, Chronista da India, e Guarda-Mor da Torre do Tombo*, p. 37. V. Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 154.

¹³⁶ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 63

¹³⁷ Marcus de Jong, *Um manuscrito Inédito de Diogo do Couto*, p. 6.

A *Década Sétima* é dedicada ao espaço temporal compreendido entre 1551 e 1564. Dado que a *Década Sétima* teria sido confiscada por corsários aquando da viagem de Goa para Lisboa, procedeu o cronista a uma segunda versão, evidenciando desta forma o seu espírito de perseverança.

A *Década Oitava* que engloba o período entre 1564 e 1571, também terá sido roubada¹³⁸ o que o obrigou, uma vez mais, à reescrita do texto, tendo ficado longe do original, denotando muitos lapsos geográficos.¹³⁹

A *Década Nona*, que teve também uma segunda versão já que a primeira ter-lhe-á sido roubada na altura em que adoeceu gravemente¹⁴⁰, ocupa-se do período entre 1571 e 1581 e a *Década Décima* (1518-1588) trata dos feitos dos portugueses a Oriente durante as governações de Fernão Teles, Francisco de Mascarenhas e Duarte de Meneses, descrevendo também como Filipe II terá sido jurado rei em Goa.¹⁴¹ A *Década Undécima* trataria dos acontecimentos que tiveram lugar entre 1588 e 1595 e a concluir a *Década Duodécima* é dedicada aos anos de 1595 e 1601.

Importa aqui notar a questão dos frequentes roubos de manuscritos, destruição de volumes impressos e reescrita de versões desaparecidas.¹⁴² A isto não será alheio o facto de Diogo do Couto ser um homem que pretendia apenas divulgar a verdade,¹⁴³ pois como refere Severim de Faria:

«Acompanhou a Diogo do Couto desde seus primeiros anos um grande zelo do bem público, que junto com o entendimento e experiência, de que era dotado, lhe fez considerar as causas de alguns inconvenientes que havia no governo da República, e principalmente no estado da Índia, onde ele assistia, e onde por ausência dos reis e excessos dos ministros, iam as desordens em maior crescimento».¹⁴⁴

¹³⁸ V. Maria Augusta Lima Cruz, *Para uma Edição Crítica da Década VIII de Diogo do Couto*, pp. 93-98.

¹³⁹ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 272

¹⁴⁰ Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 152.

¹⁴¹ Diogo do Couto, *Década Décima*, pp. 22-26.

¹⁴² Rui Manuel Loureiro, *Notícias da Pérsia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, p. 274. Reforçando esta questão está a perspectiva de George Davison Winus que refere na sua obra *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, que a *Década XI* e *Década XII* continuam sem paradeiro, tendo surgindo apenas até ao momento fragmentos de ambas, p. 48.

¹⁴³ Rodrigues Lapa no prefácio ao *Soldado Prático* na edição de 2008 referirá que «o amor da verdade é em Couto uma espécie de vício», p. 18.

¹⁴⁴ Manuel Severim de Faria, op. cit., p. 155.

Teria sido, portanto, esta sua preocupação com o relato fidedigno de tudo quanto ia assistindo que teria certamente causado muitos incómodos aos poderes estabelecidos. Acrescente-se ainda que as *Décadas* são também documentos historiográficos relevantes «[...] para o conhecimento da sociedade goesa do século XVI e da história, sociedade, costumes e religiões de alguns povos asiáticos».¹⁴⁵

Para além das *Décadas* o cronista escreveu duas oratórias, uma intitulada *Fala que fez Diogo do Couto a André Furtado de Mendonça*, produzindo também a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, a pedido da irmã deste, D. Ana de Lima Pereira.¹⁴⁶

Segundo Manuel Severim de Faria, Diogo do Couto também escreveu um livro com o título *Epílogo da História da Índia*, no qual se debruçava sobre as fortalezas portuguesas em terras do Oriente e apontava o que de maior relevância ali ia acontecendo, abarcando a história, o comércio e a polícia Oriental.¹⁴⁷

A narrativa *Soldado Prático* foi redigida ainda durante o reinado de D. Sebastião¹⁴⁸ tendo o primeiro manuscrito sido escrito antes da *Década Quarta*.¹⁴⁹ Do *Soldado Prático* existem duas versões: a primeira versão ter-lhe-á sido furtada, situação recorrente na vida do cronista, tendo sido a segunda versão aquela que acabou por ser a mais divulgada e publicada.

1.2.3 A época de Diogo do Couto

À semelhança de Gaspar Correia, também o período compreendido entre 1542 e 1616, que abarcou a vida de Diogo do Couto, assistiu a vários reinados, desde a fase final da governação de D. João III até ao início da dinastia filipina com Filipe I¹⁵⁰ e Filipe II de Portugal¹⁵¹, passando pelo breve reinado de D. Sebastião precedido pela regência de D. Catarina da Áustria e do cardeal D. Henrique e sucedido pelo cardeal D. Henrique e D. António, prior do Crato.¹⁵² O quadro que se segue expõe de forma

¹⁴⁵ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, vol. I, p. XLVII.

¹⁴⁶ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 66.

¹⁴⁷ Manuel Severim de Faria, op. cit., p. 154 verso.

¹⁴⁸ V. Anexo 3, p. CLXXXIX.

¹⁴⁹ Aubrey F. G. Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, p. 258.

¹⁵⁰ Filipe II de Espanha.

¹⁵¹ Filipe III de Espanha.

¹⁵² Durante aproximadamente um quarto de século, entre 1557 e 1580, o reino português assistiria a várias governações. V. Anexo 3, onde se refere os principais aspetos durante este período conturbado da história portuguesa, pp. CLXXXVII-CXC.

resumida as governações portuguesas durante exatamente um século, e que abarcaram o tempo de vida do cronista.

Quadro 2 - Cronologia dos reinados no tempo de Diogo do Couto

DIOGO DO COUTO						
D. JOÃO III	D. CATARINA DA ÁUSTRIA	CARDEAL D. HENRIQUE	D. SEBASTIÃO	D. HENRIQUE D. ANTÓNIO	FILIPE I	FILIPE II
1521 - 1557	1557 - 1562	1562 - 1568	1568 - 1578	1578 - 1580	1581 - 1598	1598 - 1621

1542
Nascimento de Diogo do Couto

1616
Falecimento de Diogo do Couto

Fonte: Elaboração própria

Os vários acontecimentos que ocorreram neste período, e já anteriormente referenciados no contexto histórico relativamente a Gaspar Correia, revelavam já uma mudança regressiva no reino português, quer ao nível económico e político, quer ao nível social, e que viria a resultar na perda da independência e na sucessão filipina.¹⁵³

Assim, facilmente se compreende que a obra *O Soldado Prático* viesse a refletir esses acontecimentos que estavam a decorrer, nomeadamente, na Índia, onde se assistia à «[...] luta pela riqueza fácil, o roubo e a miséria moral da classe detentora do poder, em contraste com a pobreza material da maior parte [...]».¹⁵⁴

Em 1540, dois anos antes do nascimento do cronista, o espaço português assistiria ao início da censura e aos primeiros autos-de-fé¹⁵⁵, na sequência do estabelecimento do Santo Ofício, em 1536. Este seria, provavelmente, um dos aspetos mais relevantes da fase final do reinado de D. João III, e que haveria de ser dado continuidade na governação seguinte.

Durante a regência de Catarina da Áustria, viúva de D. João III, por menoridade do neto D. Sebastião, haveria de se estabelecer a Inquisição em Goa, em 1560,¹⁵⁶ ano em que Diogo do Couto participaria «[...] na campanha de Surrate, iniciada em Março, servindo sob o comando de D. António de Noronha».¹⁵⁷

¹⁵³ V. Fernando Bouza, *D. Filipe I: 1527-1598*, pp. 130-131.

¹⁵⁴ A. Farinha de Carvalho, op. cit., p. 13.

¹⁵⁵ V. Anexo 3, p. CLXXXV.

¹⁵⁶ V. Anexo 3, p. CLXXXVII.

¹⁵⁷ Carlos Alexandre de Morais, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, p. 59.

A instituição do Tribunal da Inquisição nestas paragens, caracterizado pela sua conhecida intolerância e excesso de rigor, contribuiria para dificultar a atividade económica dos portugueses no Oriente, especialmente para aqueles que, possuindo bens eram acusados de judaísmo.¹⁵⁸

Em 1562, por entre um agudizar de tensões que se plasmaram na divisão política do reino entre D. Catarina e o cardeal D. Henrique, este assumiria a regência do reino português até ao ano de 1568, altura em que subiria ao trono D. Sebastião que viria a falecer dez anos mais tarde na Batalha de Alcácer Quibir.¹⁵⁹

Apesar de este reinado se encontrar incontornavelmente associado à perda da independência do reino português, existiram também aspetos positivos que merecem ser referenciados. Entre eles conta-se a publicação de uma lei que visava evitar o contrabando de moeda falsa feita pelos ingleses e a nomeação de D. Luis de Ataíde, para vice-rei da Índia, que viria mais tarde a revelar-se uma escolha acertada.¹⁶⁰

Outro aspeto favorável da governação em análise prende-se com a defesa costeira e a intenção de D. Sebastião em organizar uma força naval que assegurasse proteção ao tráfego e comércio marítimos de modo a responder à crescente escalada do corso que vinha do Norte da Europa.¹⁶¹ Esta posição viria reforçar as preocupações do seu antecessor D. Henrique e oportunamente referidas no contexto histórico de Gaspar Correia.

A questão de Marrocos, que já vinha assolando o reinado de D. João III, transitou para a governação de D. Sebastião com os interesses em prol da conquista de África a dominarem em detrimento da Índia, até porque, geograficamente esta última ficava indubitavelmente mais longe e em termos económicos os seus produtos eram também mais caros.¹⁶²

Apesar da distância, foi durante o reinado de D. Sebastião que se assistiu à intenção de avançar para a conquista das minas de ouro de Monomotapa ou o reino de Cambaia cujos objetivos acabariam por não ser bem-sucedidos.¹⁶³ A conquista destas minas suscitaria uma opinião favorável de Diogo do Couto, posta da seguinte forma no seu *Soldado Prático*:

¹⁵⁸ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 32

¹⁵⁹ V. Anexo 3, p. CXC.

¹⁶⁰ António Belard da Fonseca, *Dom Sebastião: antes e depois de Alcácer-Quibir*, p. 76.

¹⁶¹ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 207.

¹⁶² Jean-François Labourdette, op. cit., pp. 214-215.

¹⁶³ Andréa Doré, *Cristãos na Índia no século XVI: a Presença Portuguesa e os Viajantes Italianos*, p. 328.

«Mas quero (...) responder a Vossas Mercês à pergunta que me fizeram, de qual era por ora mais importante conquistar: se Ceilão, se Achém. Digo, senhores, que ambas essas cousas são mui necessárias; mas para se poderem conquistar, como é rezão, primeiro o hão-de fazer às minas de prata da Chicoa, no reino de Monomotapa, cousa tão sabida, tão ricas e prósperas (...) para a conservação dum Estado tamanho como o da Índia, não lhe basta o que ela dá, e é necessário sustentá-lo e ajudá-lo com outra cousa, e esta há-de ser minas; porque o Estado que as não tem, sempre é pobre».¹⁶⁴

A crescer a esta conjuntura regista-se também a chegada do ouro e da prata sul-americana ao velho continente que fez abalar as economias europeias e o reino português não fugiu à regra.¹⁶⁵

Quando a dada altura Diogo do Couto refere que «vejo este nosso rei moço sem casar; faltam-nos herdeiros de casa; se assim for isto, viremos a dar nestroutros, de fora; e não vejo outro inconveniente senão a antiga reixa, que sempre houve entre nós e os Castelhanos»¹⁶⁶ estaria a adivinhar o que poderia vir a acontecer à Coroa portuguesa pela falta de sucessor ao trono aquando do falecimento de D. Sebastião.

Os acontecimentos atrás referidos associados ao facto de os ecos dos hábitos da Índia se repercutirem no reino português levariam a que se gerasse «[...] uma baixa moral colectiva, que foi o terreno lodoso em que assentou a perda da independência nacional».¹⁶⁷

Após Alcácer Quibir o trono português ainda assistiria a dois ocupantes portugueses: o cardeal D. Henrique, novamente aclamado rei em 1578 mas que viria a falecer dois anos depois, e D. António, prior do Crato que seria derrotado na batalha de Alcântara, em 1580.¹⁶⁸ Nesse ano inaugurava-se então o período de união dinástica de Portugal e Castela, período que se prolongaria por sessenta anos sob o domínio dos Filipes.

¹⁶⁴ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 158. Cf. António Coimbra Martins, *História de Diogo do Couto e dos seus Livros*, p. 111

¹⁶⁵ A este propósito V. Francisco Sales Loureiro, *D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer Quibir*, p. 13ss.

¹⁶⁶ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pp. 159-160.

¹⁶⁷ Rui Manuel Loureiro, op. cit., p. 39

¹⁶⁸ V. Anexo 3, p. CXC.

O reinado do primeiro dos Filipes de Portugal caracterizou-se pela sua breve permanência no reino português. Aclamado rei em 1581, nas cortes de Tomar realizadas no Convento da Ordem de Cristo manteve-se em território português até 1583. Nessa altura regressaria a Madrid, delegando a tarefa de governar primeiro no arquiduque Alberto da Áustria¹⁶⁹ e posteriormente em cinco governadores¹⁷⁰, dando-se a transição de um governo unipessoal para um governo colegial.¹⁷¹ O reino assistia assim a duas novas realidades políticas: a monarquia dualista e a governação do reino sem o monarca presente.

A fraca resistência a Filipe I¹⁷² estaria muito provavelmente relacionada com a superioridade militar do reino vizinho e com uma depressão nacional em que o reino caíu após a derrota de Alcácer Quibir onde, nas palavras de Jean-François Labourdette «nada tinha sido pensado ou preparado com antecedência».¹⁷³

Em termos de legislação é de realçar a abundante legislação promulgada pela sua chancelaria que resultou nas *Ordenações Filipinas*, cuja publicação ocorreu em 1603 já no reinado de Filipe II de Portugal.¹⁷⁴

Ao nível externo, entre os acontecimentos mais marcantes da governação de Filipe I contam-se: a rutura das relações diplomáticas com Inglaterra; a proibição de comércio com Inglaterra e Holanda, e a derrota da Invencível Armada em 1588.¹⁷⁵

¹⁶⁹ V. Anexo 3, p. CXC.

¹⁷⁰ Miguel de Castro, D. João da Silva, Duarte de Castelo Branco, Francisco Mascarenhas e Miguel de Moura. In Fernando Bouza, *D. Filipe I: 1527-1598*, p. 192.

¹⁷¹ Idem, ibidem. Fernando Bouza acrescenta ainda que «a não residência do rei em Portugal, inerente à incorporação deste reino na monarquia dos Habsburgos hispânicos, complicou a já de si intrincada estrutura administrativa dos Avis, já que a ausência do monarca equivalia ao desdobramento do aparato do estado real», idem, p. 197.

¹⁷² «Se exceptuarmos a ilha Terceira, nos Açores, único reduto de resistência digno de nota entre 1580 e 1583, o reinado de Filipe II [I de Portugal] decorreu com uma estabilidade desconcertante». In Jean-François Labourdette, op.cit., p. 271.

¹⁷³ O desastre de Alcácer Quibir é descrito por Jean-François Labourdette in *História de Portugal*, pp. 217-218.

¹⁷⁴ Jean-François Labourdette, op. cit., p. 282. Refere o mesmo autor acerca desta publicação «[...] tratou-se apenas de uma compilação sem originalidade das Ordenações Afonsinas e Manuelinas. Porém teve o mérito de pô-las em ordem, de prestar grandes serviços e de permanecer em vigor até ao fim do antigo regime português». Idem, ibidem.

¹⁷⁵ V. Anexo 3, pp. CXC-CXCI.

Internamente criou o Conselho da Fazenda, a Aula de Risco do Paço da Ribeira e procedeu à edificação de dois teatros em Lisboa.¹⁷⁶ Em termos sociais, o ano de 1595 ficaria marcado por uma revolta popular em Lisboa¹⁷⁷ e no ano seguinte teria início uma grave crise agrícola que se prolongaria até 1600 e que originaria, em 1597, um surto de fome.

Do seu carácter sobressai o gosto pela escrita insistindo Fernando Bouza que «[...] o rei escreveu até à sua morte todos os dias, acerca de tudo e em quase todas as circunstâncias imagináveis».¹⁷⁸ Desta sua paixão pela escrita beneficiou Diogo do Couto, já que o monarca nomeou-o cronista-mor e encarregou-o de prosseguir a obra *Décadas* iniciada por João de Barros. Filipe I viria a falecer a 13 de Setembro de 1598 no Mosteiro do Escorial que foi por ele fundado.¹⁷⁹

O seu sucessor, Filipe II de Portugal iniciaria o reinado em 1598 mas a sua relação com o reino português ficaria marcada por uma conjuntura menos positiva devido a fatores como o da distância¹⁸⁰, a falta de cereais e a consequente alta de preços¹⁸¹, os surtos de peste¹⁸², e ainda o cerco da barra pelos ingleses que impedia que as naus portuguesas partissem para a Índia.¹⁸³

O cerco da barra pelos ingleses, em 1598, colocava o reino português em dificuldades já que «[...] o núcleo de maior rendibilidade económica desse vasto império português ainda era a Índia, apesar de se encontrar em grande decadência no que respeita à pimenta, que escorava o monopólio régio».¹⁸⁴ Por outro lado, e ainda no mesmo ano, já se fazia notar a presença dos holandeses em várias áreas do Oriente.¹⁸⁵

¹⁷⁶ V. Anexo 3, p. CXCI.

¹⁷⁷ V. Anexo 3, p. CXCI.

¹⁷⁸ Fernando Bouza, op. cit., p. 283.

¹⁷⁹ Idem, p. 355.

¹⁸⁰ Fernanda Olival informa que «tendo D. Filipe nascido em 1578, antes de agregadas as coroas, apenas veio a Portugal em 1619. Aqui permaneceu unicamente escassos meses (não chegaram a seis). Quase 18 meses depois morria, a quinze dias de fazer 43 anos. Deste modo, directamente, Filipe II de Portugal pouco conhecia deste seu reino mais atlântico». In *D. Filipe II: 1578-1621*, p. 8. A propósito da vinda de Filipe III de Espanha a Portugal, ter-se-ia reunido trezentos e noventa mil cruzados para serem oferecidos ao monarca. V. Fernanda Olival, *D. Filipe II: 1578-1621*, p. 291.

¹⁸¹ «[...] em 1599, o trigo atingiu um valor muito acima dos preços habituais. Seria um problema que radicava nos maus anos agrícolas que se arrastavam já desde 1596 [...]», in Fernanda Olival, *D. Filipe II: 1578-1621*, p. 103. Cf. Anexo 3, p. CXCI.

¹⁸² V. Anexo 3, p. CXCI. Cf. Fernanda Olival, *D. Filipe II: 1578-1621*, pp. 103-105.

¹⁸³ V. Anexo 3, p. CXCI.

¹⁸⁴ Fernanda Olival, op. cit., p.217.

¹⁸⁵ «Logo na década de 1590 os navios holandeses enviados à Ásia ultrapassaram os que saíram de Lisboa: 65 contra 46. Por mais grosseiro que seja este indicador, o domínio da Companhia Holandesa (VOC) tornar-se-ia incontestado nesta rota a partir de 1610». Idem, ibidem. Cf. Anexo 3, p. CXCI.

Foi também durante a governação de Filipe II que a Índia seria dividida em duas províncias, Goa e Malabar, corria o ano de 1601, tendo sido criado, três anos mais tarde, o Conselho da Índia, no mesmo ano que era concedido o perdão geral aos cristãos-novos.¹⁸⁶

¹⁸⁶ V. Anexo 3, p. CXCI.

CAPÍTULO II – Os desmandos no Oriente nas *Lendas da Índia* e o período de 1522-1524

*Os males da Índia nom se emendão,
mas crecem de cada vez mais*¹⁸⁷

A envergadura de uma obra como as *Lendas das Índia* constitui uma preciosa fonte de informação sobre os modos de pensar e agir dos homens que foram os protagonistas da dominação portuguesa no Extremo Oriente.

O facto de o seu autor ter sido uma testemunha ocular dos acontecimentos que se iam sucedendo, tendo inclusivé convivido de perto com governadores como Afonso de Albuquerque e Nuno da Cunha, permitiu que a obra ganhasse uma grande vivacidade em termos descritivos.

Neste capítulo parte-se de uma abordagem geral procurando dar a conhecer alguns aspetos essenciais para a compreensão da problemática do (des)governo no Oriente, particularizando-se depois na governação de Duarte de Meneses que se entende como uma das primeiras que terá dado sinais do enfraquecimento da administração portuguesa nesta área do globo.

2.1 Breve percurso pelas *Lendas da Índia*

À medida que aumentava a frequência de viagens para paragens distantes, crescia também nos portugueses a vontade de efetuar um registo escrito de tudo quanto observavam e experienciavam, o que resultou no *corpus* documental que é a literatura de viagens e a cronística da expansão.

Entre as várias narrativas que se enquadram nesta temática apresenta-se aqui as *Lendas da Índia* «[...] isto é, memórias que devem ser lidas [...]», nas palavras de Maria Ema Tarracha Ferreira,¹⁸⁸ cuja escrita terá sido concluída por volta de 1563, mas que seriam apenas publicadas cerca de três séculos mais tarde, já em pleno século XIX,

¹⁸⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 787.

¹⁸⁸ Maria Ema Tarracha Ferreira, op. cit., p. 83.

entre 1858 e 1866, por iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa, sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner.

Segundo Teófilo Braga, os quatro volumes das *Lendas da Índia*, inicialmente com a denominação de *Crónica dos Feitos da Índia*, teriam sido roubados e trazidos para Lisboa por Miguel da Gama, tio de D. Estevão, em 1583, tendo permanecido «[...] sequestrados por séculos no arquivo dos descendentes do Conde Almirante».¹⁸⁹

Em resultado da grande distância temporal entre a sua escrita e a sua publicação, as cópias que circularam seriam manuscritas, levando à suspeita de intervenção «[...] pessoal e subjectiva do(s) copista(s)».¹⁹⁰

Como anteriormente referido, elas enquadram-se na área da literatura de viagens onde «[...] a historiografia tende a incluir essa produção histórica portuguesa sobre as descobertas e conquistas lusas [...]»¹⁹¹ procurando transmitir através de uma linguagem simples mas eficaz, os usos e costumes encontrados além-fronteiras.

As *Lendas da Índia* «[...] livro que não se destinava à imprensa, a não ser depois da morte [de Gaspar Correia], constituem um documento prodigiosamente minucioso em que os factos se ordenam ano por ano, mês por mês, às vezes dia por dia [...]»¹⁹² sendo, portanto, uma «[...] concretização de um projeto de escrever a História dos portugueses em terras do Oriente [...]»¹⁹³ e representando um valioso contributo para a historiografia portuguesa, pelo facto de ter sido relatada na primeira pessoa que testemunhou presencialmente os factos, mas também, como refere Maria Ema Tarracha Ferreira, por o autor ter recorrido a uma base documental escrupulosamente selecionada, constituindo *per se* uma prova da veracidade da narrativa.¹⁹⁴

¹⁸⁹ Teófilo Braga, op. cit., p. 466.

¹⁹⁰ Maria João Loução de Carvalho, *Gaspar Correia e dois perfis de governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira – Em busca de uma causalidade*, p. 51.

¹⁹¹ Luciana Fontes Parzewski, *A Expansão Marítima na Cronística Portuguesa (Sécs. XV-XVI): Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros*, p. 377.

¹⁹² A. J. Saraiva e Óscar Lopes, op. cit., pp. 301-302.

¹⁹³ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, p. 25.

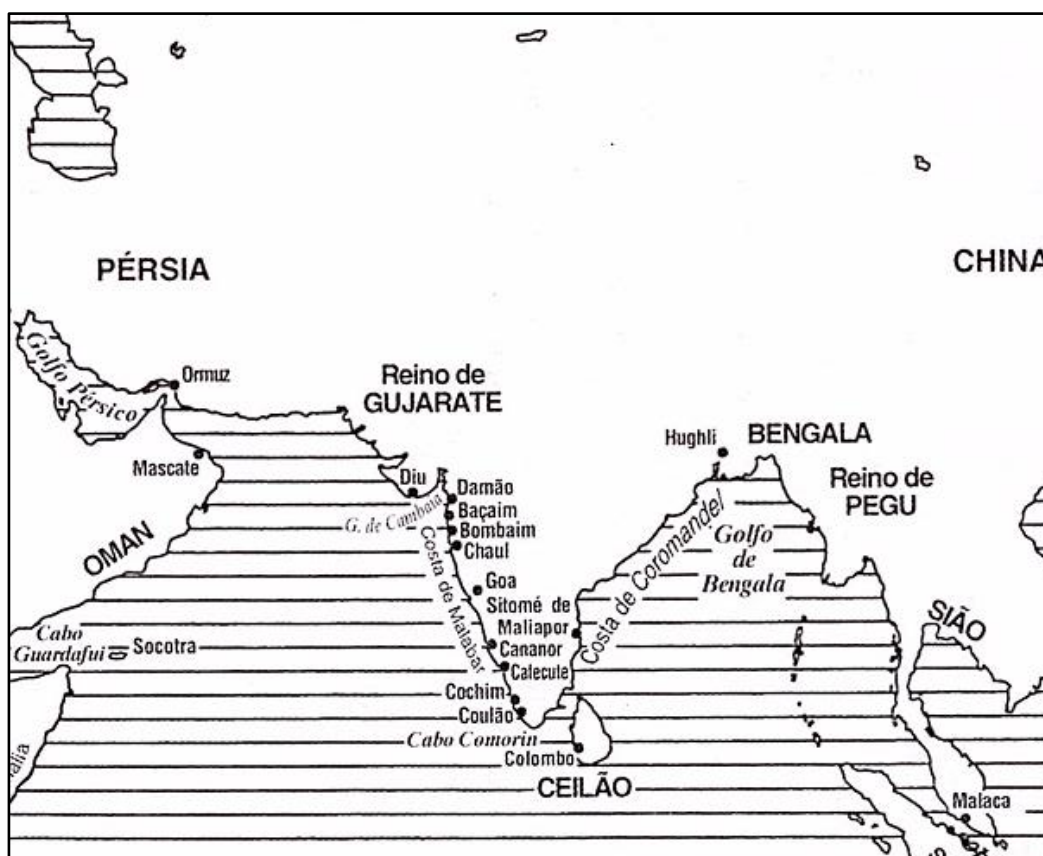
¹⁹⁴ Maria Ema Tarracha Ferreira, op. cit., p. 84.

2.1.1 Contextualização, resumo e influência da obra no reino português

As *Lendas da Índia* representam um testemunho importante sobre a dominação portuguesa a Oriente e um contributo valioso em termos historiográficos pela informação que contém sobre a primeira metade de Quinhentos.

A ilustração seguinte mostra geograficamente que a grande presença portuguesa se situava na Índia, mais concretamente no litoral, uma vez que a proximidade ao mar representaria com certeza uma vantagem económica no que concerne ao monopólio comercial. Por outro lado, o interior seria certamente sinónimo de dificuldades de conquista para os portugueses por questões de desconhecimento do terreno.

Ilustração 2 - Principais estabelecimentos portugueses na Ásia



Fonte: Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, p. 178

Existem rumores de que as *Lendas da Índia* com um volume de cerca de 3.500 páginas poderão ter tido uma primeira publicação em 1556¹⁹⁵ mas oficialmente, a obra em estudo viu a luz do dia entre os anos 1858 e 1866, numa iniciativa levada a cabo pela Academia Real das Ciências de Lisboa sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner.

A obra aqui em análise está dividida em quatro livros. Cada livro corresponde a um tomo que se encontra depois dividido em duas partes. Assim, as Partes I e II do Livro Primeiro, Tomo I, foram editadas em 1858 e 1859 e contém a descrição das ações de Vasco da Gama, nomeadamente no descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Prossegue depois com os feitos de Pedro Álvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Teles, encerrando com o governo de Francisco de Almeida, somando as duas partes um total 157 capítulos.

Quadro 3 - Resumo esquemático do Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. MANUEL I (1495 - 1521)	1497	VASCO DA GAMA	5	-	-	-
	1500	PEDRO ÁLVARES CABRAL	145			
	1501	JOÃO DA NOVA	233			
	1502	VASCO DA GAMA	266			
	1503	VICENTE SODRÉ	340			
	1503	ALBUQUERQUES	374			
		DUARTE PACHECO (1503 - 1504)	409			

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

¹⁹⁵ Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, p. 338.

Quadro 4 - Resumo esquemático do Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, 1859

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. MANUEL I (1495 - 1521)	1504	LOPO SOARES	493	-	-	-
		MANUEL TELES DE VASCONCELOS (1505)	516			
	1506	TRISTÃO DA CUNHA	659	FRANCISCO D'ALMEIDA (1505 - 1509)	-	524 - 995
	1507	S/CAPITÃO-MOR	783			
	1508	JORGE D'AGUIAR	886			

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

O Livro Segundo que se refere ao Tomo II, com a data de edição de 1860 e 1861, contém 127 capítulos relata os feitos de Afonso de Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, Duarte de Meneses, Vasco da Gama na qualidade de vice-rei, terminando com o governo de Henrique de Meneses.

Quadro 5 - Resumo esquemático do Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. MANUEL I (1495 - 1521)	1510	GONÇALO DE SEQUEIRA	131	-	AFONSO DE ALBUQUERQUE (1509 - 1515)	5 - 461
	1511	GARCIA DE NORONHA	196			
	1512	JORGE DE MELO PEREIRA	289			
	1513	JOÃO DE SOUSA DE LIMA	361			
	1514	CRISTÓVÃO DE BRITO	385			
	-	-	-	-	LOPO SOARES (1515 - 1518)	462 - 482

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

Quadro 6 - Resumo esquemático, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.	
D. MANUEL I (1495 - 1521)	1516	JOÃO DA SILVEIRA	483	-	LOPO SOARES (1515 - 1518)	483 - 554	
	1517	ANTÓNIO DE SALDANHA	531				
	1519	CAPITÃES	574		DIOGO LOPES DE SEQUEIRA (1518 - 1522)	555 - 672	
	1520	S/NOME	609				
D. JOÃO III (1521 - 1557)	1522	ARMADA COM A NOTÍCIA DA MORTE D. MANUEL I	729		DUARTE DE MENESES (1522 - 1524)	673 - 814	
	1523	DIOGO DA SILVEIRA	775				
	-	-	-		VASCO DA GAMA (1524)	-	815 - 857
	1525	FILIPE DE CASTRO	940		HENRIQUE DE MENESES (1524 - 1526)	858 - 974	

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

O Livro Terceiro, Tomo III, seria editado em 1862 e 1863 e as duas partes que o compõem somam 149 capítulos narram os acontecimentos relacionados com a governação de Lopo Vaz de Sampaio, as tribulações com a governação provisória de Pêro de Mascarenhas, terminando com o governo de Nuno da Cunha.

Quadro 7 - Resumo esquemático do Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. JOÃO III (1521 - 1557)	1526	S/NOME	97	-	LOPO VAZ DE SAMPAIO (1526 - 1529)	11 - 79
	1527	MANUEL DE LACERDA	182		PERO MASCARENHAS (1526 - 1528)	79 - 226
	1528	NUNO DA CUNHA	282		LOPO VAZ DE SAMPAIO (1528 - 1529)	227 - 307
	1529	DIOGO DA SILVEIRA	333		NUNO DA CUNHA (1529 - 1538)	308 - 438
	1530	S/NOME	384			

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

Quadro 8 - Resumo esquemático do Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, 1863

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. JOÃO III (1521 - 1557)	1531	S/NOME	439	-	NUNO DA CUNHA (1529 - 1538)	439 - 897
	1532	S/NOME	458			
	1533	-	540			
	1534	MARTIM AFONSO DE SOUSA	578			
	1535	FERNÃO PERES DE ANDRADE	638			
	1536	JORGE CABRAL	743			
	1537	S/NOME	816			

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

Por fim o Livro Quarto, Tomo IV, veria a sua publicação nos anos de 1864 e 1866. Com 295 capítulos este livro aborda o governo do vice-rei Garcia de Noronha e dos governadores Estêvão da Gama, Martim Afonso de Sousa, João de Castro, Garcia de Sá, culminando com Jorge Cabral.

Quadro 9 - Resumo esquemático do Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, 1864

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. JOÃO III (1521 - 1557)	1538	GARCIA DE NORONHA	9	GARCIA DE NORONHA (1538 - 1540)	-	9 - 121
	1539	PERO LOPES DE SOUSA	95			
	1540	FRANCISCO DE SOUSA TAVARES	141		ESTEVÃO DA GAMA (1540 - 1542)	122 - 231
	1541	MARTIM AFONSO DE SOUSA na qualidade de governador	212			
	1542	S/NOME	264			
	1543	DIOGO DA SILVEIRA	309			
	1544	FERNÃO PERES DE ANDRADE	412		MARTIM AFONSO DE SOUSA (1542 - 1545)	232 - 430
	1545	S/NOME	431			
				JOÃO DE CASTRO (1545 - 1548)	431 - 472	

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

Quadro 10 - Resumo esquemático, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866

REINADO	PARTIDA DO REINO	ARMADA TENDO POR CAPITÃO-MOR	PÁG.	VICE-REI	GOVERNADOR	PÁGS.
D. JOÃO III (1521 - 1557)	1546	LOURENÇO PIRES DE TÁVORA	531	-	JOÃO DE CASTRO (1545 - 1548)	473 - 660
	1547	CAPITANIAS APARTADAS	598			
	-	-	-		GARCIA DE SÁ (1548 - 1549)	661 - 679
	1549	S/NOME	687		JORGE CABRAL (1549 - 1550)	680 - 732

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, edição em linha

Segundo Rodrigo José de Lima Felner, o facto de as *Lendas da Índia* terminarem no governo de Jorge Cabral poderá estar relacionado com o facto de ter Gaspar Correia receado passar de um escritor de glórias lusas para um denunciador de ignomínias¹⁹⁶, uma vez que por semelhante atitude teria D. João III mandado suprimir o décimo livro relativo à *História da Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda.¹⁹⁷

Apesar disso, as *Lendas da Índia* constituem um documento historiográfico elucidatório quanto às atrocidades cometidas pelos portugueses em terras asiáticas. Embora esta narrativa dê a entender a dificuldade em «[...] descobrir o Homem por detrás da Obra, dificuldade acrescida pela escassa documentação sobre o autor e a sua vida no Oriente»¹⁹⁸ ela permite, contudo, descortinar com clareza as intenções do cronista em registar aquilo que se ia passando no espaço oriental corroborado na seguinte passagem:

«He verdade que quando comecey esta occupação de escrever as cousas da India erão ellas tão gostosas, per suas bondades, que daua muyto contentamento ouvilas recontar ; mas, porque as cousas boas pouquo durão, as bondades se forão danando e comrompendo, como ao diante direy, que nom deixarey de escrever, pera que cada um aja o galardão de seu bem e do mal, neste mundo nas lingoas e memorias das gentes, e no outro, ante Deos, cada hum auerá direita satisfação de seus merecimentos».¹⁹⁹

A importância que esta obra assume plasma-se na influência que ela exerceu no reino português e é confirmada pela perspectiva de Ana Paula Avelar quando assinala o carácter influente que as *Lendas da Índia* registaram nos «[...] círculos portugueses, servindo de fonte informativa para obras como a *Cronica do Muyto Alto e Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom Joao o III deste Nome*, de Francisco de Andrade, ou para a *História de S. Domingos*, de Frei Luís de Sousa».²⁰⁰

De modo a corroborar este facto veja-se como exemplo, o capítulo XXI da referida crónica de Francisco de Andrade, escrita em 1613:

¹⁹⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858. In *Notícia Preliminar a “Lendas da Índia”*, p. XV.

¹⁹⁷ «Deplorando taes perdas, bem quizeramos, mas não podêmos, deixar de arguir dois crimes de lesarção: a nesçia condescendencia com que D. João III, por comprazer a fidalgos que se haviam deshonrado no segundo cerco de Dio, mandou supprimir o decimo livro da Historia de Castanheda, em que se diziam verdades amargas [...]», idem, p. XIII.

¹⁹⁸ Maria João Loução de Carvalho, op. cit., p. 52.

¹⁹⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860, p. 5.

²⁰⁰ Ana Paula Avelar, *Correia, Gaspar*, p. 2.

«Tinha ElRey dom Manoel mandado por governador hàs partes da India o anno de mil & quinhentos & vinte hum (q foy o mesmo em que morreo) dom Duarte de Meneses filho do conde Prior, tirado para esse effeito do governo de Tangere, onde na guerra que fazia aos mouros tinha ganhado muyta honra, deixando nelle em seu lugar dõ Anrique de meneses seu irmão, & para capitão mòr do mar naquellas partes mandara em companhia do mesmo governador dom Luis de meneses seu irmão, monteyro mòr que então era princepe».²⁰¹

que deixa entender a influência verificada através da comparação com o capítulo I do Livro Segundo, Tomo II, Parte II das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia:

«Em fim de setembro d’este anno presente de 1521 chegou á barra de Goa por Governador da India dom Duarte de Meneses, filho do conde Priol mordomo mór d’ElRey dom Manuel, que este anno partio do Reyno por Governador, em Santa Elena; dom Luiz de Meneses, seu irmão, na nao Sant’isprito, pera Capitão mór do mar».²⁰²

Esta breve comparação sai reforçada pela menção que Francisco de Andrade efetuou na introdução da sua obra ao referir:

«Nas consas da India seguy huas informações que me vierão ter hà mão assaz largas & difusas, que me parecerão de mais credito que quaisquer outras q pudera ter, porque forão feitas por hum homem honrado que diz de sy que entrara na India poucos anos depois de ella ser descuberta, & que tomou por empresa escrever as cousas que nella socederão em todo o discurso de sua vida, que foy de largo tempo, de q as mais elle vio por seus olhos por se achar presente nellas, & das que não vio tirou tão certas informações que as escreve por tão verdadeyras como se as vira».²⁰³

numa provável alusão a Gaspar Correia e às suas *Lendas da Índia*.

Esta questão releva a afirmação de Maria João Carvalho quando refere que «[...] os cronistas se serviam dos trabalhos uns dos outros, como é o caso de Fernão Lopes de Castanheda que cita Rui de Pina [...], de Francisco Álvares, ou de Francisco de Andrade ter consultado como fonte principal as *Lendas da Índia*».²⁰⁴

A *História de S. Domingos* de Frei Luís de Sousa constitui um exemplo da fonte informativa que as crónicas de Gaspar Correia assumiram no universo literário português. Do capítulo XXXIII com o título *Da vida, e morte do Padre Frei Inacio da Purificação. E do Irmão Frei Pedro de S. Domingos, leigo* retirou-se a seguinte passagem: «[...] nas partes da Índia, em companhia do primeiro Vigario Geral d’ella,

²⁰¹ Francisco de Andrade, *Cronica do Muyto Alto e Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom Joao o III deste Nome*, fol. 20.

²⁰² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 673.

²⁰³ Francisco de Andrade, op. cit., introdução.

²⁰⁴ Maria João Loução de Carvalho, op. cit., p. 55. Cf. Ana Paula Avelar, *Visões de Oriente*, pp. 16, 28.

Frei Diogo Bermudes, sendo Provincial n'esta Provincia o padre Mestre Frei Francisco de Bovadilha, e Governador da Índia o bom velho Garcia de Sá [...]».²⁰⁵ Da mesma se pode observar que o autor constata as qualidades de bondade do referido governador.

Esta característica de temperamento é também posta em evidência nas *Lendas da Índia*, através dos dois primeiros capítulos do Livro Quarto, Tomo IV, Parte II de que aqui se apresentam dois exemplos que indiciam que Frei Luis de Sousa teria recolhido informação nesta fonte para caracterizar o governador em questão.

Assim, no capítulo *De como o governador Gracia de Sá se aposentou na cidade, onde deu mesa geral a toda a gente, tres mesas ao jantar, tres á cêa, que cada vez comião oitocentos homens*, há a realçar para a problemática o seguinte trecho:

«O Governador nouo se veo pera' cidade, e se aposentou nas casas dos contos, e logo assentou mesa, que deu a todo homem, que nom cabião huns per cima d'outros, e daua tres e quatro mesas, huma vazia e outra chea, assaz abastadas. E como o Governador era homem de muyto tempo no seruiço da India, e sabia o grande mal que o pouo padecia polo vagaroso despacho dos Governadores (...) elle, por mostrar o caminho a todolos despachadores, tomou em cuidado dar grande despacho a todo o pouo [...]».²⁰⁶

O capítulo seguinte designado por *Como ordenou mesa de relação e desembargo, em que daua grande despacho a todolas cousas de justiça e fazenda, visitando os presos e espirital ; e os negocios da ribeira e almazens madaua prouer per hum seu viador, que tudo pôs em boa ordem, e tudo era prouido como compria*, evidencia o sentido de justiça de Garcia de Sá da seguinte forma: «E fez ouvidor geral o licenciado Antonio de Barbudo, e tirou Bastião Lopes Lobato, que o era, que o fizera o Governador dom João de Crasto que era seu amigo, nom sabendo letras»²⁰⁷ revelando também a existência de uma política de favorecimentos, aqui relativamente a D. João de Castro, para o desempenho de determinados cargos.

Antes de entrar na lenda do governador Duarte de Meneses, procedeu-se a uma breve abordagem sobre aspetos que ilustram a relação dos portugueses com o Outro, os feitos em terras do Oriente, o seu comportamento censurável e a administração deficiente naquelas longínquas paragens. Para o efeito, procurou-se através de alguns excertos, abranger as oito partes que na versão aqui analisada compõem as *Lendas da*

²⁰⁵ Frei Luis de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, p. 417.

²⁰⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, p. 661.

²⁰⁷ Idem, pp. 662-663.

Índia, acompanhada de quadros ordenados cronologicamente que permitem uma melhor identificação das passagens na obra e em que contexto é que elas aconteceram.

2.1.2 A alteridade no espaço asiático

Neste breve percurso pelas *Lendas da Índia* cabe também proceder-se a uma sucinta abordagem a outros aspetos, uns mais positivos, outros menos, relativos ao empreendimento português além-fronteiras. Apesar do objetivo deste estudo ser o de perscrutar os indícios de (des)governo na Índia quinhentista, é também importante para a compreensão da temática abordar as perspetivas que abonavam a favor dos portugueses. No universo da literatura dos Descobrimentos, uma das temáticas que surgem relacionam-se com a interação entre identidade e alteridade sendo, por isso, frequente a alusão aos encontros com o Outro²⁰⁸ e as impressões daí resultantes.²⁰⁹

Enquadrando-se a obra *Lendas da Índia* no domínio da literatura de viagens, e partindo do pressuposto que «o narrar da novidade, no discurso da Expansão legitima um poder – o dos autores da Descoberta»²¹⁰, é inevitável abordar as questões relacionadas com a alteridade humana e geográfica e os feitos dos portugueses, através da observação de alguns relatos contados na primeira pessoa uma vez que «[...] viu a maior parte dos sucessos que relata, e mesmo os que não viu narra por miúdo, guiando-se não por tradições remotas e incertas, mas por informações fidedignas [...]».²¹¹

Para o efeito, procedeu-se à análise de excertos de vários capítulos considerados exemplos válidos para a problemática em questão e de que a seguir se dá conta.

O estilo adotado por Gaspar Correia em *Lendas da Índia* é assumidamente um estilo caracterizado pelo visualismo exótico predominante naquelas paragens orientais. Assim, no capítulo XII do Livro Primeiro, Tomo I, intitulado *Como os nauios chegarão a Moçambique, e o que ahi lhes aconeteço*, é efetuada uma descrição do Xeque que se encontrou com Vasco da Gama, nos seguintes termos:

²⁰⁸ Cf. Carla Sofia Saraiva Luis, *Encontros Civilizacionais no Oriente: Visões sobre a Alteridade nas Obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires*.

²⁰⁹ Cf. José Sebastião da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, p.171.

²¹⁰ Ana Paula Menino Avelar, *A Cronística Portuguesa da Expansão – Modelos e Práticas Discursivas – Narrativas de um Poder em Questão*, p. 6.

²¹¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858. In *Notícia Preliminar de Rodrigo José de Lima Felner*, p. XIII.

«A horas de vespora o Xequ se veo a nao em duas almadias juntas atadas, e em cima paos e távoas, que fazião sombrado cuberto d'esteiras, em que vinhão dez Mouros assentados, e o Xequ assentado em uma trapeça baixa redonda, cuberta com hum pano de seda, e huma almofada em que se assentava; homem baço de bom corpo, e boa presença de homem, vestido *de* uma jaqueta de veludo de Mequa de muitas cores e hum pano azul com viuos de fio d'ouro cingido, que o cobria até os joelhos, e huns calções até aos artelhos de pano branco, e o corpo nú, e sobre o pano cingido outro de seda, em que trazia uma adaga guarnecida de prata, e na mão hum traçado assi guarnecido de prata, e na cabeça uma touquinha de um pano de seda de cores, com viuos e cadilhos de fio d'ouro posta sobre uma carapuça de veludo preto de Mequa».²¹²

Assiste-se aqui a uma descrição de pormenores relacionados com a aparência do Xequ e o seu modo de vestir. É também fornecida uma perspectiva do Outro no que concerne aos sentimentos em relação aos portugueses como se infere do seguinte excerto:

«O Xequ lhe muito perguntou se os nossos erão Turcos, porque sabia que erão homens brancos e que tinhão naos d'outra feição, e não como os da India. O Mouro lhe afirmou que nom erão Mouros, mas que se affirmava que erão christãos; o que o Xequ nom confiou, e elle em pessoa quis ver os nossos, e disse ao Mouro que tornasse aos Capitães, e lhe perguntasse se querião que os fosse ver, e lhe mandou galinhas, e cocos, e figos, e hum carneiro».²¹³

Como se constata, é um sentimento de desconfiança que transparece no Xequ face aos portugueses, mas por outro, é relevada a questão da hospitalidade. Este breve trecho é também exemplo da vivacidade da narração de Gaspar Correia que como consequência acarreta para o discurso repetições e erros como, por exemplo, a falta de concordância gramatical.

No capítulo XVI com o título *Como as naos chegarão á cidade de Calecut, em que se reconta todo o que hi passarão até se tornarem a partir*, pode-se também observar as questões económicas que enfatizam o contraste entre as gentes locais e os mouros:

²¹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858. In *Notícia Preliminar de Rodrigo José de Lima Felner*, p. 36.

²¹³ Idem, pp. 35-36

«A cidade de Calecut, como era a principal da Índia por seu grande trato d'antiguidade, era toda pouxada de Mouros, estrangeiros e naturaes os mais ricos que hauia em toda a Índia; Mouros do grão Cairo, que trazião grandes armadas de muitas naos, com grande trato de grossas mercadorias que trazião de Meca, e leuauão retorno de pimenta, drogas e todas outras mercadorias as mais ricas de toda a Índia, com que ganhauão grandes riquezas: e a gente natural, que são Malauares, são muy pobres de riquezas; porque da terra nom tem nenhum proveito, nem renda mais que somente com que se sostem».²¹⁴

Tendo em conta que durante anos o mundo oriental esteve envolto em lendas fantásticas;²¹⁵ que no domínio da política a utopia surgia através de um império fabuloso plasmado no reino de Preste João, cujos europeus terão tomado conhecimento através de carta enviada ao imperador de Bizâncio,²¹⁶ e numa altura em que o Oriente ocupava o imaginário português²¹⁷ como uma zona geográfica de grande potencial para melhores condições de vida, levando a que anualmente deixassem o reino 2.400 pessoas maioritariamente com destino a Goa e ao Extremo Oriente²¹⁸, não deixa de ser importante sublinhar o facto de Gaspar Correia mencionar a pobreza dos naturais de Calecute, provando assim, a objetividade do autor e o seu contributo como fonte fiel para a historiografia portuguesa.

²¹⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. 75.

²¹⁵ Luis de Albuquerque, *Ciência e Experiência nos Descobrimientos Portugueses*, p. 122.

²¹⁶ «A partir da carta enviada ao Imperador de Bizâncio, os europeus passaram a acreditar na existência desse poderoso cristão e de seu fabuloso império. Essa primeira carta, aliás, se mostrava como um resumo de todas as fantasias do imaginário europeu da Idade Média; havia nela espaço para a torre de Babel, o Paraíso Terrestre, a ave Fénix, o Unicórnio, etc. Além disso, tão poderoso monarca cristão representava a possibilidade de derrotar de vez os infiéis e libertar a cidade santa de Jerusalém. É nesse contexto que se pode melhor compreender a procura do Preste João como uma das causas das navegações portuguesas. Encontrar esse forte aliado contra os mouros seria um poderoso trunfo para a política externa do reino de Portugal», in Ronaldo Menegaz, *A Busca de Si Mesmo no Outro: as Terras do Preste João*, p. 4.

²¹⁷ De referir a questão da temática da Utopia predominante no século XVI impulsionada pela obra *Utopia* de Thomas More. A este propósito ver o artigo de Ana Paula Avelar *Face de uma Utopia: das Imagens da Cidade de Portugal da Expansão (Século XVI)*, pp. 25-37.

²¹⁸ Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português*, p. 66. Segundo A. J. R. Russell-Wood «continua por determinar a quantidade de informação ao alcance dos potenciais emigrantes, a qualidade desta informação e se tinham alguma ideia daquilo que os esperava [...] os historiadores modernos podem dispor de uma grande riqueza documental, para a qual contribuíram várias pessoas com conhecimentos de primeira mão, como Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, Diogo do Couto ou Tomé Pires, e ainda de documentos escritos e da correspondência volumosa de jesuítas e frades de ordens religiosas». In *Fluxos de Emigração*, A. J. R. Russell-Wood, p. 237.

Damião de Góis também aponta duas causas essenciais à demanda para terras do Oriente, aludindo que «a verdade é que esta rota de tão larga peregrinação se tornou agora tão frequente para as gentes das nossas terras, seja por instigação de génio infatigável, seja por força da fome implacável do ouro [...]»,²¹⁹ a propósito do caminho marítimo para a Índia.

Através da recetividade aos portugueses, é possível também perceber como estes eram vistos pelo Outro. Exemplo disto é o capítulo III *Como armada chegou a Cochym, e o Capitão mór se vio com ElRey, a que deu grande presente de riquas peças, e vinte mil cruzados em ouro, e outras cousas que lhe ERrey mandou, e se fez o pezo da pimenta junto da pouoação, e do grande presente que o Rey da Pimenta mandou a ElRey de Cochym, de cem tones carregados de pimenta*, do Livro Primeiro, Tomo I, Parte II:

«E o Capitão mór se fez á vela de Calecut, e chegou a Cochym ao outro dia á noite, onde logo veo visitação d’ElRey [...] e gente muy louçã de vestidos, com muytas bandeiras e trombetas, e toda a armada fez grande salua, e foy desembarcar na fortaleza da tranqueira, que fez grande salua d’artelharia [...] que sayo fóra a receber o Capitão mór, e todos os Capitães, com suas cortesias e muyto amor, como se forão naturaes».²²⁰

Prosseguindo na narração é referido:

«E mandou dizer ao Capitão mór que nom tinha com que pagar a ElRey seu irmão tamanhas amizades, senão com lhe carregar bem as suas naos [...] porque ElRey da Pimenta, por auer muyto prazer vendo seu Reyno saluo do Çamorym polo trabalho dos Portuguezes, se lhe mandara oferecer com muyta pimenta».²²¹

Estes relatos fornecem informação sobre os rituais de receção aos portugueses que eram também uma forma de agradecimento pela proteção prestada, resultante da ajuda portuguesa em conflitos regionais. Neste caso, os portugueses teriam salvo Cochim do Samorim, e em troca teriam sido presenteados com muita pimenta. Esta passagem revela-se também elucidativa quanto ao facto de os portugueses assentarem a sua estratégia de conquista no aproveitamento das rivalidades localmente existentes.

²¹⁹ Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, p. 97.

²²⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, 1859, p. 500.

²²¹ *Idem*, p. 501.

Por outro lado, o interesse dos portugueses no Outro não revelaria apenas curiosidade por outros povos e outras culturas, mas também um meio de utilizar esse conhecimento para tirar benefício de relações comerciais e políticas conforme é postulado por João Paulo Oliveira Costa e Teresa Lacerda.²²²

O recurso à diplomacia e a boas práticas no relacionamento com o Outro era uma estratégia presente no início do estabelecimento dos portugueses em terras ultramarinas como se comprova da leitura do capítulo XV inserido no Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, com o título *Como o Visorey pedio licença a ElRey de Cochym pera fazer casas de pedra e telha pera seu aposento, e recolhimento das mercadorias da feitoria e almazens, no que ouve muytos debates, e ElRey deu a licença que se fizesse:*

«O Visorey tinha muy grande desejo, sobre todalas cousas, de fazer em Cochym fortaleza de pedra, que para elle seria muy grande honra em sua memoria, e porque ElRey lho encomendaua sobre todalas cousas, que se fizesse com aprazimento e vontade d'ElRey de Cochym, e de seu Principe, e grandes do Reyno, porque com força, e contra vontade nom podia ser, que seria trabalho perdido, e causa de se perder o que estaua ganho, que era a boa amizade d'ElRey, e de seus grandes senhores de terras, e se perderia a carregação da pimenta, que era o lume dos olhos de Portugal, e nom avia poder no mundo pera se lhe tomar per armas; polo que ElRey o defendia ao Visorey que se nom fizesse com nenhum escandalo, senão muyto com aprazimento d'ElRey [...]».²²³

A preocupação em realizar ações com o consentimento das autoridades locais, tendo sempre em vista a vantagem comercial que poderia ser colhida dessa relação cordial, contrasta, por exemplo, com a atitude levada a cabo pelo governador Henrique de Meneses, em 1525.²²⁴ A diferença de atitudes dos dois governadores em espaços temporais distintos representa um sinal revelador de degradação nas relações luso-orientais.

²²² «A compreensão do «outro» teve como objectivo principal a construção de um conhecimento utilitário. Os Portugueses interessaram-se pelas sociedades descompartmentadas, porque desejavam estabelecer com elas relações comerciais e políticas. O espírito científico nasceria séculos mais tarde», in João Paulo Oliveira Costa e Teresa Lacerda, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séc. XV-XVIII)*, p. 72.

²²³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, 1859, pp. 625-626.

²²⁴ V. subcapítulo 2.1.5 com o título *Exemplos de má administração*.

Quadro 11 - Capítulos analisados sobre a alteridade no espaço asiático

Temática	Livro	Tomo	Parte	Ano	Cap.	Designação	Pp.	Contexto
A alteridade no espaço asiático	Primeiro	I	I	1858	XII	Como os nauios chegarão a Moçambique, e o que ahi lhes aconteceo	34-42	Vasco da Gama (1497)
	Primeiro	I	I	1858	XVI	Como as naos chegarão á cidade de Calecut, em que se reconta todo o que hi passarão até se tomarem a partir	71-85	Vasco da Gama (1498)
	Primeiro	I	II	1859	III	Como armada chegou a Cochym, e o Capitão mór se vio com ElRey, a que deu grande presente de ríquas peças, e vinte mil cruzados em ouro, e outras cousas que lhe ElRey mandou, e se fez o pezo da pimenta junto da pouoação, e do grande presente que o Rey da Pimenta mandou a ElRey de Cochym, de cem tones carregados de pimenta	500-503	Lopo Soares (1504)
	Primeiro	I	II	1859	XV	Como o Visorey pediu licença a ElRey de Cochym pera fazer casas de pedra e telha pera seu aposento, e recolhimento das mercadorias da feitoria e almazens, no que ouve muytos desbates, e ElRey deu a licença que se fizesse	625-633	Francisco de Almeida (1506)

Fonte: Elaboração própria a partir *das Lendas da Índia*, edição em linha

2.1.3 Os feitos no Oriente

Gaspar Correia foi escrivão de Afonso de Albuquerque durante aproximadamente três anos, o que lhe permitiu certamente conhecer a personalidade do governador.²²⁵ Entre os muitos capítulos que compõem o Livro Segundo, cinquenta e quatro são dedicados ao segundo governador da Índia portuguesa, nomeado por D. Manuel em substituição de D. Francisco de Almeida.

Afonso de Albuquerque, com cerca de cinquenta anos «[...] estava em vias de se tornar no mais notável de todos os conquistadores e construtores de impérios [...]»²²⁶ tendo-se revelado um grande estratega do império português do Oriente, conquistando Goa e Malaca, em 1510 e 1511, respetivamente.

²²⁵ «Partido o Visorey pera o Reyno, como dito he, ficando Afonso d'Albuquerque em sua gouernança da India, elle, como homem prudente, consirando em sy tamanha cousa como a gouernança da India, cousa de tamanho pezo, e tamanha conta auia de dar a Deos do que mal acertasse, e a ElRey, que nelle confiára tamanho encargo de auer de ministrar a India, e a melhorar com paz e guerra, como melhor fosse pera segurança do Estado Real [...]», in Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860, p. 6.

²²⁶ W. Bailey Diffie e D. George Winus, *A Fundação do Império Português 1415-1580*, p. 35.

Fomentou uma política de miscigenação entre soldados portugueses e asiáticas e criou o sistema de administração consuetudinária sob o domínio do reino português fazendo assim face à necessidade de administrar de forma direta os indianos e os malasianos.²²⁷

De seguida, apresenta-se um exemplo da ação de Afonso de Albuquerque em terras do Oriente. Neste caso, no capítulo XX, do Livro Segundo, Tomo II, Parte I, com o título *De como o Governador fortificou a cidade de Goa e assentou o pouo dos gentios; e grande destroição que fez nos mouros, e fez tanadar mór das terras de Goa a Melrao, e o que passou com o Timoja sobr'ysso* onde é descrita, de forma pormenorizada, a forma como Goa foi desocupada dos mouros, em Novembro de 1510:

«Ao outro dia, que foy segunda feira, o Governador mandou alimpar as casas do castello da cidade, que era aposento do Hidalcão, e se foy lá com toda a gente, e ahy se aposentou, e mandou vir toda'armada pera diante da cidade. Encarregou Diniz Fernandes de Mello que corresse a cidade, e pusesse em boa guarda as casas em que achasse mantimentos, em que se acharão grandes tercenas d'elles, e nom se achou muyto fato que roubar, porque a cidade estaua acupada com os mouros e gente de gornição [...] E mandou as galés, e carauellão, e atalayas de Timoja, que com a maré fossem polo rio correr a cidade em roda [...] e souberam que mais d'ametade dos mouros, que sayrão da cidade, logo se forão aos passos passar pera terra firme, em que as embarcações erão poucas, e a gente muyta, e a pressa grande, com que se perderão e afogarão no rio mais de tres mil almas de família. E dos mouros na peleja, nas naos e dentro da cidade, morrerão passante de mil e quinhentos, afora os que depois morrerião das feridas».²²⁸

Vários são os episódios que ilustram as conquistas portuguesas além-atlântico, tendo como protagonistas outros governadores. É o caso do episódio da tomada da ilha de Bete, referenciado no Capítulo XXIII sob o título *De Como o Governador partio de Damão atravessando pera Dio, e foy tomar na ilha do Bete, que ora se chama dos Mortos*, referente ao governo de Nuno da Cunha:²²⁹

²²⁷ W. Bailey Diffie e D. George Winus, *A Fundação do Império Português 1415-1580*, p. 112ss.

²²⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860, pp. 154-155.

²²⁹ O governo de Nuno da Cunha foi o mais longo do século XVI, com nove anos de governação entre 1529 e 1538 contrastando com a média aproximada de três anos de duração.

«E sendo duas horas ante menhã, dia da Purificação de Nossa Senhora, a gente começou a desembarcar em terra, que auia grande praya e muytas escadas. O Governador desembarcou tangendo trombetas, atabales, charamelas, com sua bandeyra real, que leuaua Ruy Barbudo, valente caualleiro, aleuantandose grandes gritas dos nossos no mar e na terra. Ao que todos os nossos cometerão a sobir e entrar; ao que os mouros acodião tirando alguns tiros de ferro que tinhão, e espingardões, e muytas frechas, e acodirão á porta, que tinhão de dentro atupida de pedra e terra, e assy ao muro per que o Governador cometia, que era mais baixo. Mas os fidalgos e caualleiros mancebos, porque era ante o Governador cometiam denodadamente, trepando polas lanças e paredes, que ás vezes esborrondauão as pedras com que cayão abaixo. Os capitães de fóra falauão e esforçauão, nom temendo os nossos os espingardões e muytas frechas e pedras de funda, que tirauão muytas, que nom errauão, que tirauão a montão porque os nossos estalão juntos».²³⁰

Este trecho é um exemplo da narrativa descritiva que quase permite transportar o leitor para o decorrer da ação. O recurso ao diálogo constitui outra técnica utilizada por Gaspar Correia, provavelmente como forma de imprimir mais vivacidade à narrativa e captar e prender a atenção de quem lia a sua obra:

«O rume disse: «Senhor, tu vás a muy grande feito, que he tomar Dio, que he d'EIRey de Cambaya, o mais poderoso em gente e dinheiro que *não* há nenhum em toda a India ; o que, senhor, terás bem sabido, que se elle mandar secorro a Dio nem cinco armadas como esta tomarão Dio ; o qual se por força de guerra tomares toda a costa de Cambaya he tua, e eu com esta gente que tenho logo ysto deixarey. E se ysto nom quiseres agardar logo n'esta hora te largarey a ilha com quantos n'ella estão, sem mais aquy tornar.» O Governador lhe dixeu: «E que fiança darás que como eu d'aquy passar nom tornarás á tua obra muyto melhor do que agora fazes, e com muyta mais gente, com que depois auerá mais trabalho?» O rume respondeo: «Eu, senhor, farey o que for rezão.» O Governador disse: «Dio ou per guerra ou paz há de ser meu, que se nom póde defender a este poder que leuo».²³¹

Outro exemplo dos feitos portugueses aconteceu em 1546, sob o comando de João de Castro, e relaciona-se com a vitória dos portugueses após o cerco à fortaleza de Diu imposto pelos mouros. Este episódio é narrado por Gaspar Correia no capítulo LXIV do Livro Quarto, Tomo IV, Parte II com o título *De como o Governador per sua boa ordem sayo da fortaleza menhã crara, e cometeo as muralhas do arrayal á escalla vista, e entrou e venceo, e pôs em fogida os mouros, e os nossos forão após elles até serem deitados fóra da ilha ; e como tudo passou:*

²³⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862, p. 402.

²³¹ Idem, p. 400.

«O que se crê inteiramente que assy era, pola grande misericordia de Nosso Senhor, pois que huma forteza sem paredes oitenta homens a defendiam, fazendo tanto mal nos imigos, sendo moltidão d'elles, e os nossos fraços de fome e aleijados de feridas, que pelejauão detrás de paredes que hum gato podia saltar ; que bem visto e craro he que tal cousa nom se sosteue senão polo querer de Deos, mostrando seus milagres, com sua benta madre Nossa Senhora, que a vião os infies com os olhos, e em sonhos e reuelações parecia e fallaua aos homens e molheres seus deuotos ; que sem duvida este feyto de Dio foy tão duvidado, que nom ouve homem que pudesse *crer* que tal se podia acabar sem muy grande mortindade dos nossos».²³²

Verifica-se aqui, uma questão cujo trabalho de Maria João de Carvalho aborda em pormenor e que se prende com a causalidade divina. Esta causalidade está bem plasmada nesta passagem quando o cronista refere que foi pela vontade de Deus e de Nossa Senhora, que através dos seus milagres os portugueses conseguiram resistir ao cerco da fortaleza de Diu.

Outro episódio relacionado com o providencialismo é o que ocorreu em 1517, na governação de Lopo Soares, descrito no capítulo XII *De hum milagroso que se aqueceo em Ceylão em quinta feira d'Endoenças*, no Livro Segundo, Tomo II, Parte II, de que aqui se transcreve um excerto:

«Os nossos chegarão perto de Columbo á vista dos mouros, onde auia huma praça que cortaua hum regato d'agoa; onde chegados derão gritas como d'alegria, chamando senhor Deos, misericordia! O que sendo visto do mouro mandou os seus que lhe fossem atar todos, e atados lhos leuassem. Ao que os mouros forão com grandes gritas, os quaes os nossos forão receber e cometer tão valentemente como se forão mil. Os mouros trabalhauão por lhe dar pancadas nas cabeças pera os derrubarem e tomarem ás mãos; os nossos, chamando misericordia de Deos, pelejauão como homens que se entregauão a morrer, e por o querer Deos, mostrando seu grande poder, nom ferião mouro que logo nom caysse morto. Com que Nosso Senhor pôs seu temor sobre os mouros que começarão a fogir; porque os nossos que erão doentes tinham forças como os sãos. O mouro Baleasem vendo fogir os seus, que hião muyto feridos e ficauão ja muytos mortos, entrou em seu coração grande medo, com que se recolheo ao mar, o que todos assy fizeram [...]»²³³

Note-se uma vez mais o facto de Gaspar Correia recorrer ao divino para justificar as vitórias portuguesas face aos mouros. Este é certamente um aspeto que se distancia do âmbito da historiografia que releva a objetividade dos factos e procura respostas racionais contrariamente ao que apresenta Gaspar Correia. Neste sentido o cronista afasta-se dos propósitos de um historiador e que se prendem com a sua capacidade de análise objetiva aquando da interpretação dos factos históricos. Contudo,

²³² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, p. 570.

²³³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, pp. 521-522.

para a cronística da expansão, os relatos/descrições são a matéria fundamental para o conhecimento da história da época quinhentista.

Quadro 12 - Capítulos analisados sobre os feitos no Oriente

Temática	Livro	Tomo	Parte	Ano	Cap.	Designação	Pp.	Contexto
Os feitos no Oriente	Segundo	II	I	1860	XX	De como o Gouemador fortificou a cidade de Goa e assentou o pouo dos gentios; e grande destroição que fez nos mouros, e fez tanadar mór das terras de Goa a Melrao, e o que passou com o Timoja sobryssso	154-162	Afonso de Albuquerque (1510)
	Segundo	II	II	1861	XII	De hum milagroso feito que se aqueceo em Ceylão em quinta feira d'Endoenças	517-523	Lopo Soares (1517)
	Terceiro	III	I	1862	XXIII	De como o Gouemador partio de Damão atraessando pera Dio, e foy tomar na ilha do Bete, que ora se chama dos Mortos	398-404	Nuno da Cunha (1531)
	Quarto	IV	II	1866	LXIV	De como o Gouemador per sua boa ordem sayo da forteleza menhã crara, e cometeo as muralhas do arrayal á escalla vista, e as entrou e venceo, e pôs em fogida os mouros, e os nossos forão após elles até serem deitados fóra da ilha ; e como tudo passou	556-570	João de Castro (1546)

Fonte: Elaboração própria a partir *das Lendas da Índia*, edição em linha

2.1.4 O mau comportamento dos portugueses

Apesar dos aspetos favoráveis mencionados nas crónicas dos Descobrimentos, e dos quais se apresentou anteriormente alguns exemplos incluídos na obra de Gaspar Correia, a cronística lusa vive também de questões menos positivas, já que os relatos e denúncias nada edificantes pululavam nas crónicas e nas descrições coevas.²³⁴

As *Lendas da Índia*, à semelhança do que se passou posteriormente com *O Soldado Prático* de Diogo do Couto, também denunciam comportamentos menos corretos dos portugueses em terras além-fronteiras. Aliás, foram esses comportamentos que suscitaram o interesse desta investigação, uma vez que deixavam entrever uma decadência no império oriental. Um desses comportamentos prende-se, por exemplo, com formas de enriquecimento obtidas de forma menos legal e, por conseguinte, opostas aos interesses do reino português, perpetradas essencialmente por dois grupos em crescendo: os degredados e criminosos e os renegados.²³⁵

²³⁴ Aurélio de Oliveira, *Nos Rumos da Modernidade*, p. 141.

²³⁵ V. Maria Augusta Lima Cruz, *Degredados e Arrenegados Portugueses no Espaço Índico, nos Primórdios do Século XVI*, pp. 169-184.

Os degredados apenas aguardavam uma oportunidade para se evadirem dos domínios da jurisdição portuguesa, e os renegados tinham comportamento idêntico comprovando-se isto através da seguinte passagem do capítulo XVI do Livro Segundo, Tomo II com o título *Como os nossos estando enuernando no rio de Goa com muyta fome e sede, o Governador foy com sua gente dar no castello de Pangim, e o tomou com matar muytos mouros; e todo o que mais passou até se sayr do rio*, dedicada à Lenda de Afonso de Albuquerque:

«O Governador estava muy magoado d'estes arnegados que lhe fogião, e mais erão tão mãos que quando vinhão messigeiros, eles vinhão com eles a cauallo, vestidos como mouros, e corrião, e folgauão, e dizião aos nossos que nom fossem paruos, que nom leuassem má vida, e se fossem pera o Hoidalção, que lhe daua muyto soldo e fazia muytas honras ; e com ysto fallauão vilezas contra nossa santa fé, e contra ElRey, e contra o Governador.»²³⁶

Este excerto revela a vontade destes grupos em livrar-se da política centralizadora e controladora de Afonso de Albuquerque tendo sido posteriormente «beneficiados» pela política de maior liberdade implementada por Lopo Soares de Albergaria que resultaria numa intensificação deste fenómeno de dispersão.²³⁷

Assim se gerava nas palavras de Luis Filipe Barreto «[...] uma diáspora informal [...] ao serviço de poderes locais, asiáticos e africanos, enquanto soldados aventureiros e mercadores, em busca de fortuna própria não alcançável, pela larga maioria, nas estruturas oficiais da expansão portuguesa [...]».²³⁸

Os próprios portugueses dão um mau exemplo de comportamento, quando os mouros constatarem que nem entre os portugueses era possível um entendimento, conforme fica provado no seguinte excerto retirado do capítulo XXXIX do Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, com o título *Do que se passou nas partes de Malaca e de Maluco n'este anno de 533, e atrás de 532*: «[...] os mouros, vendo os grandes males

²³⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1860, p. 111.

²³⁷ Andréa Doré, op. cit., p. 180.

²³⁸ Luis Filipe Barreto, *A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso-Tropicalismo*, p. 486. Beites Manso reforça esta ideia de diáspora salientando que «na região de Bengala também já havia uma grande comunidade portuguesa, os “renegados” ou “fugitivos”, desde o começo do século XVI», in *Contexto histórico-cultural das missões na Índia: séc. XVI-XVII*, p. 410.

Também Vitorino Magalhães Godinho refere, a este propósito, que «o mais prodigioso é a sua diáspora (portuguesa) através de todo o Oriente, estantes ou forasteiros, ao serviço de potentados locais ou traficando», in *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar: Séculos XIII-XVIII*, p. 378.

que auia antre os portugueses, matando seus capitães, e os aleuantamentos contra os mandados de seu Rey, e huns contra outros, e que nom tinhão ley nem verdade [...]».²³⁹

Por outro lado, existem também os casos de traição cometidos pelos portugueses, de que é exemplo o capítulo XIII *De como dom Gracia Anriques, usando traição, quebrou as pazes com Tidore, e destroyo a cidade a ferro e fogo*, do Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, onde Gaspar Correia relata o modo como, em Agosto de 1527, no tempo da governação de Pero Mascarenhas, o capitão de Maluco, Garcia Henriques teria atraído a confiança que o rei de Tidore tinha depositado nos portugueses, envenenando-o e tomando a cidade pelo fogo:

«[...] que ante menhã chegou ao porto da cidade de Tidore, em que achou a gente repousada com o pranto de seu Rey, que inda estauão confiados na paz e estauão desaperebidos, com que nom resistirão aos nossos, que logo entrarão pondo fogo á cidade, com que toda a gente fogio, e os nossos acharão sete peças d'artelharia, e fizerão na cidade grande destroyção, e se tornarão pera a forteleza. Polo qual feito os nossos ficarão auidos por falsos e trédores, porque todos sabião a condição das pazes que erão feitas antre o Rey de Tidore e os nossos ; polo que muytos Reys e senhores visinhos, que tinhão nossa amizade, onde os nossos hião tratar, lhe mandarão noteficar que nom fossem mais a suas terras.»²⁴⁰

Perante estes relatos não é de admirar o sentimento de indignação dos locais relativamente aos portugueses, assim descrito por Gaspar Correia no capítulo XXXVIII denominado *Do que os nossos fizerão na forteleza depois da tornada do catur do vigairo*:

«Que tornado o catur e vigairo a Dio, estando os mouros assy escandalizados do mal que lhe os nossos fazião nas entradas que cometião, usauão de manha com os nossos, e fazião prestes e apontauão sua artelharia, e espingardaria, nas sobidas per que cometião entrar, com seus guiões e gritas e tangeres.»²⁴¹

Este episódio, relacionado com o cerco à fortaleza de Diu pelos mouros, e que ocorreu durante a administração de Dom João de Castro revela que os confrontos militares, para além de serem impulsionados pela intenção de conquista de pontos estratégicos comerciais, eram também agravados por atitudes menos corretas dos portugueses que acabavam por acicatar ainda mais a fúria das gentes autóctones.

²³⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, 1863, p. 488.

²⁴⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862, p. 173.

²⁴¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, p. 499.

Quadro 13 - Capítulos analisados sobre o mau comportamento dos portugueses

Temática	Livro	Tomo	Parte	Ano	Cap.	Designação	Pp.	Contexto
O mau comportamento dos portugueses	Segundo	II	I	1860	XVI	Como os nossos estando enuemando no rio de Goa com muyta fome e sede, o Gouemador foy com sua gente dar no castello de Pangim, e o tomou, com matar muytos mouros; e todo o que mais passou até se sayr do rio	102-120	Afonso de Albuquerque (1510)
	Terceiro	III	I	1862	XIII	De como dom Gracia Anriques, usando traição, quebrou as pazes com Tidore, e destroyo a cidade a ferro e fogo	171-174	Pero Mascarenhas (1527)
	Terceiro	III	II	1863	XXXIX	Do que se passou nas partes de Malaca e de Maluco n'este anno de 533, e atrás de 532	486-494	Nuno da Cunha (1533)
	Quarto	IV	II	1866	XXXVIII	Do que os nossos fizerão na forteleza depois da tomada do catur do vigairo	499-501	João de Castro (1546)

Fonte: Elaboração própria a partir *das Lendas da Índia*, edição em linha

2.1.5 Exemplos de má administração

Não descurando os bons governadores e vice-reis portugueses que atuaram na Índia, as más governações acabariam por ofuscar o que tinha vindo a ser construído a favor de uma imagem positiva.

Um fator dominante era a insistência dos governos ultramarinos da Índia em referir a não existência de capital para fazer face às dificuldades que lhes eram apresentadas pelos responsáveis locais pelas fortalezas.

Assim, o capítulo IX com a designação *Como Ruy Lourenço de Tauora, capitão de Baçaim, foy a Goa pedir ao Gouernador dinheiro pera pagamento da gente da forteleza, e por que lho nom deu se foy pera o Reyno*, aborda a governação de Estevão da Gama, explicando porque é que o capitão da fortaleza de Baçaim foi solicitar dinheiro ao governador e este não lho facultou:

«Ruy Lourenço de Tauora, capitão de Baçaim, sabendo que dom Esteuão era Gouernador, em todo o inuerno lhe escreueo muytas cartas, dandolhe conta do trabalho que tinha com a gente de Cambaya, que estaua hy perto, que vinhão a correr e saltar as terras de Baçaim, com que tinha muyto trabalho, e sobre todos era a muyta pobreza da gente, que lhe muyto cramava por paga, e elle nom tinha de que lhe pagar, que na feytoria o nom auia, e elle do seu lho nom daua porque o nom tinha; que por tanto lhe pedia que o secorresse com pagamento pera' gente (...) E vendo Ruy Lourenço que o Governador lhe nom acodia (...) se escusando, e lhe dando miuda conta dos gastos e muyta necessidade que tinha (...) Ruy Lourenço*, como nobre fidalgo, disse ao Gouernador: «Pois, senhor, se ElRey nom tem

com que pagar á gente, nom tenha fortalezas. Eu sem gente nom posso guardar a sua fortaleza de Baçaim». ²⁴²

Atente-se também no seguinte:

«O Governador por eicider modo de seruiço pera aproueitar, indaque era contra o pouo e por isso se metesse no inferno, ennouou que tirou os pagamentos dos mantimentos da gente, dizendo que o vencimento do mantimento se ajuntasse ao soldo, pera que de todo juntamente fizessem pagamento á gente, (ao que ninguem lhe podia hir á mão) e desfez os officios dos apontadores dos mantimentos. Então deu em regimento ao escriuão da matriqola, em segredo, que com os soldos fizesse conta aos homens dos seus mantimentos, *mas* que sómente lhe auia de fazer conta dos seis meses que erão do inuerno, *em* que estauão em terra, e que *dos* seis meses do verão lhe nom contasse o mantimento, porque os homens andauão fóra polo mar. E assy tirou á gente ametade do mantimento [...]». ²⁴³

Este trecho retirado do capítulo X *Como o Governador tirou o mantimento á gente, e mandou lhe deitassem no soldo ametade, e que cada homem tiuesse na mão certidão de sua matriqola, e n'ella os pagamentos que recebesse ; e ordenou pagamento de quarteis*, respeitante à governação de Martim Afonso de Sousa no triénio de 1542-1545, manifesta os atropelos cometidos contra o povo e a forma como era possível enriquecer de forma ilícita.

A governação de Garcia de Noronha reveladora de cobiça é demonstrada nos seguintes termos, através do exemplo do capítulo XXVIII *Como o Visorey proueo as cousas de Dio, e fez capitão da fortaleza Diogo Lopes de Sousa, e se foy visitar Baçaim ; e o que com elle passou Ruy Lourenço de Tauora, porque nom daua dinheiro pera a gente ; e de Goa mandou secorro ao Rey de Ceylão, que lho mandou pedir*:

«O Visorey esteue em Dio no trabalho do fazimento da obra da fortaleza até de todo ser acabada, muros e cubellos, em todo o que lhe compria, com dobradas forças, e assy o baluarte do mar; e ordenou á fortaleza oitocentos homens lascaris, afóra os casados; e proueo os almazens de monições, e muyta poluora e pilouros; e deixou dinheiro pera se fazerem dous pagamentos á gente; e esto com grandes requerimentos do capitão Diogo Lopes de Sousa , que dizia que nom teria a capitania da fortaleza se lhe nom dêsse dinheiro pera pagar á gente; sobre o que tiuerão muytos debates, porque o Visorey era muy cobiçoso, e recolhia á mão do feytor d'armada *o dinheiro *, d'onde o tomava e metia em seus cofres. E deixando tudo auiado se foy a Baçaim, onde tambem teue contendas com Ruy Lourenço de Tauora sobre dinheiro que lhe nom daua pera pagamento da gente ; e porque nom deu quanto dinheiro compria [...] ». ²⁴⁴

²⁴² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, 1864, pp. 145-146.

²⁴³ Idem, p. 256

²⁴⁴ Idem, p. 77.

O único intento deste Vice-Rei era apenas o de arrecadar dinheiro como está patente no capítulo XXXI *De como o Visorey enuernou em Goa, onde se recolheo dom Aluaro, seu filho, com sua armada da costa:*

«E como o intento do Visorey era aquirir e auer dinheiro, pera isso, buscando caminho pera o auer, mandou a todolos julgadores, e officiaes de justiça, que todolas penas pecuniarias que pusessem ás partes as aplicassem pera refazimento das casas do Sabayo, que de nouo mandaua fazer pera aposento dos Governadores. Com que se ajuntou muyto dinheiro (...) e mandou correr os liuros das fianças de todos auditores, e que se fizesse arrecadação de todolos dinheiros que estiuesses encorridos nas ditas fianças; com que tambem se tirou muyto dinheiro (...) tambem omiziados e graues crimes perdoaua por dinheiro, e officios e cargos tudo daaua e fazia por dinheiro ; que se ajuntou huma grande soma, que toda recolheo á sua mão (...).²⁴⁵»

Cita-se também aqui o caso do Governador Martim Afonso de Sousa que, por ato de vingança contra o seu sucessor, João de Castro, terá deixado os cofres da Índia vazios como revela o episódio II *Como o Governador acrecentou os bazarucos pequenos, porque nom corrião, polo que a cidade de Goa estaua em grande falta de cousas da praça ; e a ordem que n'isso teue ; sobre o que se queyxou Martim Afonso, que estaua em Cochym pera hir pera o Reyno, sobre que lhe escreueo huma carta, e o que mais passou:*

«O que sabido por Martim Afonso deu auimento a carregar as naos, e por se vingar do Governador lhe fez bulra, que quando partio de Goa ficou ao Governador que lhe deixaria no tisouro de Cochym cem mil pardaos d'ouro, pera se baterem e fazerem em portugueses, pera se comprar e encelleirar pimenta pera as naos que viessem pera o anno ; com que o Governador ficaua muy contente e descansado, porque lhe ficaua aquelle dinheiro com que faria a carga dous annos, porque sabia que as naos nom avião de trazer cofres pera carregar. E tanto que Martim Afonso teue as naos prestes se partio, sem deixar ceutil no tisouro, e escreueo huma carta ao Governador, em que lhe dizia que lhe nom deixaua os cem mil pardaos que lhe ficára de deixar, porque os estando contando pera os mandar ao tisouro lhe lembrára que quando partira de Portugal ElRey lhe mostrára huma carta que lhe elle mandára da India, em que lhe dizia que a India rendia tanto que era escusado de mandar cofres nas naos pera' pimenta ; dizendolhe ElRey que assy o tinha sabido d'outras pessoas por muyta verdade; que por tanto lhe escusasse este trabalho e gasto, pois que o podia bem fazer ; e com esta amoestação o mandára ElRey, e o pôs tanto em obra que nunca em seu tempo lhe mandou dinheiro pera' carga (...) e que por tanto leuaua o dinheiro. E se embarcou e foy, sem deixar hum só vintem, nem sómente pagar diuidas d'ElRey que se fizerão no corregimentos das *naos*. O que quando foy dito ao Governador [D. João de Castro] que lhe nom deixára o dinheiro, foy muy magoado, e ouve d'isso muyta paizão».²⁴⁶

²⁴⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, 1864, pp. 87-88.

²⁴⁶ Idem, pp. 437-438.

As questões relacionadas com a distância levavam a que os governadores em funções desrespeitassem muitas vezes as diretivas do monarca português. O exemplo retirado do capítulo V denominado *Outras cousas que se passarão em Cochym n'este inuerno, que fazem a bem d'esta Lenda* que a seguir se menciona, está relacionado com o governador Henrique de Meneses, cuja decisão de efetuar uma construção nos domínios do rei de Cochim sem lhe pedir autorização, estava muito longe dos procedimentos utilizados, por exemplo, pelo vice-rei Francisco de Almeida.²⁴⁷ O excerto do capítulo atrás mencionado dá conta da atuação lusa menos correta:

«Então mandou vir os alifantes, e d'ally da ygreija, atrauessando por fóra da pouoação dereito á cerqua do mosteiro de santo Antonio, mandou os alifantes hir derrubando tapigos, destroyndo quintaes, derrubando casas de madeira, fazendo largura de meo jogo de bolla, cortando palmeiras e aruores, fazendo grande destroyção e perda. O que logo forão dizer a ElRey, que veo á pressa em cyma de seu alifante, e chegou onde estaua o Gouernador, que se aleuantou ao receber com sua cortezia.ElRey se pôs a olhar o que os alifantes fazião, com máo acatamento. O Gouernador lhe dixeu: «Senhor, por aquy quero fazer huma parede até santo Antonio, com portas fechadas, porque algum roym nom venha de noite a fazer mal [...]».²⁴⁸

O descontentamento do rei de Cochim perante a ação do governador português ficaria expresso nas seguintes palavras dirigidas a Henrique de Meneses:

«ElRey se rio como em zombaria, e lhe disse: «Todos os outros Governadores forão paruos; tu só hes auisado. Quem te este conselho deu nom he meu amigo, nem d'ElRey meu irmão; porque os Reys de Cochym nunca fizeram mal aos portugueses. Esta terra he minha,e tu fazes o que ElRey de Portugal nom fizera sem primeyro me pedir licença. Faze a parede por onde quiseres, e com o que ficar de fóra nom entendas, porque he meu ; e o de dentro seja teu em quanto eu quiser. E virou com o alifante, e se foy agastado sem agardar reposta do Gouernador, que ficou assy agastado, e dissimulou rindo, dizendo: «Vai menencorio porque lhe nom pedi licença. Ao que lhe disse o védor da fazenda, que era presente : «Senhor, ElRey de Cochym por cousa d'este mundo nom deue ser agrauado, pois sempre foy bom e verdadeiro amigo [...]»²⁴⁹

Os excertos de episódios aqui descritos revelam bem a impressão que os portugueses teriam deixado nas populações diretamente afetadas pelas suas ações, bem como naquelas que nos arredores iam sabendo de atos que em nada abonavam a favor de um império em expansão naquela área, como era o do império português.

²⁴⁷ V. subcapítulo 2.1.2 com o título *Alteridade no espaço asiático*.

²⁴⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, Parte II, 1861, p. 929.

²⁴⁹ Idem, ibidem.

Quadro 14 - Capítulos analisados sobre os exemplos de má administração

Temática	Livro	Tomo	Parte	Ano	Cap.	Designação	Pp.	Contexto
Exemplos de má administração	Segundo	II	II	1861	V	Outras cousas que se passarão em Cochym n'este inuerno, que fazem a bem d'esta Lenda	919-931	Henrique de Meneses (1525)
	Quarto	IV	I	1864	XXVIII	Como o Visorey proueo as cousas de Dio, e fez capitão da forteleza Diogo Lopes de Sousa, e se foy visitar Baçaim; e o que com elle passou Ruy Lourenço de Tauora, porque nom daua dinheiro pera a gente; e de Goa mandou secorro ao Rey de Ceylão, que lho mandou pedir	77-79	Garcia de Noronha (1539)
	Quarto	IV	I	1864	XXXI	De como o Visorey enuermou em Goa, onde se recolheo dom Ahuaro, seu filho, com sua amada da costa	87-88	Garcia de Noronha (1539)
	Quarto	IV	I	1864	IX	Como Ruy Lourenço de Tauora, capitão de Baçaim, foy a Goa pedir ao Gouernador dinheiro pera pagamento da gente da forteleza, e por que lho nom deu se foy pera o Reyno	145-146	Estêvão da Gama (1540)
	Quarto	IV	I	1864	X	Como o Gouernador tirou o mantimento á gente, e mandou lhe deitarem no soldo ametade, e que cada homem tiuesse na mão certidão de sua matriçola, e n'ella os pagamentos que recebesse ; e ordenou pagamento de quarteis	256-257	Martim Afonso de Sousa (1542)
	Quarto	IV	I	1864	II	Como o Gouernador acrescentou os bazarucos pequenos, porque nom comião, polo que a cidade de Goa estaua em grande falta de cousas da praça ; e a ordem que n'isso teue ; sobre o que se queyrou Martim Afonso, que estaua em Cochym pera hir pera o Reyno, sobre que lhe escreveu huma carta, e o que mais passou	435-438	João de Castro (1545)

Fonte: Elaboração própria a partir *das Lendas da Índia*, edição em linha

Por outro lado, os exemplos de factos circunstanciais presentes nos sub-capítulos 2.1.4 e 2.1.5, relacionados com a falta de dinheiro na administração portuguesa, as rivalidades existentes entre governadores portugueses que relegavam assim para segundo plano os interesses do reino português e da sua imagem e os atos de traição perpetrados contra os chefes locais permitem perceber a importância do discurso cronístico de Gaspar Correia para a compreensão da temática que se prende com o (des)governo português que progressivamente se ia instalando em terras do Oriente.

Partindo desta abordagem geral chega-se a uma abordagem específica centrada na lenda de Duarte de Meneses, escolhida em virtude de ser das primeiras governações a dar sinais de decadência e por este ser um dos governadores que, a partir do trabalho de investigação efetuado, se concluiu ser um dos menos referenciados.

2.2 Duarte de Meneses e os primeiros sinais de decadência

Ilustração 3 - D. Duarte de Meneses



Fonte: *Galleria dos Vice-Reis, e Governadores da Índia Portuguesa dedicada aos illustres descendentes de taes heroes,* por José Maria Delorme Colaço. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/29995/29995-h/29995-h.htm>

As *Lendas da Índia* não referem apenas os feitos dos portugueses no espaço oriental, como era intenção inicial de Gaspar Correia,²⁵⁰ mas revelariam também governadores cujas administrações foram dúbias e que teriam, portanto, contribuído para a deterioração do império português na Ásia.

A figura do governador surge no contexto da expansão ultramarina e da consequente necessidade de a coroa administrar as possessões portuguesas a Oriente, tendo a distância sido um fator determinante na criação deste lugar. Este era um cargo que era exercido pelo período de três anos, exceção feita ao governador Nuno da Cunha que governou durante nove anos, entre 1529 e 1538.

²⁵⁰ «[...] somente trabalharei por escrever mui inteiramente os nobres feitos dos nossos Portuguezes militantes n'estas partes da Índia [...]», in Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. 3.

Durante os primeiros cinquenta anos do século XVI a Índia portuguesa assistiu à presença de onze governadores contando-se entre eles Duarte de Meneses.²⁵¹ De entre tantos governadores referidos na obra de Gaspar Correia, este trabalho decidiu analisar a ação de Duarte de Meneses devido ao contraste evidenciado nas campanhas em que interveio, pois a seguir à sua bem-sucedida carreira em África seguiu-se uma desastrosa governação na Ásia.

A sua atuação governativa seria das primeiras a revelar que o esforço português dava sinais de cansaço e o império adivinhava a ruína,²⁵² despoletando a curiosidade e consequente investigação do presente trabalho para este governador.

Um estudo efetuado por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro sobre o procedimento existente na altura para a contratação e caracterização social dos vice-reis, governadores e conselheiros do Estado da Índia, menciona que o critério de recrutamento dos reis portugueses assentava em dois vetores: nos percursos individuais dos candidatos²⁵³ e nas relações de parentesco.²⁵⁴

Isto mesmo se pode também inferir da seguinte passagem de Frei Luís de Sousa, no volume I da sua obra *Anais de D. João III*, no capítulo XVII, com o título *Sucessos da Índia: Governador – D. Duarte de Meneses. Levantamento del-rei de Ormuz e cerco que põe à fortaleza*:

«Era chegado por governador D. Duarte de Meneses, filho herdeiro de D. João de Meneses, conde de Tarouca e Prior do Crato, tirado por el-rei D. Manuel da capitania de Tângere, pera ir suceder na governança na Índia a Diogo Lopes de Sequeira. Tinha procedido D. Duarte em Tângere com crédito de valente braço e maduro juízo, que se teve então pola mais acertada eleição que se podia fazer no reino.»²⁵⁵

²⁵¹ Ângela Sala, *Os Descobrimentos Portugueses*, p. 46.

²⁵² Jaime Cortesão, *História da Expansão Portuguesa*, p. 173.

²⁵³ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, *Vice-Reis, Governadores e Conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): Recrutamento e Caracterização Social*, p. 98.

²⁵⁴ «[...] é de todos sobejamente conhecido que um dos fatores estruturantes das solidariedades, e também do patrocínio, repousava nas relações de parentesco. Se os seus efeitos perversos (submissão dos interesses gerais aos particulares) constituíam argumento crónico de explicação da contínua degradação financeira e até militar do império português, não deixavam, por isso, de grassar ou sequer inibir que essa mesma lógica atuasse no processo de nomeação dos titulares do governo da Índia, principalmente durante a primeira metade do século XVI», idem, pp.100-102.

²⁵⁵ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Tomo I, Livro I, capítulo XVII, p. 101.

Desta análise percebe-se então porque D. Manuel I teria decidido nomear governador Duarte de Meneses: por um lado, por este ser descendente de um nobre e por outro, pelas campanhas brilhantes em África, de que é exemplo demonstrativo o caso de Tânger.

Apesar das boas referências que indiciavam também perspectivas favoráveis de governação na Índia, a sua administração não refletiu o desempenho anteriormente verificado e após vários desastres regressou a Portugal em 1524, tendo estado preso durante sete anos no castelo de Torres Vedras vindo a falecer aí de forma pouco clara.²⁵⁶

Contudo, Joel Serrão refere que em 1531 terá de novo sido restituído à sua capitania de Tânger, praticando novamente honrados feitos, tendo o alvará de perdão a data de 1534 (Regimento Casa da Índia, 282).²⁵⁷ Não obstante, o governo de Duarte de Meneses é um importante indicador do que viria a desenhar-se em termos de gestão administrativa, económica e militar lusa no espaço ultramarino.

Seguidamente efetua-se um breve percurso pela administração daquele governador procedendo-se à análise de algumas temáticas elucidativas da administração menos correta de Duarte de Meneses, e que exemplificam o (des)governo português em terras orientais.

Estas abordagens são ilustradas por excertos retirados da lenda do quinto governador da Índia e complementadas no final do presente capítulo com quadros sinóticos que incluem todo os capítulos dedicados a esta lenda e em que os episódios onde a investigação mais se demorou, se encontram assinalados em cinzento e sublinhados a amarelo.

²⁵⁶ Afonso Zúquete, op. cit., p. 80.

²⁵⁷ Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, p. 261.

2.2.1 A governação entre 1522 e 1524

A narrativa dedicada a Duarte de Meneses, quinto governador da Índia, surge no Livro Segundo das *Lendas da Índia* onde Gaspar Correia lhe dedica dezoito capítulos de um governo que teve a duração de dois anos, entre 1522 e 1524.

D. Duarte de Meneses era filho primogénito de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato,²⁵⁸ e de sua mulher, D. Joana de Vilhena, e neto de D. Duarte de Meneses, primeiro capitão de Alcácer Céguer. Ocuparia a capitania de Tânger onde representaria o seu pai desde 1507.

Em 1511 terá resistido a um cerco imposto pelo rei de Fez. No ano seguinte infligiu uma derrota aos alcaides de Xexuão e de Tetuão, feito ainda mais notado tendo em conta o número inferior de tropas de que dispunha.²⁵⁹

Devido ao bem sucedido mandato em Tânger foi investido no cargo de governador da Índia, por D. Manuel I, através de carta passada em 1 de Março de 1521²⁶⁰, partindo em Abril²⁶¹ desse ano «[...] com grandes honras e vencimentos».²⁶² Terá sido em Cochim que Diogo Lopes de Sequeira, o governador cessante, lhe entregou a liderança dos destinos da Índia portuguesa em 1522.²⁶³

O período da sua governação não registou a continuidade dos feitos até então realizados por ele em paragens africanas e o início do governo coincidiu com a chegada da notícia do falecimento de D. Manuel I que Gaspar Correia descreve de forma dramática:

«O Governador, nom podendo deitar a fala fóra da boca, respondeo : «A noua pera todos he má, que o nosso bom Rey he morto.» Com a qual fala se deitou no chão, esbofeteando seu rosto, depenando as barbas, e deitou sobre a cabeça huma capa de hum seu criado, com que se sayo e foy pera sua casa fazendo grande pranto, e o bispo com todos os fidalgos, que se forão com elle todos fazendo seus grandes prantos».²⁶⁴

²⁵⁸ *Relação das Nãos e Armadas da Índia...*, Leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, p. 37.

²⁵⁹ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 729.

²⁶⁰ José F. Ferreira Martins, *Os Vice-Reis da Índia*, p. 47.

²⁶¹ A data da partida revela também uma condição frequente na época quinhentista: a de que a maioria dos navios saía de Lisboa na Primavera para aproveitamento das monções. A este propósito V. Luis Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber: uma Análise Sociocultural*, p. 19ss.

²⁶² Afonso Zúquete, op. cit., p. 79.

²⁶³ José F. Ferreira Martins, op. cit., p. 47.

²⁶⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 730.

Contrariamente ao que seria expectável, tendo em conta o seu percurso no continente africano, o governo de Duarte de Meneses registou vários desaires, contando-se entre eles, a perda das terras firmes em torno de Goa, o abandono da fortaleza de Pacém, na Samatra e o ataque a Malaca pelo rei de Bintão.²⁶⁵

O primeiro desaire terá sido a revolta de Ormuz, relacionada com o lançamento de um tributo sobre os rendimentos alfandegários que D. Manuel I terá imposto. Dessa rebelião terão resultado muitos portugueses feridos, mortos ou refugiados na fortaleza tendo já chegado tarde o socorro enviado pelo governador, já que a situação haveria de ser, entretanto, debelada.

O principal responsável pelo motim seria preso mas posteriormente seria ilibado de culpas pelo conselho que efetuou o julgamento, em 1523, aquando da deslocação do governador a Ormuz.²⁶⁶ Esta questão e a celebração do tratado de pazes seriam associadas a suspeitas de corrupção pela celebração de um tratado com condições desfavoráveis ao reino português.

Segundo este tratado «[...] o rei de Ormuz comprometia-se a pagar 60.000 xerafins de páreas e indemnizar em triplo as perdas causadas. Em contrapartida, a alfândega ficava livre de controlo de funcionários da Fazenda Real e os mercadores portugueses perdiam a isenção da franquia sobre os seus produtos».²⁶⁷

Ainda a propósito da sua visita a Ormuz circulava a notícia de que Duarte de Meneses teria levado alguns navios carregados com pimenta, arroz, açúcar e ferro, com o intuito de negociar em proveito próprio. Sobre ele pesaria também a acusação de assassinato do gozil que era aliado dos portugueses.²⁶⁸

Uma outra tomada de decisão geradora de perdas de rendimentos seria a que sucedeu em Goa em que os mouros sabendo que o Governador tinha partido para Ormuz resolveram tomar as terras que rendiam anualmente cinquenta mil pardaus de ouro.²⁶⁹

²⁶⁵ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 729.

²⁶⁶ Idem, *ibidem*.

²⁶⁷ Luis de Albuquerque, *op. cit.*, pp. 729-730.

²⁶⁸ V. o subcapítulo deste trabalho intitulado *Da ganância e da corrupção*.

²⁶⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 760.

Mais adiante também se verificará através de excertos selecionados, que algumas das irregularidades cometidas terão passado pela nomeação para várias fortalezas, de capitães que tinham ido substituir outros que ainda não tinham completado o tempo de serviço. Acrescente-se ainda que Duarte de Meneses também terá prorrogado a permanência dos capitães tendo como contrapartidas vantagens pessoais.

A sua administração ter-se-á assim revelado uma administração desastrosa e prejudicial ao reino português²⁷⁰ fazendo acentuar «[...] as lutas entre as oligarquias portuguesas que, desde sempre se formaram na comunidade portuguesa [...]»,²⁷¹ o que resultou na cedência da sua governação ao novo vice-rei D. Vasco da Gama,²⁷² o mesmo que havia descoberto o caminho marítimo para a Índia.

Assim, a energia revelada em África pelo futuro governador contrastou nitidamente com o fracasso que este revelou a Oriente, a tal ponto que levou Frei Luís de Sousa a proferir as seguintes palavras na sua obra *Anais de D. João III*, no capítulo XI do Tomo I, Livro II com o título *Sucessos desastrados do capitão e fortaleza de Malaca*:

«Caso é digno de consideração que, sendo o governador D. Duarte grandemente bem afortunado no govêrno que teve em Tângere em África, se lhe trocasse a ventura na Ásia, de maneira que em todos os três anos que lhe durou o cargo quási não temos que escrever senão desbarates, mortes, desastres e sucessos avessos de mar e terra, entre aqueles que pendiam de seu govêrno; e sendo verdade que foi muito temido dos mouros de Berberia, vêo a ser tão pouco respeitado dos da Índia, que chegaram, em um tempo que se achou em Cochim, passarem à vista da cidade e dêle com seus paraus e lançarem contra a terra foguetes voadres, que subiam ao céu em modo de escárneo e desprezo nosso».²⁷³

Se os anteriores governadores tinham conseguido, de alguma forma, alargar a influência no espaço oriental através da confirmação das conquistas anteriores,²⁷⁴ Duarte de Meneses nada faria nesse sentido, tendo-se apenas registado como única ação digna de registo positivo a defesa de Ormuz por ocasião do cerco efetuado pelos mouros.²⁷⁵

²⁷⁰ V. Aurélio de Oliveira et al., *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, p. 275.

²⁷¹ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, p. 230.

²⁷² Seria a partir de Vasco da Gama que seria instituído o sistema de vias de sucessão no qual cada governador levava cartas fechadas com instruções nesse sentido. In Carlos Alexandre de Moraes, *Cronologia Geral da Índia*, p. 35.

²⁷³ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Tomo I, Parte Primeira, Livro II, capítulo XI, p. 148.

²⁷⁴ José F. Ferreira Martins, op. cit., p. 48.

²⁷⁵ Afonso Zúquete, op. cit., p. 80

2.2.2 A animosidade dos locais

A animosidade dos locais relativamente à presença lusa não era de todo gratuita. Também a atitude dos portugueses em terras estrangeiras não favorecia a sua imagem. O carácter português, os seus costumes, leis e religião eram totalmente diferentes dos povos indígenas, pelo que a receção à presença lusa era feita com desconfiança e até mesmo hostilidade.²⁷⁶

Assim, veja-se a seguinte passagem retirada do capítulo II *De algumas cousas que se passarão nas partes de Malaca n'este anno de 521, passando o inuerno e uerão na Índia*, da lenda dedicada ao governador aqui em análise em que Jorge d'Albuquerque, capitão de Malaca decide ir a Bintão destruir esse lugar mas dado ter sido mal aconselhado, acaba por ter de fugir e o rei da China que entretanto morre tem na sua sucessão alguém que acusa os portugueses de ladrões, ordenando a prisão do embaixador português:

«Tambem n'este tempo morreo o Rey da China que folgou com nosso embaixador, que Fernão Peres d'Andrade deixou em Bintão, como já contey atrás, e sendo o Rey morto sucedeo outro que folgou ouvir hum embaixador d'ElRey de Malaca, que o Rey morto nom queria ouvir, que lhe pedia ajuda contra os nossos ou que ao menos nos nom consentisse em suas terras, que eramos ladrões, que como mercadores com nauios roins hiamos espiar as terras, e depois com grande armada as hiamos tomar e roubar, como lhe a elle fizeram, que per este modo lhe tomarão Malaca, de que andaua fogido desterrado. O que lhe tanto cayo na vontade que mandou prender o nosso embaixador, e leuar a outra terra em que esteue muyto tempo [...]»²⁷⁷

Gaspar Correia informa-nos assim da imagem que o Outro, neste caso concreto o rei da China tinha dos portugueses, conotando-os com a imagem de ladrões e espiões de terras e da forma como as tomavam dando como exemplo Malaca.

Outro exemplo de revolta contra os portugueses surge no capítulo V denominado *De como se aleuantarão os mouros d'Ormuz, e os males que fizeram, e cometerão a forteza, e todo o que se passou até chegar secorro da Índia*, onde é narrado o levantamento do rei de Ormuz contra os portugueses por questões relacionadas com a intromissão destes, o que resultou no cerco à fortaleza com resultados desastrosos para os portugueses:

²⁷⁶ Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, p. 179.

²⁷⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 678.

«Resxarafo, principal cabeça do Reyno d'Ormuz, e que mór paixão tinha por ElRey tomar alfandega, que elle recolhia e gastava como queira, com todo seu trabalho ordenou com ElRey que se aleuantesse contra os portugueses e os matasse, e fizesse este feito, que era tanto de sua honra, por vingança de sua grande deshonra.»²⁷⁸

Os atos de traição dos portugueses terão contribuído para criar má reputação por terras banhadas pelo Índico conforme se verifica no capítulo III com o título *Que conta a rezão porque Cotiale, mouro, senhor de Tanor, se aleuanteou contra os nossos, e se fez cossairo com grande armado no mar*:

«Cotiale era mouro principal muy riquo, senhor de Tanor, que trazia no mar grande trato de muytas naos que nauegauão por toda' India com cartazes dos Gouernadores, porque nom trataua mais que em mercadarias da terra ; e por este modo era muy grande amigo com os portugueses em extremo, porque os que hião a sua casa os agasalhaua com tantas honras como próprios irmãos. E pera ysso tinha casas ordenadas, e cateles e camas armadas á nossa maneyra (...) Esta grande amizade, que este mouro tomou com os nossos, lhe custou total destroyção de sua pessoa e fazenda, que assy aconteceu a todos os mouros e gentios que se arriscarão por nossa amizade, como já tenho dito n'estas lendas [...]».²⁷⁹

Sublinhe-se também aqui o sentimento de ingratidão dos portugueses, através da denúncia que Gaspar Correia faz ao relatar a desgraça em que caíu o mouro Cotiale após ter-se arriscado pela amizade que tinha às gentes lusas, acentuado pelo facto de este não ser um episódio isolado.

O cronista prossegue, mencionando outro exemplo de traição, referindo-se a Timoja que ajudou Afonso de Albuquerque a tomar Goa de forma pacífica e que posteriormente «[...] morreo em ferros por causa dos nossos [...]».²⁸⁰

No capítulo VI o Resxarafo terá resumido assim o perfil dos portugueses:

«[...] e Deos tornaria a fazer outra cidade, que nom fosse catiua de tantos roubos e males como os portugueses tinhão feito em Ormuz, e fazião per toda a India (...) nom queria mais ter que entender com os portugueses, senão fogir de ouvir seu nome, pois que erão falsos, começando com bens e verdades, que se tornauão em roubos e malles ; que elle nom tinha outra reposta ; que a guerra fizesse como quigesse, porque de paz nem concerto já sabia que portugueses nom tinhão verdade».²⁸¹

²⁷⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 682.

²⁷⁹ Idem, p. 679.

²⁸⁰ Idem, *ibidem*.

²⁸¹ Idem, p. 697.

Uma vez mais esta descrição elucida quanto à má impressão e desconfiança que os portugueses acabariam por causar no Outro fundamentada nos seus atos pouco cordiais e que simultaneamente revelavam um aproveitamento da inocência e das boas intenções dos autóctones. Essas ações menos corretas arrastariam os portugueses para uma situação em que acabariam por ser vítimas das suas atitudes como regista Gaspar Correia num dos vários episódios demonstrativos da ganância dos portugueses a propósito de roubos aos mouros:

«Os mouros deixarão feitos furos no fundo da nao debaixo de muytos fardos, o que os nossos nom attentarão com o prazer do bom roubar que achauão, e a não se foy enchendo d'agoa até que supitamente se foy ao fundo, em que morrerão mais de vinte homens que andauão no roubo, sem ter tirado da nao mais que hum caminho do batel carregado».²⁸²

Estes registos, demonstrativos e elucidativos da progressiva deterioração das relações luso-asiáticas no Oriente, representavam indícios de uma decadência portuguesa que principiava e cujo discurso narrativo de Gaspar Correia indiciava.

2.2.3 Da ganância e da corrupção

O comportamento de Duarte de Meneses revelava uma falta de escrúpulos, dado que chegou a receber dinheiro dos inimigos de Portugal em troca de serviços, levando os capitães a traficarem de forma indecorosa, tendo o seu irmão D. Luís de Meneses censurado publicamente o seu procedimento.²⁸³

O capítulo IX *Do que fez o Governador na India* apresenta exemplos de situações graves cometidas pelos capitães, neste caso, por Francisco Pereira, e do modo como Duarte de Meneses, quinto governador da India, comungava desses excessos:

«O Governador, despachado dom Luiz e as cousas do Reyno, e João de Mello da Silua metido na capitania de Couião (...) e deixando tudo auiado se foy a Goa, onde achou grandes agrauos de cousas que fazia Francisco Pereira, capitão de Goa; mas o Governador, como trazia a vontade em fazer seu proveito e também auia de tyranizar, nom entendeo nos males e roubos que fazia Francisco Pereira, de que era grande amigo, porque partia com elle boas peças e dadiuas, e albitres de apanhar dinheiro, e banquetes e prazeres, a que dom Duarte era muyto dado, e com molheres solteiras, com que hia nadar e folgar no tanque de Timoja, e em tudo era muy deuasso, como homem que nom avia de dar conta n'este mundo nem no outro».²⁸⁴

²⁸² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 717.

²⁸³ Afonso Zúquete, op. cit., p. 80.

²⁸⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 709.

Duarte de Meneses teria também desrespeitado as indicações do rei uma vez que ainda no mesmo capítulo IX Gaspar Correia escreveria:

«E tambem mandou dom André Anriques pera capitão de Pacem, por ser seu grande amigo e gostar muyto de sua conversação, por ser gracioso e homem de folgar, e zombar apodando a todos com muyta graça ; e deulhe o Gouernador esta capitania nom olhando que fazia contra justiça’ Antonio de Miranda d’Azevedo, que estaua prouido por ElRey [...]».²⁸⁵

Desta passagem percebe-se que a substituição de António de Miranda de Azevedo por André Anriques na fortaleza de Pacém, apenas tinha em vista o favorecimento de amizades, sendo que a enorme distância que separava os dois continentes permitia ao governador este tipo de incumprimentos para com a Coroa portuguesa.

Curiosamente Gaspar Correia voltaria a referenciar a mesma questão uns parágrafos mais adiante, acrescentando desta vez a descrição de algumas qualidades físicas e psicológicas de André Anriques nos seguintes moldes:

« [...] e por o Gouernador ser grande amigo de dom André, que era homem zombador e apodaua a todos com muytas graças, sendo elle muy disforme, pequenino, desmazellado, e de roim rostro, tinha a graça de bom zombador, com que o Gouernador muyto folgava com elle ; ao qual mandou que fosse ser capitão da forteleza de Pacem, sem esguardar que a fizera António de Miranda, que era d’ella capitão e nom tinha acabados seus tres annos, segundo *a* forma do regimento».²⁸⁶

O perfil traçado pelo cronista revelando o caráter zombador de André Anriques indicava que este não teria certamente grande competência para desempenhar as funções do legítimo capitão de Pacém²⁸⁷, António de Miranda, que acabaria por não exercer o cargo até ao fim como estava estipulado no regimento.

Por outro lado, as ações lusas em terras do Oriente, ao tempo do Governador, inflacionariam os produtos locais. É o que demonstra Gaspar Correia através do seguinte excerto ainda adstrito ao capítulo IX:

²⁸⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, pp. 709-710.

²⁸⁶ Idem, p. 716.

²⁸⁷ Esta falta de competência acabaria por se confirmar com a perda da fortaleza de Pacém. V. Sub-capítulo 2.2.4.

«E leuou regimento pera comprar muyto arroz, e manteigas, e carnes sequas, e muytas obras de ferro pera os almazéns, que tudo compraua e fazia de bom barato, que mandava ElRey, com que ganhaua muyto dinheiro, porque a fartura dos mantimentos d'esta terra era muy grande, como já em outras partes tenho dito. Eu vi vender n'este terra dez galinhas muyto grandes per huma moeda da terra, que se chama fanão, que val trinta réis (...) mas os nossos entrarão nos tratos d'esta costa, que foy em tão grande crescimento como ora está no anno de 560 que ysto escreuo, onde tanto se montepricou em bem que valem agora quatro galinhas um fanão, e per este modo totalas outras cousas de comer, e de mercadarias, que são roupas que agora valem o tresdobro do que sohião valer».²⁸⁸

A ganância e a avareza do Governador são evidentes no seguinte excerto que revela simultaneamente os sentimentos dos locais face à governação de Duarte de Meneses:

«O Governador em Goa *arrecadou* muyto dinheiro das terras firmes, em que os tanadares fazião grandes roubos e males, de tomar as molheres e filhas fremosas dos homens da terra; com que fazião grandes cramoses ao Governador, que dava a tudo passada, e pairaua, polo quinhão que lhe vinha ; com que a gente estaua muy indinada, e dizião ao Idalcão que os liurasse de tanto mal».²⁸⁹

No capítulo XII com o título *De como o Governador se partio pera Ormuz; que reconta todo o que fez até tornar a Goa* a propósito da sua chegada a Ormuz e da venda de mercadorias aos locais, dá conta Gaspar Correia uma vez mais da cobiça do Governador:

«[...] e em tres dias chegou á cidade d'Ormuz onde lhe foy feito grande recebimento de festas, e bandeyras, e artelharia d'armada e da forteleza (...) onde logo as mercadarias forão desembarcadas e repartidas polos mercadores, vendidas ao mór preço, em que se fez muyto dinheiro, de que o Governador era muy grande cobiçoso, apanhando quanto podia».²⁹⁰

O excerto seguinte, bem representativo da corrupção que grassava no Oriente, envolveu Duarte de Meneses e o capitão João Rodrigues de Noronha, a propósito da prisão do mouro Resxarafo que estava acusado de ter morto muitos portugueses, mas que em troca de dinheiro fora solto para grande indignação dos locais:

²⁸⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 722.

²⁸⁹ Idem, p. 728.

²⁹⁰ Idem, p. 742.

«O Governador com o capitão João Rodrigues de Noronha estauão ambos, de noite e de dia, em seus concertos ; pollo que o Governador nom quis meter de posse da capitania Diogo de Mello, pera mais á sua vontade fazer suas cousas ; porque o Resxarafo, que estaua preso em poder do capitão, lhe tinha dado grandes peitas que nom largasse a capitania, pera melhor acabar suas cousas com o Governador ; no que elle tomou tal acupação que lhe prometeo de o salvar de morte ; o que auia de ser com elle dar ao Governador muyto dinheiro, porque o Governador faria suas cousas por tal modo o soltaria, e o tornaria a todas suas honras. Sobre o qual concerto o Resxarafo se apercebeo de muyto dinheiro, e perolas, e joyas de muyto preço, com que de noite, depois de todos dormirem, o Resxarafo vinha falar ao Governador e com o capitão ; onde todos tres fizerão seus bons concertos, em que se praguejou que o concerto forão cem mil pardaos em xarafins nouos, e em conta riqas perolas, e joyas, e aljofar ; o que nom foy muito, segundo o mouro era possante em riqueza. Do que de tudo foy corretor e concertador o capitão, que estaua bem contente do Resxarafo, *e tudo* foy ordenado em tal maneyra que se assentou que Xarafo era sem culpa do aleuantamento. Com a qual finta foy solto. Do que o pouo recebeo muy grande escandolo, e praguejauão fortemente, e o Governador daua por ysso muy pouquo, como home sem temor d'alma, nem de seu Rey».²⁹¹

A «soltura do mouro» foi decidida em «ajuntamento de conselho» que Duarte de Meneses organizou e onde reuniu os capitães que apesar do «sentimento do mal que sabião» deixaram à consideração do governador decidir o que fosse melhor.

A resolução de soltar Resxarafo acabou por ficar decidida entre Duarte de Meneses e o seu homem de confiança, o capitão João Rodrigues de Noronha, tendo acordado em ir visitar o rei «pera melhor parecer a soltura do mouro», acompanhados dos capitães e fidalgos que também acabaram por beneficiar das honras, tendo recebido cada um «[...] peças de brocadilhos e citys da Pérsia [...]»²⁹² tendo o Governador sido presenteado com «traçado, adaga, cinta, tudo d'ouro e pedraria, que valia mais de dez mil xarafins [...]».²⁹³ As reações não se fariam esperar e Gaspar Correia relata assim o comportamento do povo:

«E logo o mouro foy solto, e sayo muyto fonfarrão, e logo acompanhado dos seus ; o qual sendo visto do pouo, todos falarão grandes brasfemias contra o Governador, que por peita fizera tamanho erro : do que ao Governador punhão nas portas da forteleza e paredes escritos de vergonhosas palauras, e contra o capitão, que sabião que era o corretor de tudo. Em que *em* hum escrito lhe disserão : «Tyrano cobiçoso, toma a peita, e mata o mouro com dissimulação, e nom vendas as vidas dos portugueses viuos, pois te nom doe o sangue dos mortos, de que darás muyta conta a Deos e a ElRey». D'estes lhe puserão tantos escritos, que o Governador esteue demouido a tornar a prender o mouro ; mas elle largou tanto da mão que tudo abafou».²⁹⁴

²⁹¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, pp. 742-743.

²⁹² Idem, p. 743.

²⁹³ Idem, *ibidem*.

²⁹⁴ Idem, p. 744.

O cronista revelaria ainda que o encontro do Governador com o rei teria sido uma encenação uma vez que é referido que:

« [...] ElRey disse que nom tinha outrem que soubesse as cousas de seu Reyno, nem as podia assentar em bom concerto senão elle [Resxarafo] ; que portanto lhe muyto rogaua que o soltasse, e que elle de sua fazenda pagaria toda perda que era feita. O que o triste reyzinho tudo falou polo ensino que lhe o capitão tinha ensinado ; com que o Governador lhe deu o prazme de o soltar».²⁹⁵

Esta questão relacionada com a libertação do mouro Resxarafo daria origem a um ato de traição por parte do Governador português uma vez que o mouro gozil Resxemesim temia pela sua vida com a libertação de Resxarafo, já que este era o seu maior inimigo. Contudo, e apesar de Duarte de Meneses lhe ter garantido que nada lhe aconteceria, conforme se depreende da seguinte passagem:

«E o Governador teue grandes dessimulações com o mouro, fazendolhe muytas honras e fauores, dandolhe a entender que com morte dessimulada avia de mandar matar Resxarafo ; dando em secreto muytas rezões porque o nom mandaua matar em pubrico. Com o que o mouro [Resxemesim] ficou crente no que lhe dizia o Governador, polas boas rezões que lhe deu. E todauia, per quem quer *que* foy, ao mouro gozil lhe foy dado algum auiso do que fôra tratado no conselho sobre sua morte, que algum lho descobrio por esperar que o mouro por ysso daria alguma cousa, e ysto se lh'entolhou ao mouro gozil, e por ysso o nom creio, e lhe pareceo que lho dizião por lhe leurem alguma cousa : com que o mouro nom tomou nenhuma sospeita».²⁹⁶

o mouro gozil viria a ser morto aquando da despedida que este foi fazer ao barco onde o Governador estava para partir para Mascate. A sua morte é descrita da seguinte forma:

«E querendose o mouro despedir, disse que tinha que falar com elle huma cousa que muyto compria ; que ficasse o seu barquo, que elle o mandaria tornar no bargantym. O que assy foy feito, e o Governador se fez á vela com muyto vento, com que mandou dar fundo ao triste gozil com huma camara de falcão ao pescoço, que per ninguem foy sentido, porque o Governador hia em huma varanda que a galé tinha per fôra do tendal».²⁹⁷

²⁹⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, pp. 743-744.

²⁹⁶ Idem, p. 748.

²⁹⁷ Idem, p. 749.

O facto de o mouro nunca ter regressado do barco do Governador levantou várias hipóteses: uma delas seria a de que teria ido com Duarte de Meneses para Mascate, saindo deste modo de Ormuz. Outra hipótese era de que teria ficado escondido em Ormuz com o intuito de matar o Resxarafo. O tempo encarregar-se-ia de fazer esquecer esta questão «[...] nom parecendo a ninguem que o mouro fosse morto».²⁹⁸

Da análise efetuada a este período de governação constata-se que as pessoas que rodeavam Duarte de Meneses também partilhavam do mesmo sentimento de ganância, recorrendo frequentemente à corrupção como forma de enriquecimento rápido, revelando estes comportamentos o princípio do fim da Índia quinhentista.

Luis de Meneses, irmão do Governador, também não fugia à regra uma vez que é relatado que não havia ninguém que quisesse embarcar com ele «[...] porque era de altiaua condição, e desprezava os homens com descortezias».²⁹⁹

A sua atitude alterou-se quando Dinis Correa lhe terá feito ver que os capitães tinham muita gente enquanto ele, por desprezar os homens da Índia não tinha ninguém que embarcasse com ele, coisa que o seu pai não haveria de gostar de saber. Tendo ponderado sobre isto, Gaspar Correia descreve assim a mudança de comportamento de Luis de Meneses:

«E dom Luis se meteo pera' camara, e esteue maginado bem no que lhe dissera Dinis Correa, e cayto muyto na rezão, como homem que conhece seu pecado, e conheceo seus defeitos, e lh'entrou tudo no coração, em que lhe fez tal assento que de todo se emendou e mudou a condição, e se fez o mais manífico e bem ensinado e cortêz, que falaua aos homens com o barrete na mão, e andando na embarcação rogaua os homens que se fossem com elle, e lhe daua os gasalhos e a todos grande meza ; com que *embarqarão * com elle muytos fidalgos e honrados homens».³⁰⁰

Foi já nesta condição de homem de boa índole que Luis de Meneses terá censurado o seu irmão Duarte de Meneses, a propósito dos males que este teria cometido em Ormuz e «[...] que se nom fôra seu irmão, e por nom dar tamanho nojo a seu pay, que d'ally de Mascate se fôra pera o Reyno».³⁰¹

²⁹⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 749.

²⁹⁹ Idem, p. 734.

³⁰⁰ Idem, pp. 735-736.

³⁰¹ Idem, p. 750.

Diogo de Mello ficaria como capitão de Ormuz e também ele não se revelaria melhor do que o seu antecessor. Pelo contrário, o cronista descreve-o como «[...] homem de mau zelo e danada consciência, que já ficava bem encaminhado nas tyrantias d'Ormuz, se fez n'ellas muy perfeito pera muyto melhor o fazer».³⁰²

Um dos primeiros atos teria sido o de obrigar o rei de Ormuz a pagar as fazendas dos mortos. Todavia, a troca de subornos teria desistido desta ação de cobrança. As suas ações estão bem resumidas no seguinte excerto, retirado do capítulo XII:

«De tantos males usou este Diogo de Mello, que se prouou mandar matar certos judeus mercadores, a que pediu empréstimos de dinheiro, que lhe emprestarão, e porque lho pedião os mandou matar. E se prouou que forçadamente tomava as molheres, e filhas fremosas, aos mercadores naturaes e estrangeiros, e lhe daua per ellas o que queria, se o eles querião tomar, e as fazia christãs, e as tinha até que se enfadaua d'ellas, e então as tornava a dar a seus donos e tornava a tomar seu dinheiro. E d'estas, e d'outras piores cousas, forão tantas *queixas*, que EIRey lhe pareceo impossuiel, e mandou hir da India testemunhas que lho disseram ; polo que na Relação foy condenado que morresse degolado, a qual sentença EIRey moderou, e mandou que *fosse* estar em Africa com tantos de caualló á sua custa. O que depois se emendou, e pagou algum dinheiro pera a arqua da piadade, e assy ficou toda' justiça em vão, como são todolos outros males da India».³⁰³

E Gaspar Correia interrompe a sua narrativa para expor a sua opinião nos seguintes termos:

«O grande mal dos males, o mayor sobre todos, *he* quando ao pouo falta a justiça ; *porque os* capitães das fortezas da India, que são cabeças do pouo, poderosos dos poderes que lhe EIRey dá, e eles tomão outros *mayores, usão* de graues males, que tudo a EIRey he muy notorio os roubos, enjurias, mortes, forças, adulterios com as casadas, viuas, virgens, órfãs, amancebados púbricos, usando todolos males sem temor de Deos nem de Rey, a christãos, mouros, gentios, naturaes e estrangeiros . E sendo eles taes, o são os ouvidores, juízes, meirinhos, e officiaes da fazenda ; o que tudo assy nom seria, antes tudo colocado em grandes bens, se a hum Governador da India EIRey mandasse cortar a cabeça no caez de Goa, com pregão que EIRey o mandava degolar porque nom guardára sua obrigação como era obrigado ; porque quando hum só assy fosse justicado sendo Governador, os capitães das fortezas auerião temor, e com auerem medo nom farião males, com que os outros debaixo de seu mando logo serião boas. Mas dizem que EIRey nosso senhor he tão cheo de misericórdia que per roubos, nem males que lhe fação, tudo perdoa e quita, e assy passa com os males de seu pouo. O que assy parece verdade ; porque de nenhum Rey nem Principe do mundo fôra a India, que per tantos males nom tiuera cortado muytas cabeças, e em Portugal até hoje se nom cortou nenhuma per nenhum mal que se fizesse na India, auendo em Portugal tantas boas leys, que per huma manta d'Alemtejo enforcão hum homem. Tanto os males da India vão em crescimento que nom sey o em que acabarão, nem sey que conta se a Deos dará do roubo do pouo ; postoque os roubadores paguem pera as guerras d'Africa, e obras pias, porque certo está que os que n'este mundo se liurão por taes modos o pagarão no outro».³⁰⁴

³⁰² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 750.

³⁰³ Idem, pp. 751-752.

³⁰⁴ Idem, p. 752.

Esta passagem é uma prova inequívoca da capacidade analítica do cronista. As suas reflexões concorrem para a compreensão das causas que levaram o reino português a perder o seu império a Oriente, e no caso aqui analisado, a Índia. É evidente que a injustiça seria, segundo Gaspar Correia, o ponto-chave que contribuiria para minar os alicerces do império oriental, não se cansando o autor de dar exemplos de que o crime compensava. É o caso do capítulo XIII *Que reconta de muytas cousas que soccederão sendo o Governador em Ormuz, assy em Goa como em outras partes per fóra da India*, a propósito da António Faleiro:

«O Antonio Faleiro, que já tinha muyto dinheiro, e na costa já nom achaua que roubar, e nom poderia andar per outras partes, que seria tomado (...) até que veo o Governador d'Ormuz, onde peitou largo, e ouve perdão do Governador como quis, e fiqarão sem castigo tão grandes males como este Antonio Faleiro fez».³⁰⁵

2.2.4 Mais indícios do declínio

Apesar dos avisos que os portugueses iam recebendo, o excesso de confiança prevalecia e contribuía para as derrotas que se foram verificando no espaço asiático:

«Andaua em companhia dos mouros hum arrenegado, chamado João Gonçalves, que de noite se punha detrás das paredes a deshorrar os nossos, e mormente o capitão porque o espancára ; e lhe dizia de noite : «Capitão tyrano, que por tua culpa tem mal os que contigo estão, e a perda de tua nao tu a mereceste a Deos ; que muyto mais mal te há de vir, porque te dizião que auião de matar os portugueses, e nom o quiseste *crer*. Polo que te hão de tomar a forteleza e matar quantos dentro estão, que o nom merecem».³⁰⁶

O excerto atrás referenciado é demonstrativo desse excesso de confiança, pois no caso concreto os avisos de João Gonçalves sobre a tomada da fortaleza de Ormuz não terão sido levados em conta.

Em Maio 1524 a coroa portuguesa teria mais um desaire com o abandono da fortaleza de Pacém, cujas causas estarão certamente relacionadas com o facto de André Anriques não ter entregado a capitania a Lopo d'Azevedo que assim resolveu partir para Malaca, onde terá permanecido até ao tempo da monção.

³⁰⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 763.

³⁰⁶ Idem, pp. 686-687.

A sua partida teria gerado nos mouros um sentimento de poder face às poucas pessoas que ficavam na fortaleza, resultado da decisão que estas tinham tomado «[...] dizendo que com dom André nom avião de ficar, polos males que d'elle dizião os que estauão na fortaleza ; e mais que elles nom partirão da India senão pera seruirem na fortaleza com elle Lopo d'Azevedo ; porque na India já sabião o máo trato que daua á gente [...]».³⁰⁷

A tomada de decisão por aqueles que não quiseram permanecer na fortaleza denotaria uma indisciplina militar, uma das causas de declínio apontadas por George Davison Winius aludindo à perspectiva de Francisco Rodrigues Silveira.³⁰⁸

Em resultado dessa atitude «os mouros, vendo partir Lopo d'Azevedo com seu nauio, e gente que nom deixára, logo tornarão a dar fortes combates de dia e de noite, do qual trabalho, e medo, e paixão dom André tomou de nom entregar a capitania a Lopo d'Azevedo, adoeceu de todo á morte».³⁰⁹

O facto de André Anriques ter partido para a Índia por se encontrar gravemente doente e, simultaneamente, ter deixado a fortaleza desprovida de defesa proporcionou ao inimigo uma oportunidade para atacar uma vez mais a fortificação:

«Vendo os mouros partir o dom André, parecendolhe que ainda leuaua alguns homens dos poucos que auia na fortaleza, e que nom ficou nauio que defendesse a barra do rio, logo aperceberão muytas lancharas, com que vierão polo mar muy armadas, e muyta gente por terra dando muytos *combates* á fortaleza, e pouoação d'ElRey, que a ella estaua junta como já disse, emq ue lh'entrarão a tranqueira, e lha queimarão, e matarão muyta gente, e lhe leuarão muyta artelharia e fazenda ; ao que os nossos da fortaleza nom sayrão a defender, de que os mouros ficarão muy valentes, e vend a fraqueza dos nossos tomarão atreimento a vir cometer o cubello que estaua junto com o esteiro, *e* o tomarão, e matarão tres portugueses, e ferirão outros, que fogirão pera fortaleza».³¹⁰

No seu caminho para a Índia André Henriques ter-se-á cruzado com Bastião de Sousa e ter-lhe-á solicitado que, tendo em conta o que estava a acontecer, fosse a Pacém ao que Bastião de Sousa terá assentido, não para defender a fortaleza que se encontraria irremediavelmente perdida mas para salvar os portugueses que ainda lá permaneciam e

³⁰⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 790.

³⁰⁸ George Davison Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, p. 105. Na introdução à *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* de Francisco Rodrigues Silveira, George Davison Winius refere que esta se foca no Estado da Índia e nas questões de desordem administrativa e militar «[...] exemplificada com casos apelidados de roubo, quer dos capitães de armada e de fortaleza, quer dos quadros burocráticos e mesmo dos vice-reis [...]», p. XXXIII.

³⁰⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 790.

³¹⁰ Idem, pp. 791-792.

que «[...] a grandes brados falauão com muyta ira contra o Ayres Coelho»³¹¹ que tinha sido nomeado capitão por André Anriques.

Bastião de Sousa «[...] mandou dizer a dom André que olhasse o que fazia em deixar perder huma forteleza d'ElRey, em que lhe daua tamanha perda, e tanta deshonra ao estado da India».³¹² O abandono de Pacém traduz em terra aquilo que vinha acontecendo nos mares, isto é, a política de favorecimento a pessoas menos preparadas para cargos de decisão originaria intrigas e desavenças entre os funcionários régios no Oriente, desnordeando internamente os portugueses, acabando por torná-los num alvo fácil e resultando na perda de pontos estratégicos, do mesmo modo que no mar a inexperiência dos pilotos resultaria frequentemente em naufrágios, como dá conta a *História Trágico-Marítima*.

Gaspar Correia descreve de forma muito clara como foi a tomada de Pacém pelos mouros, aludindo uma vez mais à falta de justiça que reinava no Oriente perante tais atos que causavam grande prejuízo ao império português:

«Os mouros, vendo que ninguem nom parecia na forteleza, entrarão n'ella com muyto respeito, *cuidando* que os nossos deixarião algumas minas de poluora. Andarão olhando tudo, e nom achando nada de que auer medo entrarão muytos, dando grandes gritas e pondo muytas bandeyras que tiuerão até tarde. Então, porqu eos nossos *o* vissem, despararão todos os tiros grossos, que erão doze, e falcões e *os tirarão* fóra, e puserão fogo á forteleza, que tudo foy feito em cinza : o que foy em maio de 524.
E assy perdeo ElRey esta forteleza, que foy a primeyra que se perdeo na India, com tanta artelharia, e menoscabo de seu tamanho credito, como era ganhado na India com tão famosos feitos. E dom André foy á India, e a Portugal ante ElRey, e castigo nenhum ouve, como são todolos males da India».³¹³

Outros aspetos podem ser consultados no quadro sinótico que se segue e que fornece uma visão geral das questões focadas por Gaspar Correia relativamente à governação de Duarte de Meneses.

³¹¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte II, 1861, p. 792.

³¹² Idem, p. 794.

³¹³ Idem, pp. 795-796.

Quadro 15 - Quadro sinótico da governação de Duarte de Meneses

Cap.	Pág.	Título do capítulo	Aspetos mais relevantes
Lenda do quinto Governador d'estas partes da Índia, dom Duarte de Meneses, filho do conde priol mordomo mór d'EIRey, que do reyno partio o anno de 1518			
I	673	Como á Índia passou por Governador no anno de 521 dom Duarte de Meneses, capitão de Tangere, filho de conde priol mordomo mór d'EIRey	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de Duarte de Meneses a Goa em 1521. - Saída de Diogo Lopes de Sequeira. - Retirada a capitania de Chaul para entregar a Simão d'Andrade que tinha chegado da China muito rico e que se casou com a filha do Governador. - Acusações a Diogo Lopes de Sequeira pelos gastos excessivos sem autorização do Rei.
II	676	De algumas cousas que se passarão nas partes de Malaca n'este anno de 521, passando o inuerno e verão na Índia Abordagem efetuada em: -Governação de 1522-1524 -A animosidade dos locais	<ul style="list-style-type: none"> - Jorge d'Albuquerque, capitão de Malaca decide ir a Bintão destruir o lugar com o assentimento de António de Brito e Garcia de Sá. - Acabam atacados por Laquexemena com mil homens contra os seiscentos portugueses. - Garcia de Sá é atacado depois de ter subido o baluarte. - Jorge d'Albuquerque dá-se conta que fora mal aconselhado. - Jorge d'Albuquerque vai para Malaca. - Morte do rei da China. - O seu sucessor considera os portugueses ladrões tendo mandado prender o embaixador português. - Portugueses fogem e retornam a Malaca.
III	679	Que conta a rezão porque Cotiale, mouro, senhor de Tanor, se aleuntou contra os nossos, e se fez cossairo com grande armada no mar Abordagem efetuada em: -A animosidade dos locais	<ul style="list-style-type: none"> - Traição dos portugueses António de Brito e Diogo Lopes de Sequeira ao mouro Cotiale, senhor de Tanor.
IV	681	Do que fez dom Luiz de Meneses, Capitão mór do mar, em Chaul, no trabalho da forteleza e na guerra do mar, até despejar as fustas; e fez armada de fustas que andassem na costa, que andassem na costa, onde lhe veo noua do alevantamento de Ormuz	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de Chaul pelos portugueses, entrando pelos rios, queimando e roubando os locais caracterizados como pessoas pobres e humildes.

Cap.	Pág.	Título do capítulo	Aspetos mais relevantes
V	682	<p>De como se aleuantarão os mouros d'Ormuz, e os males que fizerão, e cometerão a forteleza, e todo o que se passou até chegar secorro da Índia</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-A animosidade dos locais</p> <p>-Mais indícios de declínio</p>	<p>- Descrição do levantamento do reino de Ormuz contra os portugueses com o intuito de os matar e de tomar a forteleza.</p>
VI	694	<p>De como João de Meira na carauella chegou a Chaul, e deu a noua do aleuantamento d'Ormuz a dom Luiz, e d'ahy foy a Cochym pedir o socorro ao Governador, que o mandou; e o mais que passou dom Luiz que foy a Ormuz, até que se tornou pera' Índia</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-A animosidade dos locais</p>	<p>- Ida de João de Meira a Cochim para avisar o governador Duarte de Meneses.</p> <p>- Envio de mensagem ao rei de Ormuz.</p> <p>- Em resposta Resxarafo, em nome do rei de Ormuz acusa os portugueses de serem falsos e de praticarem roubos e maldades.</p>
VII	700	<p>Do que se passou em Ormuz depois de dom Luiz partido pera' Índia, e Resxarafo foy preso dentro na forteleza, e paz assentada; com que ElRey e todos se tornarão pera' cidade, e dom Gracia se perdeo vindo pera'Índia; e todo o mais que passou em Ormuz até que lá chegou o Governador</p>	<p>- Intrigas dos portugueses para levar a sua avante na questão de Ormuz envolvendo Resxabadim, seu irmão Resxarafo, e Resxemesim.</p> <p>- Fuga de Resxarafo para Ormuz.</p> <p>- Queixas de Resxemesim por terem prendido Resxarafo em vez de o terem morto.</p> <p>- Assentamento de pazes.</p> <p>- Naufrágio da nau onde seguia Dom Garcia Coutinho, e que transportava muitas riquezas.</p>
VIII	707	<p>Que conta do que fez o Governador que ficou na Índia no verão, e armadas que despachou pera fóra, e enuernou em Goa; e todo o que passou até que vierão as naos do Reyno. E primeyro direy do que fez o gozil nouo em Ormuz</p>	<p>- Descrição das vaidades de Resxemesim.</p> <p>- Confronto do Resxemesim com um português.</p> <p>- Em consequência registaram-se alguns confrontos entre portugueses e mouros.</p>

Cap.	Pág.	Título do capítulo	Aspetos mais relevantes
IX	709	Do que fez o Governador na Índia Abordagem efetuada em: -A animosidade dos locais -Da ganância e da corrupção	<ul style="list-style-type: none"> - Ida de Duarte de Meneses para Goa. - Nomeações pelo critério da amizade como foi o caso de Francisco Pereira e André Anriques. - Solicitação do rei de Ternate para que os portugueses aí fizessem uma fortaleza de modo a ficar mais forte que os inimigos. - Morte do rei de Ternate pelo rei de Tidore. - Fundação da fortaleza de Ternate em 25 de julho de 1522. - Nomeações de Duarte de Meneses dirigidas a homens das suas relações, afastando de forma antecipada os anteriores capitães em exercício. - Chegada de Martim Afonso e Duarte Coelho à China. - Intenções de paz dos portugueses recusadas pelo rei da China. - Confrontos entre portugueses e chineses. - Cerco do rei d'Achém à fortaleza portuguesa. - Falecimento de Martim Afonso. - Morte de Pero Lourenço de Mello vítima da sua cobiça. - Inflação de alimentos e mercadorias com a chegada dos portugueses à costa de Coromandel. - Visita à casa do apóstolo São Tomé. - Duarte de Meneses arrecada muito dinheiro com as terras onde os tanadares roubavam.
Armada que partio do Reyno o anno de 1522, em que veo noua da morte d'ElRey dom Manuel			
X	729	Da armada que veo do Reyno com a noua do fallecimento d'ElRey dom Manuel, e das solemnidades com que foy aleuantado por Rey dom João nosso senhor Abordagem efetuada em: -Governação de 1522-1524	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia do falecimento de D. Manuel I e reação do governador à mesma. - Descrição da reação de Duarte de Meneses e dos locais à morte do rei.

Cap.	Pág.	Título do capítulo	Aspetos mais relevantes
XI	734	<p>Como o Governador se foy a Cochym onde despachou algumas cousas do Reyno, e dom Luiz com armada pera o Estreito, e hir a Maçuhá buscar dom Rodrigo, que fôra por embaixador do Preste; e do que passou na viagem</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-Da ganância e da corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Despachos de Duarte de Meneses em Goa e ida para Cochim. - Referência ao mau temperamento de Luiz de Meneses, irmão do governador. - Mudança no comportamento de Luiz de Meneses após conversa com Dinis Correa. - Ataque da nau de Luiz de Meneses à cidade de Xaer. - Entrada no porto de Maçuhá de Luiz de Meneses e uma armada de treze galeões com o objetivo de trazer D. Rodrigo. - Regresso da armada sem D. Rodrigo. - Encontro de Duarte de Meneses com o irmão no porto de Mascate. - Desavenças entre os dois por causa do comportamento de Duarte de Meneses em Ormuz.
XII	742	<p>De como o Governador se partio pera Ormuz; que reconta todo o que fez até tornar a Goa</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-Da ganância e da corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de Duarte de Meneses a Ormuz com grande receção à sua chegada. - Descrição do comportamento ganancioso do governador. - Resxarafo é solto com contrapartidas para Duarte de Meneses. - Reações dos locais a essa decisão. - Resxemesim reclama junto do governador pela decisão de libertar Resxarafo, temendo pela sua vida. - Resxemesim é morto na sequência de traição do governador. - Nomeação de Diogo de Mello como capitão de Ormuz. - Descrição das muitas e danosas ações de Diogo de Mello. - Tomada da galé de Bastião de Noronha pelos mouros.
XIII	756	<p>Que reconta de muytas cousas que socederão sendo o Governador em Ormuz, assy em Goa como em outras partes per fóra da Índia</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-Governação de 1522-1524</p> <p>-Da ganância e da corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - D. Pedro de Crasto e confrontos nas ilhas de Queryma. - Partida de D. Pedro de Crasto para Melide, chegada a Goa e posterior naufrágio da nau. - Confrontos em Goa com Hidalcão. - Descrição dos assaltos cometidos por António Faleiro às embarcações dos mouros na costa da Índia. - António de Brito: a fortaleza de Maluco e respetivos problemas no decorrer da construção. - D. André: a fortaleza de Pacém e relatos de mais um capitão cobiçoso. - Malaca: confrontos dos portugueses com os locais.

Cap.	Pág.	Título do capítulo	Aspetos mais relevantes
Armada de Diogo da Silveira, que veo anno 1523 (n'esta armada veo dom martinho, bispo d'Annel)			
XIV	775	Da armada que veo do Reyno o anno de 522, e cousas que passarão na Índia	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de Diogo da Silveira como capitão-mor de Goa. - Partida do governador para Cananor seguida de Calecute. - Confrontos em Calecute. - Duarte de Meneses descara os interesses portugueses em seu benefício.
XV	780	Do que fez Heytor da Silueira na viagem que fez ao Estreito em busca de dom Rodrigo, e da paz que assentou na cidade de Adem	<ul style="list-style-type: none"> - Partida de Goa de Heitor da Silveira, atravessando Çacotorá em direção ao estreito efetuando assaltos às naus que encontrava. - Heitor da Silveira assentou pazes com Adém com o intuito de que o rei português lhe desse o governo da Índia.
XVI	785	Do que fez dom Luiz que ficou na Índia, em que gastou o verão e enuernou em Cochym	<ul style="list-style-type: none"> - O irmão do governador ficou na Índia tendo permanecido em Cochim durante o Inverno. - Relatos de confrontos entre o rei de Calecute e do rei de Cranganor, pelo facto de este último ser súbdito do primeiro e ter-se tornado amigo do rei de Cochim de modo a livrar-se dessa obrigação. - Luis de Meneses mantém-se afastado destas querelas apesar de ser solicitado a intervir a favor do rei de Cranganor.
XVII	786	<p>Que conta o que fez o feitor Manuel de Frias em Choromandel, e em Malaca, e Maluco, e Pacem, que se passou depois das outras cousas que já atrás são contadas, e estas se passarão até chegarem as naos do Reyno, de 524</p> <p>Abordagem efetuada em:</p> <p>-Mais indícios de declínio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ações levados a cabo por Manuel de Frias, capitão e feitor de Coromandel, nomeadamente, a entrega de dinheiro para a obra da casa do apóstolo S. Tomé. - Relatos dos procedimentos em Pacém que originaram a perda desta fortaleza. - Relatos de confrontos em Malaca com o rei de Bintão em consequência da perda de Pacém. - Confrontos na ilha de Tidore.
XVIII	810	De como foy principiada a guerra que ElRey de Calecut fez á nossa forteleza	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição do início da guerra entre o rei de Calecute e os portugueses com João de Lima como capitão da fortaleza. - João de Lima aguardou pela vinda do governador que não chegou a aparecer.

Fonte: Elaboração própria a partir das *Lendas da Índia*, Livro Segundo, edição de 1861

A análise deste quadro permite perceber que existia uma falta de estratégia e de organização, frequentemente derivada do espírito de ganância e corrupção que grassava entre os portugueses, aliada a uma política de favorecimento de interesses que, conjuntamente com a impunidade por parte do sistema judicial, enfraquecia progressivamente a Índia portuguesa.

Em termos historiográficos, as *Lendas da Índia*, através dos relatos recolhidos e analisados, constituem-se como uma narrativa que descreve e explana segmentos históricos da cronística da expansão, sob a forma de capítulos, revelando-se um texto essencial para a temática dos Descobrimentos. É também dentro desta linha de metodologia que *O Soldado Prático* se desenvolve e que a seguir se analisa.

CAPÍTULO III – Dos desenganos na Índia no(s) Soldado(s) Prático(s)

*A avaliação comportamental é sempre
uma denúncia de negatividade*³¹⁴

O Soldado Prático critica o modo como o império português ultramarino estava a ser gerido pelos vice-reis e governadores. Essa crítica é efetuada do ponto de vista de um soldado prático, ou seja, de alguém com experiência mas de condição humilde, que divulga os abusos testemunhados, nomeadamente, os casos de corrupção, suborno, cobiça, opressões para com os mais fracos e deslealdades à coroa régia, procurando também dar conselhos na melhor forma de repará-los.³¹⁵

O Soldado Prático representa uma continuidade das *Lendas da Índia* por duas razões essenciais. Em primeiro lugar porque a narrativa em termos temporais é escrita numa fase mais avançada da era quinhentista e, por conseguinte, numa fase descendente do domínio português no Oriente. Em segundo lugar porque ela aprofunda temáticas indicadas por Gaspar Correia, como por exemplo a progressiva fraqueza militar ultramarina na sequência de estratégias mal delineadas, resultantes de más administrações que insistiam no clientelismo e na corrupção como forma de enriquecimento rápido.

A ganância, a corrupção e a injustiça, são assim três pilares importantes presentes nas duas obras e nos quais assenta o governo português da Índia, conforme se depreende do exemplo apresentado sobre a lenda de Duarte de Meneses. À medida que se avançava no tempo, mais os efeitos negativos desses pilares se acentuavam e são esses efeitos que *O Soldado Prático* enumera acabando por corroborar os relatos e a análise crítica de Correia.

³¹⁴ Luis Filipe Barreto, *Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*, p. 42.

³¹⁵ «Diogo do Couto poderá até ser acusado de despeito por nunca ter conseguido inserir-se no seio da aristocracia dominante, ser acusado de haver escrito *O Soldado Prático* como uma forma de vingança para com aqueles que o rejeitaram socialmente. Contudo, ninguém honestamente poderá pôr em causa a verdade das suas palavras que muitos documentos confirmam, o arrojo de suas afirmações e juízos de valor a respeito da governação da Índia e das injustiças ali praticadas, numa época em que não era fácil dizer a verdade sem se ser incomodado», in Farinha de Carvalho, *Diogo do Couto, O Soldado Prático e a Índia*, p. 238.

Tanto Couto como Correia assumem uma atitude semelhante: a de divulgação das situações de injustiça a que iam assistindo. Saliente-se, contudo, que Couto terá conseguido «[...] penetrar mais fundo e revelar os verdadeiros mecanismos pelos quais os vice-reis e os seus seguidores defraudavam a gente local e a coroa».³¹⁶

Tendo em conta que existem duas versões do *Soldado Prático*, o presente estudos procurou abordá-las nos seus aspetos mais relevantes para a temática em questão.

3.1 Descrição e enquadramento da narrativa

Se, por um lado a novidade proporcionada pelos Descobrimentos gerou um grande enriquecimento cultural, por outro, denunciou as ilegalidades existentes na administração portuguesa no Oriente, onde a riqueza obtida dos seus recebedores, nomeadamente o monarca e o povo, era desviada para a parte administrativa da nobreza.³¹⁷

Entre os agentes régios portugueses na Índia o que provavelmente seria menos favorecido seria a figura do soldado que procurava nestas paragens um modo de melhorar as suas condições de vida. As suas funções não eram constantes no tempo e, por conseguinte, viveria numa situação de precariedade interrompida a espaços por levantamento de cercos, escoltas a comboios ou ataques a fortalezas piratas.³¹⁸

As origens humildes do soldado que partia para as longínquas paragens do Oriente, impossibilitava-o de aspirar a um cargo mais elevado na engrenagem governativa indiana.

Uma vez que a fidalguia de Diogo do Couto resultava menos nas origens de berço do que em atos de dedicação ao seu amo³¹⁹, fica assim subentendido o cunho autobiográfico da obra em apreço enfatizado pela seguinte afirmação do soldado em resposta ao despachador, na Primeira Parte, na Cena I, da segunda versão do *Soldado Prático*:

³¹⁶ George Davison Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, p. 62.

³¹⁷ Idem, p. 41.

³¹⁸ Bailey W. Diffie, George D. Winius, *A Fundação do Império Português: 1415-1580*, p.111.

³¹⁹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 9.

«Nunca a pena embotou a lança. Soldado e capitão era César; e, conquistando a Gália, de dia pelejava e de noite escrevia nos seus Comentários (...) E não digo isto porque haja em mim o que Vossa Mercê diz; porque somente o amor das letras me ficou daquela primeira idade, em que gastei alguns anos nas artes liberais, de que só me ficou a inclinação dos livros, com que comunico as horas que me restam, porque natural é ao homem desejar de saber, como afirma Aristóteles no primeiro da Metafísica».³²⁰

O *Soldado Prático* que Diogo do Couto apresenta é uma figura que, tendo experienciado as situações de injustiça na Índia, procura através de um diálogo estabelecido com um fidalgo e um despachador denunciar essas deficiências, enquadrando-se esta narrativa numa literatura de contornos críticos e reformistas que procura alertar para os perigos decorrentes da corrupção dos agentes régios na Índia.

A este propósito pode-se aqui recorrer às palavras de Maria Augusta Lima Cruz quando refere que *O Soldado Prático* constitui um testemunho «[...] dos desmandos do império oriental, onde se denuncia a corrupção, o clientelismo, o mau funcionamento da máquina administrativo-militar, a falta de disciplina militar e por aí fora, sem se esquecer a prescrição de alguns «remédios» para solucionar tais males».³²¹

Sobre esta problemática importa salientar Priscila de Lima que introduz o conceito de *arbitrismo* relacionado com um género de literatura mais reformista e que se evidenciou, no caso espanhol, por via da institucionalização desta estratégia literária.³²²

No caso português, e dado que em termos temporais este género literário surge em Espanha, de forma mais acentuada no final do século XVI e primeira metade do século XVII coincidindo, portanto, com a perda da independência portuguesa que terá recebido uma acentuada influência cultural neste âmbito, e levando em linha de conta a vivência coutiana durante algumas décadas deste período, não será demasiado arriscado denominar o cronista como um dos primeiros arbitristas portugueses, levando em consideração a intenção de crítica e denúncia que ele procuraria transmitir através do *Soldado Prático*.

³²⁰ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 33.

³²¹ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 210.

³²² Sobre a questão do arbitristismo consultar Priscila de Lima, *Uma leitura do arbitristismo português a partir das obras O Soldado Prático e da Reforma da Milícia do Estado da Índia Oriental*, p. 221.

A obra apresenta duas versões: a primeira versão do *Soldado Prático* continha apenas duas personagens: um vice-rei e um soldado velho da Índia. Na primeira versão, o soldado, ao termo da milícia instrui nas coisas da Índia um nobilíssimo fidalgo, prestes a ser nomeado vice-rei, sem nunca ter lá estado.³²³

Na versão posterior, dedicada ao marquês de Alenquer e reescrita na sequência do desaparecimento do primeiro manuscrito, é acrescentada mais uma personagem: um despachador, ou seja, um funcionário público, verificando-se simultaneamente a substituição da personagem do vice-rei pela de um fidalgo, ex-governador da Índia, tendo como local de ação Lisboa e girando os assuntos à volta da Índia.³²⁴

Em termos de enquadramento histórico, António Coimbra Martins refere que o segundo *Soldado Prático* coincide com a nomeação de Diogo do Couto para o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, instituído em Goa por Filipe I de Portugal, na sequência da deterioração das condições na Índia, o que possibilitou ao cronista uma posição privilegiada na observação dos acontecimentos e subsequente relato.

Esta atitude de reciprocidade entre a nomeação e o relato histórico era comum no século XVI, onde a produção literária era condicionada pelos favores régios³²⁵ onde os «[...] os feitos heróicos no Oriente, figuraram para Couto como o único caminho possível para a nobilitação e enriquecimento legítimos»³²⁶ dentro de uma lógica de reciprocidades e recompensas inerentes ao sistema de favores que vigorou até ao século XVII.³²⁷

Importa assim referir que, apesar de vigorar esta lógica da economia do dom, tanto Diogo do Couto como Gaspar Correia não se coibiram de relatar aquilo que de negativo ia acontecendo além-mar, contrariamente a Fernão Lopes de Castanheda ou Damião de Góis que acabariam por reformular os seus escritos em 1551 e 1576, respetivamente³²⁸, como forma de evitarem represálias.

³²³ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 319.

³²⁴ António Coimbra Martins, *Em Torno de Diogo do Couto*, p. 31. Este autor refere ainda que o segundo texto tem um valor eterno de desengano das coisas da Índia, acentuando deste modo a intencionalidade de denúncia do que se estava a passar no espaço asiático.

³²⁵ Maria Leonor García da Cruz, *Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – Um Equacionar de Motivações, Perdas e Ganhos, em Fontes Literárias do século XVI*, p. 160.

³²⁶ Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, op. cit., p. 129.

³²⁷ Idem, p.130.

³²⁸ Maria Leonor García da Cruz, op. cit. p. 160.

3.1.1 Atribuições e dualidade da obra

Antes de desenvolver a temática abordada no *Soldado Prático* importa realçar o facto de não ter sido Diogo do Couto o primeiro a utilizar um soldado para contar a sua experiência através de um diálogo. Diego Nuñez Alba terá iniciado, em 1552, este estilo literário através de *Dialogos de la vida del soldado* onde discorre sobre um soldado que volta à Pátria após ter combatido, persuadindo um compatriota a não proceder de forma idêntica.³²⁹

Segundo Carlos Alexandre de Moraes, Diogo do Couto terá escrito *O Soldado Prático* cerca de 1572³³⁰, com o intuito de denunciar a corrupção que existia no Oriente.³³¹ De acordo com António Coimbra Martins, o segundo *Soldado Prático*, uma vez que o primeiro lhe teria sido furtado, é de mais difícil datação, sendo mesmo um erro considerar a data tendo em consideração a epístola dedicatória de 20 de Dezembro de 1611 porque esta apenas fornece a data do envio para o reino português.³³² Em qualquer dos casos terá chegado ao reino português já na fase da união dinástica e tendo apenas saído do prelo em 1790.

Este hiato de tempo pode muito bem justificar a controversidade e polémica da obra consubstanciada pelo facto de antes do autor ter tido tempo de aperfeiçoar a sua obra, a mesma lhe ter sido furtada, circulando várias cópias no reino português.³³³ Sobre isto refere ainda Coimbra Martins, a propósito de um estilo de escrita nem sempre claro que «[...] não se pode culpar Diogo do Couto de todos os aparentes contra-sensos, de todas as faltas de sentido - entre ele e o leitor houve um copista (ou mais)»³³⁴, talvez por isso ele seja considerado, dos historiadores portugueses do Oriente, aquele cuja obra tenha sido menos fiavelmente transmitida.³³⁵

³²⁹ António Coimbra Martins, *O Primeiro Soldado Prático*, p. 13.

³³⁰ Sobre esta questão António Coimbra Martins aponta para um período de tempo entre 1563 e 1573, op. cit., p. 19.

³³¹ Carlos Alexandre de Moraes, op. cit., p. 66.

³³² António Coimbra Martins, op. cit., p. 243.

³³³ Diogo do Couto, *Observações sobre as principaes causas da decadência dos portugueses na ásia, escritas por Diogo do Couto em forma de diálogo, com o título de Soldado Prático*, 1790, introdução de António Caetano do Amaral, p. V.

³³⁴ António Coimbra Martins, op. cit., p. 39.

³³⁵ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 318.

A controvérsia da obra dever-se-á certamente ao seu cariz interventivo que pode ser exemplificado através da Cena III do *Soldado Prático* (segunda versão), Primeira Parte, que fala «de como os mores imigos que a fazenda do rei tem são ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias»³³⁶ podendo também encontrar-se aqui uma justificação para António Coimbra Martins ter designado Diogo do Couto como escritor político.³³⁷

Escrito ainda no tempo de D. Sebastião³³⁸ o primeiro *Soldado Prático* introduz, através do diálogo, um Vice-Rei falando com um soldado velho da Índia que «[...] andava na Corte em seus requerimentos, para se informar das cousas que lhe importavam para a jornada, e do mais que tocava ao Governo da Fazenda Real [...] [apontando] com cortezão estilo, e brevidade o que se deve seguir, ou evitar, dando os Exemplos, e razões fundamentaes [...]».³³⁹

O quadro seguinte apresenta o índice efetuado a partir da primeira versão do *Soldado Prático* e que informa que a narrativa é composta por vinte cinco capítulos, cujos títulos elucidam de forma imediata o que o leitor pode esperar do seu conteúdo.

³³⁶ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pref. M. Rodrigues Lapa, p. 37.

³³⁷ António Coimbra Martins, *Em Torno de Diogo do Couto*, p. 131

³³⁸ António Coimbra Martins crê que esta obra foi concebida depois de despacho de recompensa pelos serviços que Couto obteve de D. Sebastião. *Sobre a Génese da Obra de Couto (1569-1600)*, p.168. Cf. Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 155.

³³⁹ António Lourenço Caminha, op. cit., pp. 39-40.

Quadro 16 - Índice dos capítulos contidos no primeiro *Soldado Prático*

Capítulo	Designação
I	Da Náo
II	Pilotos de sobressellente
III	Do Secretário do Viso-Rey
IV	Do Ouvidor Geral da Índia
V	Do Veador da Fazenda Geral da Índia
VI	Do Escrivão da Matrícula
VII	Das cousas necessarias para a Índia
VIII	Da embarcação de Fidalgos
IX	Da obrigação dos Parentes, e do Capitão Mór do Mar
X	Das más despezas que se fazem
XI	O porque ElRey não tem dinheiro na India
XII	O que faz aos Viso-Reys não contentar aos homens da India
XIII	De como os Governadores por successão fizeraõ cousas dignas de louvor, ajudados da experiencia que tinhaõ na terra
XIV	Sobre o d'Achem, Bassorá, e Ceilaõ
XV	Parecer da guerra de Ceilaõ
XVI	Parecer sobre a posse, que o Turco tem de Bassorá
XVII	Do poder do Achem
XVIII	Da Carga da Pimenta
XIX	Da despeza que faz a nossa Armada noMar
XX	Das Tercenas, e cobrimento da Armada
XXI	De sustentar Damaõ
XXII	De tratarem os Viso-Reys
XXIII	Do damno que a China faz ao Estado da India
XXIV	Das muitas Náos que se perdem na Carreira da India
XXV	Das obrigações do Viso-Rey

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (1790)

O segundo *Soldado Prático* centra-se nos assuntos relacionados com a Índia tendo como intervenientes um fidalgo, ex-governador da Índia, um despachador e um soldado velho da Índia. O índice que se apresenta a seguir está dividido em três partes e a designação dos capítulos foi substituída por cenas. A primeira parte apresenta as cenas identificadas com título enquanto a segunda e terceira partes enumera somente as cenas. Permanece a dúvida se o facto de a obra se apresentar dividida em três partes e a subdivisão em cenas se seria intenção do cronista transformar o seu diálogo em peça de teatro.

Quadro 17 - Índice dos capítulos contidos no segundo *Soldado Prático*

Cena	Designação
Primeira Parte	
I	s/ título
II	Do modo que correm os despachos das cousas da Índia no reino ; em que se tocam muitas cousas sobre algumas desordens que nisso há
III	De como os mores inimigos que a fazenda do rei tem são ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias
IV	Dos modos que há de alvitres na Índia, e do dano e prejuízo que fazem
V	Do segundo alvitre, que é contra os homens; e das desordens que se neles cometem
VI	Do terceiro alvitre, que é contra Deus, e de muitas cousas outras, em que os governadores são dissolutos
VII	Do quarto alvitre, que é contra todos; e que cousa são dívidas velhas
VIII	De como os veadores da fazenda, que vão às fortalezas do Norte, são muito desnecessários; e das desordens que se cometem na fazenda del-rei
IX	De que são os soldos velhos; e do roubo que se faz a el-rei e às partes neles; e do remédio que haverá pera se evitarem
X	Em que se tocam algumas cousas dos Contos de Goa, e outras diferentes matérias
Segunda Parte	
I	s/ título
II	s/ título
III	s/ título
IV	s/ título
V	s/ título
VI	s/ título
Terceira Parte	
I	s/ título
II	s/ título
III	s/ título
IV	s/ título

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

Se se atentar na análise dos quadros 16 e 17 dir-se-ia que não se trata da mesma obra já que a estrutura do índice é substancialmente diferente nas duas versões e as titulações dos capítulos não apresentam qualquer semelhança que permita estabelecer uma relação entre elas, salvo a temática comum a ambas.

Esta diferenciação entre o primeiro e o segundo *Soldado Prático* decorre da atribuição a que a obra esteve sujeita, na sequência do furto do primeiro manuscrito de que resultou uma narrativa a dois tempos cujo estudo de António Coimbra Martins é assaz esclarecedor.³⁴⁰

Também Reis Brasil no prefácio à edição das Publicações Europa-América refere que existem claramente duas redações da mesma obra mas que, na sua opinião, a segunda estaria melhor conseguida porque mais completa e em melhor sintonia com o pensamento coutiano.³⁴¹

Ainda sobre as duas versões também Artur Águedo de Oliveira clarifica a redação das duas obras situando-as em duas épocas diferentes: a de D. Sebastião e a época sob o domínio filipino.³⁴²

A estrutura dos capítulos é também muito diferente: o aspeto que mais sobressai é a simplicidade dos títulos na primeira versão contrastando com a extensão dos que se apresentam na segunda versão refletindo-se esta questão também na escrita, pois o primeiro *Soldado Prático*, como já foi devidamente mencionado, apresenta uma leitura mais simples do que a segunda versão.

³⁴⁰ V. António Coimbra Martins, *Uma Questão de Método Sobre o Soldado Prático*, p. 686ss.

³⁴¹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 1988, pref. Reis Brasil, p. 12.

³⁴² «Diogo do Couto escreveu primeiramente o que se chamou *Diálogo do Soldado Prático Português*; depois refundiu-o e fê-lo como novo, o qual veio a publicar-se como *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia*. Entre o primeiro e o segundo mediou uma geração. O primeiro foi escrito e acabado em tempo de D. Sebastião, era áurea de grandes esperanças. O segundo foi acabado no reflexo social do desespero, sob os Filipes». In A. Águedo de Oliveira, *O Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, p. 5.

3.1.2 *O Soldado Prático e a crise a Oriente*

A crise no espaço asiático resultaria de um acumular de situações relacionadas com a estrutura do reino português que, com o decorrer do tempo ia revelando fraquezas derivadas dos hábitos de fausto da nobreza a par de uma razoável quantidade de atividades domésticas dispersas pelo território português.³⁴³

Na perspetiva de António Coimbra Martins, *O Soldado Prático* pretendia remediar o desconcerto que ia pela Índia, causado pela ausência do monarca no espaço asiático, pelo excesso de agentes régios e pela nomeação de alguns vice-reis sem experiência anterior naquela zona geográfica³⁴⁴, constituindo-se o manuscrito como um autêntico guião para aqueles que viessem a aceitar o cargo para governar a Índia.³⁴⁵

À medida que se progride na(s) leitura(s), *O Soldado Prático* permite dar a entender como a crise a Oriente se ia acentuando à razão diretamente proporcional ao avanço temporal através da «[...] miséria do soldado da Índia e o extraordinário saque a que se dedicavam o vice-rei e seus apaniguados [...] porém, muito mais amplos nos finais do século XVI».³⁴⁶

Laura Monteiro Pereira compara a perspetiva do *Soldado Prático* com um manuscrito anónimo do século XVI, apontando o facto de ambos os textos verem a Índia «[...] como uma glória que passou e que o presente arruína (...) e onde a ambição da riqueza se torna a obsessão dos que por lá militam».³⁴⁷

A propósito das *Décadas* redigidas por Diogo do Couto, António Coimbra Martins refere que «a verdadeira causa de todos os desastres da Índia muda de livro para livro. Uma vez é a cobiça, outra vez são os nossos pecados, outra vez é a prepotência dos Vice-Reis, (...) outra vez é a ruína das fortalezas, outra vez são as desordens da soldadesca».³⁴⁸ Tendo em conta estas afirmações, poder-se-á concluir que *O Soldado Prático* encerra em si as várias razões apontadas nos diversos livros das *Décadas*.

³⁴³ Maria Leonor García da Cruz, *Reavaliações até ao Século XVIII do Discurso Crítico sobre a Expansão Portuguesa Ultramarina e as Directrizes da Governação*, p. 183

³⁴⁴ António Coimbra Martins, *O Primeiro Soldado Prático*, p. 25.

³⁴⁵ António Coimbra Martins, *Uma Questão de Método sobre O Soldado Prático*, pp. 686-687.

³⁴⁶ Maria Leonor García da Cruz, *Os «Fumos da Índia»: uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, p. 44.

³⁴⁷ Laura Monteiro Pereira, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, p. 31.

³⁴⁸ António Coimbra Martins, *História de Diogo do Couto e dos seus Livros*, p. 108.

3.2 Do *Diálogo do Soldado Prático Portuguez* (a primeira versão)

Pelo facto de existirem duas versões do *Soldado Prático* tornou-se obviamente necessário incluir também uma análise ao primeiro manuscrito que Diogo do Couto terá redigido a propósito dos excessos no espaço ultramarino.

Apesar de ser a segunda versão a mais utilizada em estudos sobre a problemática relacionada com os avisos da crise no Oriente, esta primeira versão, integrada na publicação de 1790, contém informação adicional relativamente ao texto mais corrente.

O conteúdo, de contornos mais simples e diretos proporciona por isso, uma leitura mais fácil e apelativa para quem deseje inteirar-se de forma sucinta sobre o que se passava naquelas longínquas paragens.

Como já foi anteriormente referido, o primeiro diálogo inclui apenas duas personagens: um vice-rei recentemente eleito e um soldado antigo que pela sua experiência transmite as suas impressões e simultaneamente vai respondendo às dúvidas levantadas pelo vice-rei que desejava preparar-se para iniciar o governo do Estado da Índia.

3.2.1 A mediocridade dos pilotos

Umaz vezes por questões de favoritismo, outras por corrupção, a pouca preparação dos marinheiros fazia perigar o empreendimento do império a Oriente com os consequentes custos que os naufrágios acarretavam para a coroa portuguesa.

Uma das primeiras críticas contidas no manuscrito inicial prende-se com a questão da inexperiência revelada pelos pilotos ao serviço das viagens ultramarinas. Disto mesmo dá conta o Capítulo I iniciado com uma questão colocada pelo vice-rei sobre a escolha do piloto³⁴⁹ e que o soldado responderia nos seguintes termos:

«He verdade; mas venha o demo, e escolha entre estes que agora ha, que este Reyno esta muito falto destes Officiaes, havendo nelle os melhores, que se podem achar em todo o mundo; e veyo esta falta de Pilotos, e homens do mar das muitas Náos que são perdidas nesta carreira, de annos para cá, por nossos pecados [...].³⁵⁰

³⁴⁹ «Vis. Pois já temos a Náo, que Piloto levarei comigo; porque também, como sabeis, nisto vai muito», in Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 8.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

De facto, e como já foi assinalado na introdução deste estudo o mau desempenho dos marinheiros fazia-se notar no cada vez mais frequente registo de naufrágios, muitos deles perpetuados através da *História Trágico-Marítima*, cuja linha temporal é precisamente a segunda metade do século XVI. Ainda no seguimento do excerto atrás exposto proferia o soldado as seguintes palavras:

«Tudo tem V.S. em casa, porque o Piloto da mesma Nao, que foi , e veyo, he hum bom Official, e nesta conta o tem todos do seu mister: e tenho sabido outra bondade delle de homens, que com elle vieraõ, que não tem condição de marinheiro, que he esta tambem boa parte, que por ella lhe soffreria outras manqueiras que tivesse; porque estes homens se tem condição de marinheiro, he mais perigosa sua navegação que hum olho de boi no Cabo da Boa-Esperança se se toma com as vélas altas».³⁵¹

acrescentando depois a sua opinião sobre a qualidade dos marinheiros, e simultaneamente estereotipando o seu comportamento:

«[...] eu não sou nada amigo destes Pilotos das pousadas, destes que tem grandes mappamundos, e que cuidam que trazem a esphera mettida no bucho; que de olharem sempre para o Sol, e para a Lua, e para as Estrellas, e os Ceos donde correm, dam mais topada, que huma besta que embica; e nunca vi a nenhum destes em Náo, que se não perdesse como o Grão Joaõ de Lisboa, e o Barbosa; tambem estes eraõ Cavalleiros de Christo, e chamavaõ-se Deoses do mar, e sempre deraõ com as Náos em terra, donde perdêraõ as vidas juntamente com muitos, e as fazendas: eu sou amigo de Pilotos para o mar, que comecem nellas de pagens a grumetes, e de grumetes a marinheiros, e dahi só subindo por seu curso até chegar de grão Mestre a Piloto, porque a experiencia destes he hum saber vivo, e nao pintado conhecimento, da terra, do mar, das aves, dos sargaços, das trombetas, dos lobos, do Cabo da Boa Esperança [...]».³⁵²

A consubstanciar esta posição crítica está o penúltimo capítulo da narrativa, mais concretamente o Capítulo XXIV, que à questão formulada pelo vice-rei sobre a perda frequente de naus na Carreira da Índia:

«Depois que entendo nesta minha jornada, outra cousa não trago na fantasia senaõ muitas Náos, que nellas são perdidas de anos para cá, de que este Reyno está taõ desfeito de homens, e fazendas; e o que me maravilho he, que se tinha menos experiencia por ser no principio do descobrimento da Índia, e entaõ hiaõ , e vinhaõ as Náos a salvamento».³⁵³

responderia o soldado:

³⁵¹ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790. pp. 8-9.

³⁵² Idem, p. 11.

³⁵³ Idem, p. 99.

«Nesse tempo punhaõ os homens todo o feito de sua viagem nas mãos de Deos, pelo que tinha nosso Senhor cuidado de tudo, como sempre costuma de ter, naquilo que com bom coração se lhe encomenda; mas depois que os homens, por sua experiencia, confiaraõ sem eu saber, e quizeraõ esta gloria para si, sucedêraõ-lhes todas as cousas nesta jornada, como obra de homens pecadores».³⁵⁴

E acrescentaria justificando esses pecados com o facto de refletirem a ganância de que a Índia portuguesa estava acometida:

« [...] por virem nas Nãos muitos homens pagos do soldo, que não vencêraõ, e logrando-se do suor alhêo por máos partidos; e porque nas Nãos manda S. Alteza, que se embarquem primeiro as arcas, e alvitres de homens que estaõ neste Reyno chêos de muitas honras, e mercês, que os dos que vem da India chêos de muitos serviços, pondo sua vida no perigo do mar, e do trabalho da vigia da Náo [...]».³⁵⁵

3.2.2 O funcionalismo régio

Diogo do Couto prossegue a sua crítica dedicando quatro capítulos a alguns dos cargos ocupados na Índia como eram os casos de Secretário do Vice-Rei, Ouvidor Geral da Índia, Vedor da Fazenda Geral da Índia e o de Escrivão da Matrícula. Como exemplo, apontam-se aqui excertos retirados dos cargos de Vedor e de Escrivão.

Uma vez mais o soldado no seu diálogo com o vice-rei criticaria os comportamentos menos honestos de quem ocupava uma função representativa da coroa:

«Os Vedores da Fazenda, que deste Reyno foraõ provides, nunca os vi fazer das pedras pam, se não foi para si [...] e não haveria por inconveniente ir deste Reyno provido Vedor da Fazenda, se a pessoa que o for tiver as partes que convem á serventia do cargo, em ser homem limpo, e abastado, e approvedo em sua vida, que servisse cargos da Fazenda para dos negocios ter alguma experiencia, que he o melhor de todas as cousas; e que não seja filho de homem de baixa maneira, porque hum destes tira ao cargo a mayor parte da preeminencia, e acatamento, que S. Alteza quer que lhe tenhaõ [...]»³⁵⁶

Mais adiante continuaria a insistir para que estes serviços fossem efetuados por pessoas de boa índole, abastadas e que tivessem experiêcia nos negócios contrariamente ao que estava a acontecer:

³⁵⁴ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez, in Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 99.

³⁵⁵ Idem, p.100.

³⁵⁶ Idem, p. 19.

«Pois, Senhor, os que para isso se ham de offerecer, ou requerer o cargo, não lhes aparo, nem lhes vou, e acceitallos-hia de má vontade; porque não vão a outro fim, senão a buscar dinheiro; e os que o buscaram, poucas vezes fazem o que devem [...] devia S. Alteza de deixar o provimento deste cargo para os Viso-Reys o proverem na India em homens de boas qualidades, abastados, e experimentados nos negocios a terra»³⁵⁷

A crítica iria mais longe ao referir mesmo que a escolha da pessoa para este cargo deveria ser delegada nos vice-reis «[...] porque de mais perto, e com melhor informação [...]»³⁵⁸ estariam assim mais habilitados para proceder a essa escolha. Relativamente ao Escrivão da Matrícula, veja-se o trecho seguinte, retirado do Capítulo VI:

«[...] e quer V. S. que lhe pinte a matricula de que servio na India? De hum passo de Tabelliães, em que continuamente se fazem traspassações, doações, empenhamentos, pagamentos, cambios, vendas, tratos, e distractos, casa que se fez para soldada dos pobres homens, que ganháraõ por seu serviço em preço de vinte na mão por cento na matricula [...] e assim o que ganhavaõ os pobres, e de pouca valia, pagava-se aos ricos, e poderosos».³⁵⁹

Aqui era dado conhecimento dos desvios de fundos que se faziam para prover aos ricos, prejudicando os que menos tinham. Mais esclarece o autor:

«Pois mais direi a V. S.: a matricula serve de estarem vencendo nella homens mortos de muitos annos e outros, que andam entre os Mouros, que andam a chacinar fóra do serviço de S. Alteza, onde vencem moços de menor idade, a pezar do Regimento de sua Alteza, escravos, cativos, alijados, e não em serviço de Deos, e de seu Rey[...]».³⁶⁰

Depreende-se também que não ficavam assentadas as mortes que ocorriam em combate com o intuito de se continuar a beneficiar das rendas que a Fazenda Real pagava, recebendo outros esses rendimentos por causas que não eram as do reino português. E assim as despesas e encargos do Estado da Índia aumentavam como se analisa a seguir.

³⁵⁷ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 20.

³⁵⁸ Idem, p. 21.

³⁵⁹ Idem, pp. 29-30.

³⁶⁰ Idem, p. 31.

3.2.3 As despesas e a escassez monetária

Outra questão criticada neste primeiro manuscrito do *Soldado Prático* é a que diz respeito às despesas frequentemente desnecessárias, decorrentes com as armadas participantes nas carreiras. Vem, a este propósito, a política de mercês em voga nos séculos XVI e XVII e já aflorada anteriormente neste estudo, e que também aparece referenciada neste diálogo quando o vice-rei declara, a propósito de os altos funcionários régios honrarem e enriquecerem os seus parentes e criados «[...] pois muitos deles são de S.Alteza, e ajudáraõ em meus trabalhos».³⁶¹

Apesar dos evidentes prejuízos para o rei esta questão é, do ponto de vista do soldado, considerada um mal menor quando comparada com as más despesas efetuadas pelas armadas, conforme advoga no seguinte excerto:

«Mais certos estam os oito, ou dez mil, que há de custar a S. Alteza essa viagem, não sendo de seu serviço: e ainda isto tenho por menos mal, que essoutros de mayor contia, que Viso-Reys fazem em ordenarem Armadas, não somente pouco proveitosas, mas muito desnecessárias, e que vam a risco de desastres, sómente por quererem fazer homens de gavia, ou de bandeira na gavia, e obrigarem a ElRey fazer-lhes mercês de por serviços, que merecem castigar pelo pouco proveito que deles tirou, e descréditos, e mãos acontecimentos das jornadas, e por estes casos, e outros, despezas desnecessárias, e grossas mercês, que a Fazenda, e de cada vez se vai mais individando; porque os Principes pródigos não há fazenda que lhes baste [...]».³⁶²

Estas despesas ainda tinham uma gravidade maior quando comparadas com tempos anteriores em que o Estado arrecadava mais dinheiro com menores rendas:

«[...] e o Estado posto cada vez mais em mayores necessidades, e pobreza, maravilhando-se, porque em tempo do Governador Nuno da Cunha sempre andou no Malavar huma Armadagrossa, e de muitas despeza, por razaõ da guerra; outra Armada hia todos os annos ao Estreito; outra Armada andava guerreando a Costa de Cambaya; e havia dinheiro para pagamento dos homens; estavaõ os almazens providos; tinha S. Alteza a Armada poderosa, em que hia a pessoa do Governador, tendo naquelle tempo o Estado menos cruzados de renda, do que agora tem [...]».³⁶³

³⁶¹ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 46.

³⁶² Idem, pp. 46-47.

³⁶³ Idem, p. 47.

Acrescenta ainda o soldado que antigamente «[...] essas prezas grossas não se faziaõ todos os annos, nem eraõ taõ certas, nem taõ ordinarias, como saõ os duzentos e cincoente mil cruzados, que de entaõ para cá saõ acrescentados na renda de S. Alteza para suas despesas [...]».³⁶⁴

O próprio vice-rei diria mais adiante que não conseguia entender esta situação «[...] agora que as rendas do Estado [estavam] em muito mayor crescimento, não [bastavam] para as despesas ordinarias, que sempre a receita [ficava] devendo á despeza».³⁶⁵

Depreende-se da leitura destes excertos que o Estado era um sorvedouro de dinheiro e por mais que a Índia pudesse amealhar lucros com o comércio das especiarias, esses rendimentos eram rapidamente absorvidos pelas mercês e serviços pagos às gentes direta ou indiretamente envolvidas nesta empresa. É disto exemplo a tença anual de 4000 reais pagas ao piloto Pêro Escobar, pelos serviços prestados na Guiné e na viagem para a Índia.³⁶⁶

Tendo em conta o ponto anterior é fácil perceber o título do Capítulo XI *O porque ElRey não tem dinheiro na India*. O vice-rei adiantaria que a justificação para esta falta de recursos de capital estaria relacionada com os salários do clero e as despesas com os mosteiros:

«Assim que sois de parecer, que as muitas, e demasiadas mercês que se fazem põem o estado em necessidade; e há homens que lhes dam outro sentido, que vem esta pobreza dos muitos ordenados do Arcebispo, Bispos,, Inquisidores, e outros Officiaes, despesas dos Mosteiros que agora há, e nesse tempo não havia».³⁶⁷

Porém, o soldado contestaria esta justificação corrente atribuindo-a ao «povo ignorante».³⁶⁸ Na sua visão, a falta de dinheiro residiria sim, uma vez mais, nas viagens e nos elevados pagamentos que as carreiras das especiarias implicavam, demonstrados da seguinte forma:

³⁶⁴ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, pp. 47-48.

³⁶⁵ Idem, p. 49.

³⁶⁶ Rui Grilo Capelo, *História de Portugal em Datas*, p. 83

³⁶⁷ Diogo do Couto, op. cit., p. 48.

³⁶⁸ «Isso he voz, e parecer do povo ignorante; e nunca o que se deo a Deos, ou se dispende para seu serviço, fez pobre a quem o dá [...]». In Diogo do Couto, op. cit., p. 48.

«[...] mas sabe V. S. o que faz a S. Alteza pobre? he o que me dizia Dom João Coutinho, vindo de Maluco por Capitão, e Feitor de S. Alteza de huma Náo de carreira, que trouxera setenta mil quintaes, todos de cravo, e que chegando a Goa víra duas cousas: huma, que não ficáraõ quatro mil de todos eles a S. Alteza, fazendo de despeza na viagem nove mil cruzados; e a outra, que indo a Maluco por Capitão, e Feitor de S. Alteza fôra lá para homens, que não eraõ mais honrados que elle, a quem o Governador tinha feito a mercê de toda a carga da Náo da carreira da banda da India põe cem mil cruzados de arroz, e maça, e o mesmo agora acontece».³⁶⁹

À questão levantada pelo vice-rei sobre a quem faziam os governadores tantas mercês, retorquiria o soldado «não lhes faltam parentes, e amigos, com os quaes são taõ largos da Fazenda de S. Alteza [...]»³⁷⁰, numa clara alusão ao clientelismo existente. O soldado poria também em evidência a indignação perante as atitudes perpetradas pelos altos funcionários régios contra a coroa, utilizando o dinheiro público em proveito próprio:

«Affrontou me V. S. No que me disse, que me faz dizer o que tenho para calar: e pois o direito permite, que possa homem matar em sua defesaõ, tambem poderei dizer a verdade, se a falla he em defesaõ de honra. Eu vi Governador, que pedindo á Cidade de Goa emprestimo, representando necessidades importantes para o bem, e defesaõ delles; do primeiro dinheiro, que de emprestimo se arrecadou, tomou quatro mil pardãos, e os deo a hum parente seu, para comprar a Balthasar Lobo dous annos que tinha por servir da Fortaleza de Cananor, em cuja vagante elle entrava, e havia de servir outros tres annos».³⁷¹

A explicação de como este processo se desenrolava, era contado de forma pormenorizada para que não restassem dúvidas relativamente às injustiças que se iam fazendo, especialmente sobre aqueles que pouco tinham e que eram roubados para compensar os que tinham mais:

«Dillo-hei a V. S.: mandou-lhe pagar os ordenados dous annos adiantados, dando fiança a vencellos, e com alguma cousa mais, de que lhes fez mercê em nome de S. Alteza, o aviou, e negociou á custa dos pobres; e desta maneira fazem que S. Alteza peça emprestado, por ter necessidades, e tendo-as pagas d'ante mão a quem não deve: e de outro emprestimo, que depois se pediu em a Cidade de Goa, foi hum amigo meu o thesoureiro; e começando a arrecadar, quando senaõ o Capitão da Guarda lhe veyo dizer da parte do Governador, se tinha algum dinheiro, que queria pagar a alabardeiros, e ao Capitaõ delles; e se tardárao muitos dias que lhe não vieraõ á maõ papéis para se pagarem mercês mal dadas, e peyor merecidas: e desta maneira pedem emprestimos aos póvos para fazer Galleões, e comprar munições, e gastam-no em sem-razões; e porque assim nao ha cousa que se não saiba

³⁶⁹ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 48.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

³⁷¹ Idem, pp. 50-51.

receber, já o povo soffre muito mal esta invenção dos emprestimos, por saberem da maneira em que dispendem-se, que he muito differente da para que o pedem».³⁷²

Este excerto é, portanto, elucidativo dos estratagemas utilizados por aqueles que estavam encarregados de governar em nome do rei, e do modo como esses expedientes prejudicavam os menos favorecidos, revelando a descrição do cronista as causas da falta de dinheiro na Índia.

3.2.4 No tempo dos bons governadores

Diogo do Couto também se socorre dos tempos em que os governadores geriam de forma honesta e proveitosa o Estado da Índia, para assim por em relevo o contraste com as atitudes de ganância, cobiça e corrupção que ao tempo abundavam nessa área geográfica:

«[...] ponha os olhos nos feitos de D. Henrique de Menezes, que foi o primeiro Governador da Índia por successão, por morte do Conde Almirante, o qual entre os Mouros naqueles tempo, tornou a pôr a honra do nome Portuguez (...) pois Lopo Vaz de Sampayo, que governou por falecimento de D. Henrique de Menezes, em todas as suas cousas trabalhou por imitalo, por lhe não haver inveja (...) e nada cubiçoso, inteiro na justiça, e nos feitos da guerra, em que lhe deu Deos muitas victorias».³⁷³

Acrescente-se ainda o exemplo de Estevão da Gama que:

«[...] governou por fallecimento do Viso-Rey Dom Garcia, que foi hum dos bons Governadores, que olhou bem pela fazenda de S. Alteza, e que melhor teve providos os almazens dos mantimentos (...) e commetteo hum dos mais honrados feitos, que se nunca commetteraõ, em que mostrou grande animo (...) como foi a jornada de Sués [...]».³⁷⁴

Esta estratégia permite também perceber que a administração do Estado Português da Índia nem sempre foi gerida de forma danosa e que um dos fatores que contribuiu para a sua ruína foi a questão do clientelismo que terá posto em lugares

³⁷² Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 50.

³⁷³ Idem, pp. 56-57.

³⁷⁴ Idem, p. 57.

cruciais figuras que não tinham qualquer experiência e que apenas se queriam aproveitar do cargo influente que ocupavam.

O exemplo da governação de Duarte Meneses apresentado por Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia* são prova dessa política de favores e corrobora aqui o ponto de vista defendido neste trabalho sobre a relação existente entre as duas obras, em que a primeira indicia o que não ia bem no espaço asiático e a segunda confirma essa posição.

Ainda relativamente aos bons governadores, estes tinham sido os que acumularam experiência e sabedoria, à semelhança do que acontecera com os pilotos das naus referenciados em ponto anterior:

«Assim, Senhor, que isto he o que achareis em todos os homens que governaraõ a India por successaõ; por onde se mostra quam proveitosa seja a experiencia das cousas da India, para quem ha de governar, pois os milagres, que fez Martim Affonso de Sousa, que deste Reyno foi por Governador, de quem as fez, senaõ da experiencia que tinha da terra, do conhecimento dos homens della, dos tres annos que foi Capitão mór do mar [...]».³⁷⁵

Pode-se também depreender que a experiência acumulada contribuiria para uma boa base moral que permitiria a determinados governadores empreender numa administração de sucesso fundamentada em sinergias entre portugueses e locais e não atribuída a questões relacionadas com providencialismo, como Gaspar Correia justificou frequentemente.

O quadro seguinte clarifica esquematicamente os capítulos retirados da primeira versão e trazidos para a discussão.

³⁷⁵ Diogo do Couto, *O Diálogo do Soldado Prático Portuguez*, in *Observações sobre as Principaes Causas...*, 1790, p. 58.

Quadro 18 - Capítulos abordados no primeiro *Soldado Prático*

Temática	Cap.	Designação	Pp.
A medievridade dos pilotos	I	Da Náo	8-10
	XXIV	Das muitas Náos que se perdem na Carreira da Índia	99-101
O funcionalismo régio	V	Do Veador da Fazenda Geral da Índia	19-29
	VI	Do Escrivão da Matrícula	29-34
As despesas e a escassez monetária	X	Das más despesas que se fazem	46-48
	XI	O porque ElRey não tem dinheiro na India	48-53
No tempo dos bons governadores	XIII	De como os Governadores por successão fizeraõ cousas dignas de louvor, ajudados da experiência que tinhaõ na terra	55-59

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (1790)

3.3 Do *Soldado Prático* (a segunda versão)

A segunda versão do *Soldado Prático*, regista uma maior complexidade na escrita, evidenciada desde logo na comparação entre os títulos dos Capítulos do primeiro diálogo e os títulos das Cenas deste segundo diálogo.³⁷⁶ Nesta versão, Diogo do Couto introduz mais uma personagem desenrolando-se o diálogo entre um soldado, um fidalgo e um despachador. O texto encontra-se dividido em três partes e cada uma tem um argumento em jeito de introdução ao diálogo.

³⁷⁶ Cf. Quadros 16 e 17.

Quadro 19 - Argumentos constantes do segundo *Soldado Prático*

Parte	Argumento
Primeira	Estando um fidalgo, que fora governador da Índia por sucessão, em casa de um despachador de Portugal, entrou um soldado velho da Índia, que ia dar a sua petição e papéis; e entre todos três se passou o diálogo seguinte
Segunda	Ao outro dia se foi o Soldado à tarde pera casa do Despachador, onde já achou o Fidalgo; e entre eles se passou o diálogo seguinte
Terceira	Ao outro dia se foi o Soldado à tarde para casa do Secretário, como ficara com ele, e já o achou com o mesmo Fidalgo praticando sobre as cousas, que antre todos se tinham tratado o dia de antes, louvando a liberdade com que o Soldado falava, e a experiência que tinha de todas as cousas daquele Estado. E, entrando, lhe disse o Fidalgo

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

3.3.1 Crítica à administração na Índia

Através da leitura do *Soldado Prático* constata-se a presença de um sentimento de indignação que percorre a obra, plasmada nos inúmeros relatos que o cronista terá presenciado e conseqüentemente divulgado.

Para a presente investigação a Cena I da Primeira Parte funcionou como introdução às problemáticas subsequentes. Atente-se, pois, nalguns aspetos que evidenciam os desmandos na Índia.

O cronista, tendo por intermediário um soldado experiente procura, através de inquirições, inteirar-se do comportamento dos funcionários quando estes terminavam o tempo do seu mandato respeitante aos cargos que tinham exercido na Índia portuguesa.

Uma questão omnipresente era a do suborno e da corrupção que resultaria em represálias contra aqueles que denunciavam situações menos lícitas dos vice-reis e governadores, conforme relata Couto:

«[...] acaba um visor-rei; vai-se para o Reino; manda-lhe el-rei tirar sua residência por uma pessoa de confiança; se na Índia se tem segredo nela, o que acontece poucas vezes, cá neste vosso Portugal, onde isto não é mais puro, logo se descobre o segredo, e por peitas dão vista das devassas: e assi houve visor-reis que se vingaram dos homens que testemunharam contra eles (...) esta é a rezão, por que muito poucos homens querem ir às devassas [...]».³⁷⁷

Daqui também se depreende que este clima não favorecia a justiça ficando desta forma os responsáveis impunes face às ações que teriam contribuído para o declínio do império português a Oriente.

O cronista aproveita esta questão para referir que «[...] ao menos eu sempre fugi disso, porque de duas cousas sempre me guardei muito: de praguejar dos meus visor-reis em público, e de testemunhar contra eles [...]»³⁷⁸ sendo este comentário sintomático da postura de retidão e lealdade que o cronista evidenciava. A passagem seguinte é também ilustrativa dos propósitos da fidalguia que partia para a Índia:

«Padre meu, eu hei-de fazer o que os outros capitães fizeram; se eles foram ao Inferno, lá lhe hei-de ir ser companheiro; porque eu não vou à minha fortaleza, senão pera vir rico (...) cuido que tinha rezão em desejar de tirar muito dinheiro; porque vir um fidalgo a este Reino cheirando a pobreza, não há quem lhe não vire o rosto; o bom é vir rico (...) tudo achais fácil, rogam-vos pera tudo, e vós não rogais pera nada, e inda pera aquilo que desejais vos chamam; que esta qualidade tem o dinheiro, com outras muitas cousas que calo. Enfim, bom é vir rico».³⁷⁹

Ao enfatizar a expressão «vir rico» Diogo do Couto queria certamente transmitir a ideia de uma administração além-fronteiras cuja pretensão não era, de todo, contribuir para o fortalecimento do domínio português no Oriente, mas sim uma oportunidade que permitia aos funcionários régios assegurar benefícios e favores em proveito próprio quando regressassem a terras lusas. Perante isto Couto contrapõe uma vez mais esta postura replicando «não está nisso a riqueza – em ter muito dinheiro; nos feitos e obras heróicas e de virtude, aí si; a estes são os que se haviam de buscar pera tudo».³⁸⁰

³⁷⁷ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 28.

³⁷⁸ Idem, *ibidem*.

³⁷⁹ Idem, p. 30.

³⁸⁰ Idem, *ibidem*.

Couto alertava assim para os desmandos perpetrados pelos funcionários na Índia cuja cobiça e ganância movia os seus interesses e a máquina administrativa e, implicitamente, o cronista sugeria a substituição daqueles por elementos que tivessem como objetivo uma boa administração dos assuntos da coroa.

Quadro 20 - Capítulo abordado no segundo *Soldado Prático*

Temática	Cena	Designação	Pp.	Parte
Crítica à administração na Índia	I	s/ título	23-33	Primeira

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

3.3.2 O comportamento dos agentes régios portugueses

O perfil dos funcionários régios revelava uma ânsia de enriquecimento fácil sem olhar às consequências que essa ambição poderia acarretar para o reino português. Isto mesmo haveria de enfatizar Diogo do Couto: «estes senhores que a governam não são donos da Índia, dói-lhe muito pouco; estão com o tento em irem ricos, o mais passe por onde passar, que eles vêm-se com as costas sãs, e os proves dos moradores ficam com elas quebradas».³⁸¹

Na Cena II denominada *Do modo que correm os despachos das cousas da Índia no Reino; em que se tocam muitas cousas sobre algumas desordens que nisso há*, Diogo do Couto afirmaria através das palavras do soldado que «[...] assi o tive sempre para mim no modo com que vi aos governadores tratar a fazenda del-rei, não como ministros sendo como imigos [...]»³⁸² resultando daí «[...] infinitas necessidades ao Estado, que se remediaram com esse dinheiro, polas quais se deixam de prover as armadas e fortalezas como é necessário».³⁸³

³⁸¹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 144.

³⁸² Idem, p. 37.

³⁸³ Idem, *ibidem*.

O pouco zelo na execução das funções para as quais os vice-reis e governadores eram nomeados está igualmente bem patente na Cena III da Parte I do *Soldado Prático* através do título *De como os mores imigos que a fazenda do rei tem são os ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias*.

De facto, esta parte do diálogo equipara o comportamento dos ministros do reino à dos vice-reis e governadores que iam para as terras longínquas do Oriente apenas com o intuito de se governarem a eles próprios em detrimento dos interesses da Coroa, conforme se depreende do seguinte excerto:

«Vereis um governador ou visor-rei chegar àquele Estado tão zeloso do serviço del-rei e do proveito de sua fazenda, que parece a todos que vem remir a Índia, e que tomará as capas aos homens pera lhe acrescentar em sua fazenda; mas daí a quatro dias se muda isto, porque a má natureza da terra e infernal inclinação dos homens o muda de feição que, se lhe toma as capas assi a el-rei como aos homes, é para si e para os seus».³⁸⁴

Diogo do Couto apresenta o exemplo do pagamento de ordenados que era efetuado não na moeda que beneficiaria a fazenda régia mas sim na moeda que melhor aproovesse o governador, revelando deste modo um desrespeito pela coroa portuguesa:

«Quer um governador pagar-se de seus ordenados, que sempre andam adiantados, e nunca vereis ficarem-lhe devendo em seu título cousa alguma (...) esta paga não se faz em qualquer moeda em que se aproveite a fazenda do rei, senão logo lhe dão por alvitre que quebre os pagamentos para Ormuz, onde a moeda é mais grossa; e por xerafins pagam patações, que vem a montar muito contra a fazenda del-rei, que este é o proveito que lhe fazem».³⁸⁵

Outro facto que teria escandalizado a Índia, e que testemunha a pilhagem ao tesouro real, prendia-se com o preço dos cavalos que poderiam valer duzentos e ser posteriormente vendidos pelo triplo do preço, sendo a afixação do preço definida, uma vez mais, pelo governador:

³⁸⁴ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 38.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

«[...] ordena-se mandarem um embaixador ao Bagalate ou ao Mogor; estes hão-de levar seus presentes, como é costume; fazem rol do que há-de ser, entram nele quatro, seis ou dez cavalos; estes vende-os o visor-rei da sua estrebaria a el-rei a preços exorbitantes; cavalo que vale duzentos por seiscentos e mais; e carregam-se em nome de outrem em receita (...) e inda aqui entra outra injustiça, que é: que vindo as naus d'Ormuz com estes cavalos, mandam os governadores tomar polas estrebarias e casas dos homens os que lhe melhor parecem, e ao pôr o preço sempre é à vontade dos governadores [...]»³⁸⁶

Diogo do Couto dedicaria a Cena X do *Soldado Prático* às questões relacionadas com a Casa dos Contos de Goa e à forma como esta estaria desfalcada de pessoas honradas, de bons oficiais e com consciência.³⁸⁷ Também o método como seria gerida a fazenda do rei em seu prejuízo é narrado do seguinte modo:

«Na despesa dela não entra veador da fazenda, que é sacrílego tocar no dinheiro, nem o tesoureiro tê-lo em seu poder; ele o tem, e às vezes se entrega a seus criados, e as despesas dele são à sua vontade, e os papéis dela se entregam ao feitor e tesoureiro, que isso só guarda, e às vezes mal correntes, o que depois lhe dão trabalho; e Deus sabe por onde foi este dinheiro e por onde se consumiu, porque sempre a mor parte dele vai em dívidas velhas (...) e estes repartidos por mãos de seus apaniguados e criados, que todos ficam com elas bem untadas; e senão, vede o seu apaniguado, que levou cinquenta mil cruzados, o pajem da campainha outra pancada, o outro criado seu quinhão; o que tudo sai da bolsa do rei, que paga até os serviços dos criados dos governadores».³⁸⁸

Esta descrição, posta na boca do soldado, revelaria a traição ao juramento de homenagem que um vice-rei ou governador teriam de prestar ao monarca antes de partirem para o Oriente, revelando um comportamento em tudo censurável. Este tipo de comportamento seria uma vez mais enfatizado por Diogo do Couto quando o soldado responde ao fidalgo referindo:

«Pois que vos direi dos perjúrios que comete um governador contra o que jura, quando lhe entregam a governança da Índia?: que com as mãos sobre o missal promete guardar os privilégios da cidade, e na primeira cousa que lhe cai nas mãos põe os pés por cima de tudo e não guarda senão o que lhe releva».³⁸⁹

Ainda no mesmo capítulo saliente-se o seguinte excerto revelador de uma atitude deliberada de lesar a coroa portuguesa:

³⁸⁶ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pp. 38-39.

³⁸⁷ Idem, p. 82.

³⁸⁸ Idem, p. 39.

³⁸⁹ Idem, p. 40.

«[...] porque a tenção do rei é repartirem-se com os que o servem; e destes hão-de ser primeiro fidalgos e moradores de sua casa, a que tem mais obrigações que aos outros; e inda nisto se usa outra injustiça muito grande, que é fazerem mercês deste dinheiro a homens fantásticos, que nunca houve, e os governadores ou o seus apaniguados engolirem-no, a que não posso pôr nome senão de furto».³⁹⁰

Ainda no seguimento das afirmações anteriores, atente-se também no seguinte:

«Mas os proves compre-se-lhe tão mal isto, que de quatro quartéis que lhe devem cada ano, lhe pagam dous, um de Verão e outro de Inverno, sem ficar disso escrúpulo nenhum ao governador ou visorei, que, se eu fora seu confessor, houvera-o de obrigar a lho pagar; porque o que lhe disser que o Estado o não tem, engana a Deus, que bem sabe que o há; porque muito dinheiro del-rei, que se despende em outras cousas desnecessárias, pudera suprir a isto: por onde concluo em afirmar que os governadores e visoreis não têm ourelas nem biscatos na Índia, como, senhor dissestes, pera poderem fazer ricos seus criados, como muitos o fazem à custa da fazenda do rei, que se tira da boca da viúva, do órfão, do casado pobre e do soldado, a que não pagam o que se lhe deve por não haver dinheiro, sobejando pera os seus».³⁹¹

Diogo do Couto denuncia aqui a forma como o dinheiro era gerido pelos governadores e vice-reis que retiravam às classes mais desfavorecidas para poderem distribuir pelos seus apaniguados, recorrendo ao desfalque da fazenda régia já que estes altos funcionários não possuíam rendimentos que lhes permitisse tais favorecimentos monetários aos seus subalternos.

O cronista também não se coíbe de divulgar as questões ligadas à burocracia que favorecia a corrupção que pululava na Índia referindo que:

«[...] quer o feitor ou juiz de alfândega e todos os mais oficiais ir entrar em seus cargos; hão mister do governador as provisões, que se concederam aos mais, gastam muitos dias e muitos meses por casa do governador e do secretário sem ser respondido, porque o que não sabe a pancada ao vinte nem a moeda que corre, quer-se negociar ordinariamente apresentando sua petição, que é logo remetida ao secretário, a qual, como lá cai, é como alma perdida; porque, como os governadores e visoreis deram nesta estocada, e por aqui determinaram enriquecer os seus, furtarão também a água ao secretário, e, quando vai com seus papéis, não lhe falam a propósito às petições das partes».³⁹²

³⁹⁰ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008. p. 41.

³⁹¹ Idem, p. 42.

³⁹² Idem, pp. 49-50.

A atitude prepotente dos funcionários régios para com os locais e vassallos do rei era por demais evidente como o demonstra o seguinte relato de Couto:

«Pedem que ninguém possa mandar nau ou navio pera tal porto senão eles, como se o mar e navegação não fosse comum a todos; com o que impedem o comércio dos moradores que sustentam as fortalezas. Enfim não sei pera que me canso: passam-lhe, - senhores, provisões pera tiranizarem ao próprio rei e a seus vassallos, que nunca vi outros mais aperreados que os que vivem pelas fortalezas, porque té de suas próprias mulheres não usam sem licença do seu capitão, porque alguns querem só usar de algumas; e eu me achei em uma fortaleza, onde me afirmaram que, porque um morador se queixava que um capitão lhe tomava sua mulher por força, o mandou ele chamar a sua casa, e com uma cana lhe dera muitas pancadas, porque o infamava do que estava na praça».³⁹³

Este soldado coutiano criticava também o facto de muitos destes fidalgos terem saído do reino português sem um tostão, mas chegados a terras da Índia «[...] logo começam a puxar pela mercê do governador, pelo empréstimo do casado (...) e o que pior é: que cuidam estes senhores, como põem os pés na Índia, que o mundo é só pera eles, e que tudo é seu [...]».³⁹⁴

Este modo de vida não era apenas característico das camadas mais elevadas da sociedade portuguesa em terras do Oriente, sendo este um comportamento extensivo aos soldados «[...] que andam ao serviço já se fizeram à natureza da terra, que se não querem embarcar sem os capitães lhe encherem as mãos de dinheiro [...]».³⁹⁵

Neste contexto a opinião coutiana é favorável a este tipo de atitude, uma vez que:

«[...] e cuido fazem bem: porque já que as mercês, que se com eles repartiam, se dão aos criados dos visos-reis, e os soldos lhe não pagam senão quando se embarcam, negociam-se por outra via; porque eles hão-de comer, e já os fidalgos que lho davam são mortos, e tudo se vai acabando, e inda mal porém, porque cada dia há-de ser isto de mal em pior; porque já se não pretende senão levar, e vindimar cada três anos esta vinha; então lá virá outro, que em vez de a remediar a destrua mais; e, o que é pior: que lhe dá tão pouco disso, que eu ouvi dizer a um viso-rei, que não estava inocente: que bem via que a Índia se perdia; e que não poderia durar muito [...]».³⁹⁶

³⁹³ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pp. 50-51.

³⁹⁴ Idem, p. 51.

³⁹⁵ Idem, p. 69.

³⁹⁶ Idem, *ibidem*.

A distância favorecia estas variadas injustiças plasmadas num sentimento de surpresa por parte do despachador que diria estar «[...] pasmado de ouvir tanta cousa, de que estamos todos bem inocentes».³⁹⁷

Um outro aspeto referenciado pelo *Soldado Prático* relaciona-se com as provisões e regimentos do rei que ficariam a cargo dos vice-reis. O que se registava era uma atuação a seu bel-prazer por parte do vice-rei porque o monarca passava uma provisão e chegando esta aos vice-reis, estes encarregavam-se de as recolher «[...] em seus escritórios, dissimulam com elas, e dão os cargos a quem eles querem, que nunca são senão os que lhe a eles relevam, e os outros não sabem o que lhe el-rei manda».³⁹⁸

Para além das consequências negativas que o tipo de comportamento adotado pelos funcionários régios representava para a coroa portuguesa, colocando em risco a continuidade da Índia como território português, transmitia também um mau exemplo para os locais que numa «[...] terra rodeada de imigos, que nos desejam beber o sangue (...) os Brâmanes, que se fazem cristãos, aprendem logo esta doutrina de nós e logo se fazem bulrões e trapaceiros (...) que isto é o que lhe lá fomos, ensinar».³⁹⁹

³⁹⁷ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 69.

³⁹⁸ Idem, pp. 155-156.

³⁹⁹ Idem, pp. 121-122.

Quadro 21 - Capítulos abordados no segundo *Soldado Prático*

Temática	Cena	Designação	Pp.	Parte
O comportamento dos agentes régios portugueses	II	Do modo como correm os despachos das cousas da Índia no Reino; em que se tocam muitas cousas sobre algumas desordens que nisso há	34-37	Primeira
	III	De como os mores imigos que a fazendo do rei tem são os ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias	37-44	Primeira
	V	Do segundo alvitre, que é contra os homens; e das desordens que se neles cometem	47-54	Primeira
	VII	Do quarto alvitre, que é contra todos; e que cousa são dívidas velhas	62-70	Primeira
	X	Em que se tocam algumas cousas dos Contos de Goa e outras diferentes matérias	82-101	Primeira
	III	s/ título	114-123	Segunda
	I	s/ título	143-151	Terceira
	II	s/ título	151-156	Terceira

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

3.3.3 Evidências de deslealdade ao rei

A enorme distância geográfica que existia entre o Oriente e a metrópole teria certamente contribuído para que os monarcas portugueses nunca tivessem estado nesse espaço asiático, resultando na sua sujeição aos relatos que lhes chegavam dessas longínquas paragens, conforme se depreende do seguinte excerto:

«[...] daí vem os reis não serem sabedores de muitas cousas importantes ao bom governo de seu Reino, assi polas não verem, porque não pode ser verem tudo, como polas não praticarem com quem as tratou, viu e apalpou; porque o que mais falta aos reis é quem lhe fale verdade nestas cousas (...) porque quase sempre, ou a autoridade real está pondo receio pera um homem lhe poder dizer quanto entende, ou também se teme que fique tido por jogral; porque, verdades em corte, avorrece (...) a culpa ponho aos reis, porque vieram a gostar mais de lisonjeiros que de filósofos e sabedores [...]».⁴⁰⁰

⁴⁰⁰ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pp. 30-31.

Nesta lógica de fraca lealdade ao rei o despachador haveria de referir «[...] que os veadores da fazenda que também vão ao Norte, fazem nele injustiças e desserviços a el-rei: folgara saber como e em quê, porque os mais dos visos-reis escrevem o contrário a el-rei».⁴⁰¹

O cronista reforça ainda esta ideia ao advertir para o facto de o sítio onde o rei seria menos obedecido era a Índia «[...] porque cousas faz um governador que o mesmo rei não houvera de fazer»⁴⁰² e referindo ainda noutra passagem que «ora quanto a Vossa Mercê dizer que o rei não é enganado nas mercês desordenadas, que fazem os visos-reis aos fidalgos e capitães, que vão entrar em suas fortalezas, e que, pois o consente, o há por bem, a isso respondo que em nenhuma cousa o é ele mais [...]».⁴⁰³

Couto consideraria mesmo os casos de deslealdade como provas de inimizade para com o rei. Veja-se a seguinte passagem que deixa transparecer este sentimento:

«[...] que os amigos do rei, seus visos-reis e governadores e mais ministros hão-de ser outro ele, hão-de administrar, governar e despender como o mesmo rei fizera, que isto é ser verdadeiro amigo; mas quando a cousa vai por outro rumo, que o governador e ministro não pretende mais que governar para si e pera os seus, então não sinto eu mor imigo do rei que este [...]».⁴⁰⁴

Na Cena IV o soldado enumera casos de decisão prejudiciais à coroa portuguesa, contando-se entre eles, as situações de pessoas que morriam sem deixar testamento e cujos bens deveriam automaticamente transitar para a Coroa.

Todavia, não era isto que sucedia e os bens eram repartidos sem a Coroa ter disso algum benefício, como se constata no seguinte trecho: «Morreu o homem ab intestado, não tem herdeiros, pertence sua fazenda à Coroa; esta logo é repartida e levada pelos ares, sem o rei dela ver um tostão».⁴⁰⁵

O mesmo sucederia com as fazendas de judeus ou hereges que deveriam reverter para o fisco real mas que «[...] um criado leva mil cruzados, outro leva as casas, outro a horta, de modo que deu o fogo na fazenda como no dono, e nem cinza se achará».⁴⁰⁶

O excerto seguinte mostra o procedimento dos funcionários régios para com aqueles que tinham dívidas, nomeadamente, rendas em atraso:

⁴⁰¹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 69.

⁴⁰² *Idem*, p. 40.

⁴⁰³ *Idem*, pp. 52-53.

⁴⁰⁴ *Idem*, p. 38.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 45.

⁴⁰⁶ *Idem*, *ibidem*.

«O rendeiro da alfândega, que no cabo do seu arrendamento ficou devendo dez mil cruzados, são seus fiadores levados nos ares, porque duma banda lhe afuzila o sobrinho do governador cum a provisão de mercê de três mil, da outra o camareiro com dous mil, da outra por outra via outros tantos, e assi em dous dias não fica pedra sobre pedra dos proves fiadores».⁴⁰⁷

Porém, se o rendeiro provasse que as perdas que tinha tido se relacionavam com a guerra ou com quebra de contratos, e dado que a outra já tinha sido levada em papos de abutres⁴⁰⁸ logo lhe passavam «[...] provisão pera se pagar em outro arrendamento novo (...) e assi fica el-rei dando sua fazenda aos criados do governador, porque, por derradeiro, ele é o que paga tudo».⁴⁰⁹

É também evidenciado através da personagem do fidalgo que a forma de pagamento de serviços para com aqueles que prestavam serviços aos que governavam era efetuada através do enriquecimento, «pois com que hei-de pagar aos meus os serviços que me fizeram desde meninos, senão com os fazer ricos, enquanto tiver a governança?».⁴¹⁰

Contudo, esta posição é contestada pelo soldado que não censuraria este tipo de procedimento se o mesmo não fosse feito à custa do prejuízo do monarca português, conforme a seguir fica esclarecido:

«Isso é logo governardes vossa fazenda e a de vossos criados, e desgovernar a del-rei, que a fia de vós cuidando que lhe aproveitareis, assi por obrigação de bom vassalo como pola de vosso cargo e juramento (...) quanto maior obrigação é logo a do governador de olhar muito pola do rei, assi por estas rezões como por todas as mais, e não desbaratar-lha? Que lhe pagueis, senhor, do vosso, que por isso vos dá muitos ordenados e vos dá grossas comendas e outras mercês, com que podeis repartir com vossas obrigações e deixar a fazenda do rei pera suas necessidades, que são muitas».⁴¹¹

Os vedores da fazenda seriam também um grupo ilustrativo dos benefícios que retiravam em seu proveito aquando das visitas às fortalezas:

⁴⁰⁷ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 45.

⁴⁰⁸ Idem, p. 46. Rodrigues Lapa chama a atenção para esta expressão utilizada por Couto que descreve a rapacidade do funcionalismo a Oriente e em especial dos protegidos do vice-rei ou do governador.

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*.

«Ora tenham Vossas Mercês tento, porque por algumas razões hei-de mostrar como estas idas dos veadores da fazenda às fortalezas são contra o serviço del-rei. A primeira, nenhum veador da fazenda destes, ou poucos, vão à sua missão, que primeiro o não solicitem e o não peçam de mercê; e inda não sei se peitam pera isso grossamente a alguém. Do que se vê claramente que já não vai pera servir o rei, senão pera se servir a si».⁴¹²

As queixas relativamente à avaliação das mercadorias nas alfândegas denotavam também procedimentos lesivos da coroa portuguesa:

«E algumas vezes ouvi queixar a este fidalgo destes veadores da fazenda; e cuidoo que assi o escreveu a el-rei, que no primeiro ano de sua fortaleza, em que um governador acabou e outro começou, tinham vindo a ela três veadores da fazenda, que fizeram de despesa à fazenda del-rei mais de doze mil pardaus. Ora, o serviço que fazem nas alfândegas é: as peças curiosas e ricas, que a elas vão, avaliarem-nas em muito menos do que valem, pera as tomarem pelo preço; e desta maneira se enchem de peças baratas, que custam a el-rei, bem caras».⁴¹³

Como forma de corroborar esta situação, Diogo do Couto forneceria o seguinte exemplo relacionado com um mercador mouro que, face à sub-avaliação das suas mercadorias pelos vedores da fazenda, bradaria contra tais atos que visavam, de forma clara, prejudicar o rei:

«Em uma alfândega destas sucedeu uma vez este caso: um mercador mouro levava pera Meca um fardo pequeno de bofatás, os mais ricos que podiam ser (...) e indo à avaliação, lhos puseram cada um em oito pardaus, valendo a doze e a quinze, só por lhe tomarem alguns por aquele preço; e entendendo o Mouro o caso, começou a gritar, que os seus bofatás valiam mais de quinze pardaus, que el-rei de Portugal ficava enganado na avaliação (...) Com outras cem mil mil cousas, que deixo, por haver nojo de tanto roubo [...]».⁴¹⁴

Outro aspeto abordado no *Soldado Prático* prende-se com os soldos velhos e a forma ardilosa como era efetuado o aproveitamento da situação.

⁴¹² Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p.70.

⁴¹³ Idem, pp. 71-72.

⁴¹⁴ Idem, p. 72.

Os soldados, os casados e os oficiais mecânicos tinham um soldo que acabava com a sua morte. Porém, o que se passava na Índia era uma vez mais um modo de conseguir retirar da coroa portuguesa mais dinheiro, dado que os falecimentos não eram divulgados e assim continuava a coroa portuguesa a efetuar pagamentos a quem já tinha falecido:

«[...] todos os que passam de Portugal a estas partes, quer sejam soldados, quer casados, quer oficiais mecânicos, todos vêm assentados em soldo (...) e destes são infinitos mortos, que têm sua matrícula em pé e seu soldo corrente; e mortos de vinte anos vencem soldo, e paga-lho el-rei, não já a eles, mas a outros, que lho tomam por esta maneira».⁴¹⁵

Perante esta situação não é difícil perceber como a Índia ia progressivamente caindo num ambiente de corrupção e ganância em que «[...] não há cousa sã: tudo está podre e afistulado [...]»⁴¹⁶ e onde pululava «[...] o morto por vivo, casado por soldado (e o) ausente por presente [...]».⁴¹⁷

⁴¹⁵ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 74

⁴¹⁶ *Idem*, p. 75.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 80.

Quadro 22 - Capítulos abordados no segundo *Soldado Prático*

Temática	Cena	Designação	Pp.	Parte
Evidências de deslealdade ao rei	I	s/ título	23-33	Primeira
	III	De como os mores imigos que a fazenda do rei tem são os ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias	37-44	Primeira
	IV	Dos modos que há de alvitres na Índia, e do dano e prejuízo que fazem	44-47	Primeira
	V	Do segundo alvitre, que é contra os homens; e das desordens que se neles cometem	47-54	Primeira
	VII	Do quarto alvitre, que é contra todos; e que cousa são dividas velhas	62-70	Primeira
	VIII	De como os veadores da fazenda, que vão às fortalezas do Norte, são muito desnecessários; e das desordens que se cometem na fazenda del-rei	70-74	Primeira
	IX	Do que são soldos velhos; e do roubo que se faz a el-rei e às partes neles; e do remédio que haverá pera se evitarem	74-82	Primeira

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

3.3.4 A Índia de pernas acima

A indignação perante as injustiças testemunhadas seria tanta que não deixa de ser curioso notar o facto de Diogo do Couto utilizar por diversas vezes a expressão «a Índia de pernas acima».

Segundo o cronista, o exercício da justiça parecia apenas ser aplicável aos mais desprotegidos dado que os «[...] regimentos não se executam senão nos pobres; leis e provisões não se guardarão senão contra os desemparedos».⁴¹⁸

A justiça ou a falta dela seria, sem dúvida, uma componente determinante no desgoverno português a Oriente. Da leitura do *Soldado Prático* percebe-se que a justiça era fraca com os fortes e forte com os fracos, sendo a seguinte passagem da cena VI bem ilustrativa disso:

⁴¹⁸ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 40.

«Deixemos as desordens e injustiças que aqui sucedem, que é nunca acabar; porque nestas cidades quem mais pode tem mais justiça e nunca nesta teia de aranha se prendem senão os mosquitos; porque baneante, que orinou em cócoras, é logo condenado; o gentio que pelejou com outro e lhe disse uma ruindade, é logo metido em ferros, e o compadre e o rico, que quebraram os bofes a esse gentio e lhe tomaram a sua fazenda por força, e o tiveram preso em casa, é cousa leve, pode-o fazer, que tem licença pera tudo. O Mouro, que no seu Moçafo jurou falso, que seja preso e que pague pera as obras da justiça; e o compadre, ou o que lhe fez o empréstimo, que perjurou no juízo nos Santos Evangelhos, que não pague uma tanga nem o que devia a quem o demandou».⁴¹⁹

Não deixa também de ser interessante mencionar a questão do castigo divino em Couto abordada também na Cena VI, cujo título é já indiciador desta vertente *Do terceiro alvitre, que é contra Deus, e de muitas cousas outras, en que os governadores são dissolutos*, pondo o cronista as seguintes palavras na boca do soldado: «ora zombai com desfavorecer os pobres! E pode muito bem ser que por isso castiga Deus Nosso Senhor o Estado da Índia: polo pouco caso que os governadores fazem deles [...]».⁴²⁰

A preocupação demonstrada perante as ações cometidas pelos agentes régios teria levado o soldado prático a proferir as seguintes palavras:

«[...] porque vão muito ricos (os viso-reis) pera suas quintas; e nada lhes dá das afrontas nem quebras do estado; porque, quando se a Índia perder, todos, e inda os que mais a esfolaram se hão-de jactar que não foi em seu tempo, e hão-de blasonar daquele, em cuja mão isto suceder (o que Deus não permita!) só pera com isso cuidarem que acreditam suas tiranias. E pola ventura que, se isto suceder, que eu temo muito que seja em tempo de um viso-rei melhor, mais justo e menos coiboso que todos, sendo eles os que a perderam e que deram com ela de pernas acima».⁴²¹

O desrespeito pelas instituições às quais se encontravam amarrados⁴²² também repercutir-se-ia na seguinte afirmação coutinana «por certo que, segundo os mais tratam de seus particulares, que por qualquer muito pequeno dariam com a Índia de pernas acima; e quando lhe disseo pedissem conta, tem desculpa muito de aceitar, que é dizerem que assi o entenderam».⁴²³

Se inicialmente o Estado da Índia teria sido ganho com muita verdade, fidelidade, liberalidade, valor e esforço⁴²⁴, terá sido:

⁴¹⁹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 55.

⁴²⁰ Idem, p. 58.

⁴²¹ Idem, p. 97.

⁴²² «[...] porque com os viso-reis estarem amarrados ao Conselho Geral da Índia, muitas vezes por cima deles fazem o que querem [...]», idem, p. 100.

⁴²³ Idem, ibidem.

⁴²⁴ Idem, p. 108.

«[...] depois que se ela perdeu e que dispiram as armas e se deixaram de embarcar, e se recolheram às delícias da cidade de Goa, e se fizeram veadores da fazenda, e presidentes da Relação, logo a Índia foi de pernas acima, e nós todos nos acovardámos e nos perderam tanto os imigos o respeito que aquilo que nós primeiro fazíamos, que era sustentarmo-nos de presas suas, o fazem eles agora, que se sustentam de presas nossas».⁴²⁵

Criticando também os desembargadores da Relação, Couto enuncia uma vez mais a expressão da Índia de pernas acima, do seguinte modo: «e inda mal por que isto é tanto assi, que nunca a Índia foi tanto pernas acima, como depois que alguns destes entraram nela».⁴²⁶

As injustiças multiplicavam-se levando Couto a referir que acontecia frequentemente muitos pagarem o que não deviam e outros tantos ficarem com o que deviam.⁴²⁷

Por outro lado, o cronista haveria de se rir dos castigos aplicados, propondo que o rei castigasse de forma dura quem não lhe guardava as provisões, que seria o modo de as coisas se endireitarem e uma forma de serem evitadas mais desordens.⁴²⁸ Esta Índia, virada do avesso, tinha gastos anuais exorbitantes, que saíam do Estado pois elas (as fortalezas), *per se*, não rendiam nada.⁴²⁹

⁴²⁵ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 108.

⁴²⁶ *Idem*, p. 117.

⁴²⁷ *Idem*, p. 84.

⁴²⁸ *Idem*, p. 156.

⁴²⁹ *Idem*, 157. Diogo do Couto referiria o montante de quatro mil pardaus para cada fortaleza.

Quadro 23 - Capítulos abordados no segundo *Soldado Prático*

Temática	Cena	Designação	Pp.	Parte
A Índia de pernas acima	III	De como os mores imigos que a fazenda do rei tem são os ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias	37-44	Primeira
	VI	Do terceiro alvitre, que é contra Deus, e de muitas cousas outras, em que os governadores são dissolutos	54-62	Primeira
	X	Em que se tocam algumas cousas dos Contos de Goa e outras diferentes matérias	82-101	Primeira
	II	s/ título	108-114	Segunda
	III	s/ título	114-123	Segunda
	II	s/ título	151-156	Terceira
	III	s/ título	156-163	Terceira

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

3.3.5 Responsáveis pela decadência

Ao enumerar os possíveis responsáveis pelo desastre ultramarino seria evidentemente necessário começar por quem tinha a responsabilidade de chefiar os destinos do reino: o monarca.

As insuficientes obrigações régias para com a administração ultramarina e a fraca ou nula admoestação ao comportamento dos portugueses na Índia teriam, sem dúvida, contribuído para o «[...] enfraquecimento moral e material da nação»⁴³⁰, tendo levado Diogo do Couto a afirmar que «[...] a culpa era dos reis, que lhe inda agora ponho, mas só em não verem e vigiarem os que tratam mais de lhe falar à vontade que verdades, como tem por obrigação de vassalos leais [...]».⁴³¹

As afirmações de culpabilidade régia desmultiplicar-se-iam ao longo do texto coutiano, conforme se pode a seguir observar:

⁴³⁰ Maria Leonor García da Cruz, *Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – Um Equacionar de Motivações, Perdas e Ganhos, em Fontes Literárias do Século XVI*, p. 162.

⁴³¹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 32.

«E se não, vejam Vossas Mercês quantas vezes escreve a cidade de Goa a el-rei queixas dos seus viso-reis lhe quebrarem seus privilégios e liberdades, a que não responde mais senão que lá escreve a seus viso-reis sobre aquele negócio! Ora vejam que fará nele o viso-rei que agravou a cidade, e que justiça e emenda lhe fará! Mas sabem Vossas Mercês de que isto vem? De sua Alteza não mandar ver as cousas da Índia com tempo pera nelas prover; porque está já em costume guardar-se tudo pera Janeiro e Fevereiro, em que se as naus fazem prestes; e, então, como o tempo é curto, não fazem mais que responder como por demais, e meter o jogo na mão dos viso-reis, que sempre faz o que quer».⁴³²

Na Cena III da segunda parte do *Soldado Prático* o cronista haveria de alertar para um dos fatores que teria levado à decadência do Estado da Índia por via da atribuição de cargos a quem não os merecia, numa culpabilização indireta do monarca português:

«[...] porque se não davam cargo senão a quem os merecia e trabalhava; e hoje dão-se a quem tem mais valias e aderências, e não sei se por outros meios; porque vemos na Índia muitos homens que nunca serviram o rei nem puseram pé em barco, melhores que outros, como eu, que envelhecemos por eles, e nos quebraram neles os braços e as pernas; e isto magoa tanto aos homens da minha sorte, que, se naquele Estado houvera outro rei cristão a quem puderam servir, como já disse, sabei, senhores, que o houveram de fazer [...]»⁴³³

Percebe-se através do excerto apresentado que a questão de atribuição de cargos e comendas a quem teria provavelmente pouca competência incomodava o escritor, denotando-se um certo sentimento de revolta perante tais situações.

Diogo do Couto haveria mesmo de referir «[...] pesa-me de não ter já idade para me meter numa religião porque o mundo me tem bem desenganado para esperar dele nenhum bem»⁴³⁴, a propósito de tal volume de injustiças que se cometiam no Oriente.

Na escala hierárquica estariam como segundos protagonistas do declínio da Índia quinhentista, os governadores, vice-reis e ministros pela sua postura de ganância, cobiça e corrupção que colocavam os interesses da Coroa nos últimos lugares da sua lista de prioridades.

Disto mesmo se pode depreender da seguinte frase que o soldado profere: «outro grande sinal também vejo na Índia, polo qual receio gravíssimos castigos: e é ver os viso-reis e ministros mais amigos das honras e proveitos de seus cargos, que das obrigações e encargos deles».⁴³⁵

⁴³² Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 87.

⁴³³ Idem, p. 114.

⁴³⁴ Idem, p. 145.

⁴³⁵ Idem, p. 94.

O facto de os vice-reis se preocuparem mais com eles próprios do que servir o rei, levaria Couto a comparar na sua narrativa o império português ao império Romão «[...] que não se começou a perder (como já disse) senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assi eu dou a Índia por acabada, porque hoje não se dá nela nada por merecimentos, senão por dinheiro».⁴³⁶

O cronista acabaria também por referir que esta opinião não era apenas sua – também o rei de Cochim teria alegadamente afirmado que:

«[...] já não vinha do reino (...) portugueses de ouro, moeda, com que então se fazia a carga da pimenta, e tão estimada de todos os reis da Índia, que dela faziam os seus tesouros; e assi, depois que naquele Estado entraram moedas estrangeiras, logo ele começou a definhar; mas eu cuido que aquele rei o não dizia polos portugueses de ouro, senão porque os soldados daquele tempo, capitães e viso-reis eram todos ouro na verdade, na liberalidade, ouro na fidelidade, ouro no valor, ouro no primor, ouro no esforço; enfim que daquela idade toda de ouro viemos a descair nesta toda de ferro, em que tudo isto falta».⁴³⁷

Como forma de colmatar estas situações, Couto apontava algumas soluções dando como exemplo a forma como os reis da China elegiam para as suas províncias os seus representantes. Assim, referiria o cronista:

«Nunca elegem viso-rei ou governador pera uma província, senão aquela pessoa, que, naquela pera onde é eleito não tem nenhum parente em nenhum grau, para assi mais desimpedidamente administrarem justiça: porque as mais desordens que os viso-reis da Índia têm cometido, foram por causa de seus parentes, assi por darem a alguns deles as armadas que não merecem, como por tomarem as fortalezas a outros pera lhas dar a eles».⁴³⁸

Couto acrescentaria ainda que o vice-rei eleito chegava só e quando terminava as suas funções saía só, contrariamente aos vice-reis portugueses que «[...] tanto que são eleitos, logo se lhe ajunta um exército de parentes e criados (...) e quando se tornam pera este reino, todas as naus da carreira não bastam pera lhe recolherem suas fazendas e dos criados e parentes [...]».⁴³⁹

⁴³⁶ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 125.

⁴³⁷ Idem, p. 110.

⁴³⁸ Idem, p. 127.

⁴³⁹ Idem, *ibidem*.

Os vice-reis são ainda comparados mais a mercadores do que capitães «[...] porque assim andam com canhenhos nas algibeiras de receitas e despesas, como os mercadores com os seus livros de caixa».⁴⁴⁰

Em terceiro lugar surgem os elementos ligados à execução da justiça como o caso dos desembargadores da Relação, que na opinião do soldado prático «[...] com dous debruns de latim, foram feitos desembargadores por valias; porque latim como eles sabem, eu o sei [...]».⁴⁴¹

Diogo do Couto seria mesmo cáustico ao ponto de descrever os desembargadores como:

«Uns barbipontes, mais recramados e encrespados que os cabelos de um mulato, e cujas opas roçagantes (trajos daqueles senadores antigos) são calças recamadas, capotes barrados, espadas douradas, cavalos guarnecidos de ouro e prata, muitos lacaios diante e pajens detrás, e tudo isto do dia que à Índia chegam a um mês, de feição que, se os encontrais polas ruas, mais parecem embaixadores de França que desembargadores da Relação!».⁴⁴²

O cronista evocaria Platão para referir que «[...] nas terras onde havia muitos médicos, havia muitas enfermidades; e pola mesma maneira podemos dizer que onde há muitos ministros de justiça, há muitas maldades».⁴⁴³

Por esta razão haveria de Diogo do Couto referir mais adiante na narrativa:

«[...] o melhor de tudo era tornar a Índia ao primeiro estado, e não haver mais de um ouvidor geral, chanceler e juiz dos feitos, no que se pouparão mais de vinte mil cruzados, que estes desembargadores gastam cada ano da fazenda del-rei, e se atalharã as desordens dos homens e emendar-se-ão de suas bulras e trapaças, e farão suas compras e vendas na praça, sem os embaraços com que hoje as fazem; e os tratos e destratos, pode ser que se degradem, quando virem um só juiz».⁴⁴⁴

⁴⁴⁰ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 135.

⁴⁴¹ Idem, p. 116.

⁴⁴² Idem, pp. 116-117.

⁴⁴³ Idem, p. 117.

⁴⁴⁴ Idem, p. 120.

Outro grupo que não escaparia às críticas é o dos capitães da Índia que, no entender do cronista, foi responsável por tirar a vida a centenas de soldados, regozijando-se este grupo com os feitos alcançados assentes em banho de sangue:

«Que matéria esta pera os capitães da Índia, que assi aventuram os seus em cousas de muito pouca importância como se foram ovelhas, e assi se recolhem contentes, deixando trezentos e quatrocentos portugueses degolados, como se lançaram uma grande vitória!. E o que mais me escandaliza é que nas certidões que passam aos soldados da jornada em que se acharam, todas são cheias de gabos seus, e que destruíram e queimaram, sem declararem os soldados que perderam; e se lho estranhais, respondem-vos: que morreram patifões, não lhes lembrando que esses são os que com a Índia se conquistou, e os com que eles ganharam suas fortalezas [...]»⁴⁴⁵

Por esta razão haveria Couto de por na boca do soldado a exclamação de que as fortalezas teriam sido mais trespassadas do que merecidas.⁴⁴⁶

A responsabilização pela decadência na Índia era acompanhada, na sua narrativa, por diversos alertas no que concerne ao risco de perda da Índia portuguesa, socorrendo-se frequentemente o autor de comparações com os factos ocorridos nas civilizações clássicas, como forma de reforçar aquilo que preconizava.

Isto pode ser evidenciado na seguinte passagem incluída na Segunda Parte, na Cena V:

«Enquanto esta infernal peste da avareza não entrou em Roma, foi sempre senhora do mundo (...) como também aconteceu ao Estado da Índia, que, enquanto foi governado por visos-reis e governadores puros, tementes às leis de Deus e do rei, amigos e cobiçosos de honra, teve sempre os inimigos debaixo dos pés e se sustentou de presas grossas, que faziam nossas armadas; mas depois que esta infernal peste entrou neles, logo começou a descair todo, e os inimigos anos perderem o respeito e a se sustentarem de presas que hoje fazem em nós».⁴⁴⁷

O cronista colocaria mesmo a possibilidade de os desmandos que iam acontecendo por aquelas longínquas paragens poderem ser uma transposição daquilo que se passava no reino português, reflexo das mentalidades que mediam a grandeza de alguém através daquilo que possuía, sendo neste sentido que são proferidas as seguintes palavras: «e não sei se passou esta peste deste reino àquele Estado, porque todos chegam a ele com esta linguagem de quanto tens, tanto vales».⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 129.

⁴⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁷ Idem, p. 132.

⁴⁴⁸ Idem, p. 137.

Quadro 24 - Capítulos abordados no segundo *Soldado Prático*

Temática	Cena	Designação	Pp.	Parte
Responsáveis pela decadência	I	s/ título	23-33	Primeira
	X	Em que se tocam algumas cousas dos Contos de Goa e outras diferentes matérias	82-101	Primeira
	III	s/ título	114-123	Segunda
	IV	s/ título	123-130	Segunda
	V	s/ título	131-138	Segunda
	I	s/ título	143-151	Terceira

Fonte: Elaboração própria a partir de *O Soldado Prático* (2008)

CAPÍTULO IV – Análise comparativa

O ponto de vista de Diogo do Couto não deixa de lembrar o de Gaspar Correia, e o Soldado Prático pode considerar-se o libelo acusatório cujas peças documentais se encontram nas Lendas da Índia⁴⁴⁹

Tendo em conta que se analisaram dois historiadores com pontos de vista similares e que simultaneamente se complementam relativamente à problemática da (des)governança além-mar, este estudo não ficaria concluído se no final não se efetuasse uma análise comparativa dos seus percursos de vida e das suas narrativas examinadas ao longo deste estudo, como forma de demonstrar que o discurso cronístico de Gaspar Correia indicia um (des)governo que é posteriormente confirmado por Diogo do Couto.

4.1 Gaspar Correia e Diogo do Couto

Apesar de Gaspar Correia ter vivido durante a primeira metade do século XVI e Diogo do Couto na segunda metade do mesmo século, os seus percursos biográficos caracterizaram-se pelas muitas semelhanças que denotam.

Desde logo assinala-se o facto de terem sido funcionários da corte ainda muito jovens. Gaspar Correia teria cerca de catorze anos⁴⁵⁰ quando iniciou as funções de moço da Câmara Real no reinado de D. Manuel I e Diogo do Couto entrou ao serviço do infante D. Luis, filho de D. Manuel I um pouco mais novo, com dez anos.

O embarque para o Oriente também ocorreu na fase de juventude de ambos pois Correia andaria pelos vinte anos enquanto Couto não teria mais de dezassete anos. O propósito de rumarem a Oriente foi o de militarem na Índia pelo que partiram inseridos em armadas: o primeiro na armada de Jorge de Melo Pereira e o segundo na armada de Pedro Vaz de Sequeira.

⁴⁴⁹ A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, p. 422.

⁴⁵⁰ Tomando como data de nascimento o ano de 1492.

A sua permanência no Oriente também revelou que geograficamente percorreram vários lugares por via da participação em campanhas militares e ocupação de cargos, mas Goa acabaria por ser o destino mais assíduo nas suas vidas.

A isto não seria alheio o facto de, cinco anos após a criação do Estado Português da Índia, Goa ter sido conquistada em 1510 por Afonso de Albuquerque, devido ao importante papel estratégico que a cidade desempenhava⁴⁵¹ certamente relacionado com a posição geográfica central que ocupava na região do Índico, derivando daí o seu poderio económico.⁴⁵² Compreende-se, pois que Goa exercesse uma atração a que os dois cronistas não ficaram indiferentes.

A residência dos dois historiadores na Índia foi interrompida pelo regresso ao reino português com o objetivo de requerer o pagamento de serviços. Detiveram-se pouco tempo em espaço português e o regresso a Oriente levou-os uma vez mais em campanhas militares: em 1531, Gaspar Correia acompanhava o governador Nuno da Cunha na intenção deste tomar Diu⁴⁵³ e Couto, em 1571, voltava à Índia na armada do vice-rei D. António de Noronha fazendo com ele «[...] preparativos para irem socorrer a fortaleza de Chale, sitiada pelos Mouros e defendida por D. Jorge de Castro».⁴⁵⁴

A política de mercês típica dos séculos XVI e XVII também não poderia estar desligada destes historiadores pois se possivelmente a intenção inicial dos dois autores seria a da recompensa que poderiam obter dos relatos favoráveis à Coroa, o decorrer do tempo veio provar que a intensificação das injustiças a que os dois foram progressivamente assistindo, terá alterado o rumo das suas intenções.

A espada daria muitas vezes lugar à pena e tanto Correia como Couto utilizavam-na como meio de alertar para as situações de ganância, corrupção e injustiça que assistiam naquelas paragens ultramarinas, não se coibindo de as denunciar mesmo que isso lhes trouxesse dissabores.

⁴⁵¹ Joaquim Veríssimo Serrão escreveu que o centro político da ação portuguesa ao deslocar-se para a região setentrional levou o governador Afonso de Albuquerque a conquistar Goa e a instalar aí a primeira capital do Estado, in *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI: Uum Percurso de Dimensão Universal*, p. 248.

⁴⁵² Maria de Deus Beites Manso, *Contexto Histórico-Cultural das Missões na Índia: séc. XVI-XVII*, p. 410

⁴⁵³ António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia: Inédito*, p. 11.

⁴⁵⁴ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 11.

Isto mesmo sucedeu com Diogo do Couto e a sua iminente demissão dos cargos de guarda-mor e cronista, que o professor M. Rodrigues Lapa referencia devidamente no prefácio do *Soldado Prático*,⁴⁵⁵ e que simultaneamente justifica e ilustra a importância que o discurso cronístico destes dois autores representou para a época e que a presente dissertação pretendeu demonstrar.

Verifica-se, deste modo, que o sentimento de justiça e, por conseguinte, de denúncia, comum aos dois escritores, ter-se-ia revelado mais forte do que a recompensa que poderiam obter com o silêncio sobre os episódios negativos que se iam desenrolando no espaço indiano.

Os dois cronistas aliaram ainda a sua capacidade de escrita à capacidade de representação gráfica. Em Gaspar Correia essa propensão ficou materializada nos desenhos incluídos nas *Lendas da Índia*, representando fortalezas e cidades a Oriente. Em Diogo do Couto essa aptidão apenas poderá ser deduzida dos relatos que existem e que referem ter o cronista restaurado as pinturas que tinham sido começadas por ordem de Jorge Cabral cerca de 1550⁴⁵⁶ recorrendo para isso ao auxílio de um pintor, e por recomendação de Filipe II.

Em termos de bibliografia, para além das *Lendas da Índia*, uma narrativa de grande envergadura com cerca de 3 500 páginas,⁴⁵⁷ crê-se que Gaspar Correia apenas tenha escrito mais uma: *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das suas Vidas*.

Já Diogo do Couto, para além do *Soldado Prático*, escreveu ainda vários volumes das *Décadas*⁴⁵⁸ iniciadas por João de Barros, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e *Fala que fez em nome da Câmara de Goa a André Furtado de Mendonça*.

⁴⁵⁵ «Começou pois a urdir-se uma conspiração surda contra esse vilão incomodativo [Diogo do Couto], que lá de Goa cuspiam vergonhas e desaires sobre fidalgos portugueses», in Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 13.

⁴⁵⁶ A. Farinha de Carvalho, op. cit., pp. 31-32.

⁴⁵⁷ A este propósito não deixa de ser curioso referir a Notícia Preliminar de Rodrigo José de Lima Felner que estranha o facto de Diogo do Couto não fazer referência a Gaspar Correia nas *Décadas*: «em nenhum lugar das Decadas faz a mais leve menção de Gaspar Correa, nem das suas Lendas. Não teria conhecimento sequer da existência d'este volumoso escripto? Pode-se-lhe conceder que assim fosse durante a vida do auctor (...) mas fallecido elle em Goa, e comprando-a o neto de D. Vasco da Gama, não é crível que este negocio deixasse de soar, e não chegasse aos ouvidos de Couto, que andára embarcado na mesma armada com D. Miguel da Gama, e com elle havia de ter comunicação. Seria por tanto injustificável o silencio de Diogo do Couto [...]». In *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, 1858, p. XXI. Ana Paula Avelar também faz idêntico reparo mas em comparação com Fernão Lopes de Castanheda, porque tendo ambos vivido na mesma época e lugar, não existem referências recíprocas nas suas obras. In *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, p. 271.

⁴⁵⁸ Da *Década IV* à *Década XII*.

Os últimos dias destes dois cronistas terminariam em Goa apesar de o local do falecimento de Gaspar Correia continuar a suscitar muitas dúvidas. Alguns autores, como são os casos de Teófilo Braga e Aubrey Bell defendem que o cronista teria sido assassinado em Malaca.⁴⁵⁹

A ser verdade, e apesar de poder parecer uma questão pouco relevante para a problemática, ela não deixa de ser curiosa pelo facto de se poder questionar se, perante uma postura de retidão que ambos os historiadores desejavam para a governação além-mar, a denúncia dos desgovernos lusos teria, *per se*, constituído motivo grave para que Gaspar Correia tivesse sido assassinado e Diogo do Couto tivesse falecido de causas naturais.

Em todo o caso, a credibilidade de que ambos gozavam teria resultado da sua longa presença no Oriente e de terem vivenciado episódios importantes deste período da história lusitana ultramarina, numa época em que a sociedade portuguesa tinha como fontes de informação os relatos orais e os boatos já que, por exemplo, João de Barros e Damião de Góis nunca teriam estado na Ásia.⁴⁶⁰

O quadro seguinte apresenta de forma esquemática uma análise comparativa da vida dos dois cronistas, assinalando os aspetos que determinaram as afinidades entre eles. Por outro lado, tendo em conta que os seus percursos biográficos foram passados maioritariamente na Índia, sua pátria adotiva, procedeu-se à contextualização dos governadores e vice-reis da Índia à(s) época(s) dos dois cronistas no Quadro 26.

⁴⁵⁹ António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia: Inédito*, p. 12.

⁴⁶⁰ Teotónio R. Souza, *As Impressões Portuguesas da Índia: Realidade, Fantasia e Auto-retratação*, p. 29.

Quadro 25 - Esquema biográfico comparativo dos dois cronistas

Gaspar Correia Primeira metade do século XVI		Diogo do Couto Segunda metade do século XVI	
Data	Evento	Evento	Data
c. 1492	Nascimento	Nascimento	1542
1506	Moço da Câmara Real	Ao serviço do infante D. Luis	1552
1512	Partida para a Índia	Partida para o Oriente	1559
Até 1515	Secretário de Afonso de Albuquerque	Várias campanhas militares	1563-1568
c. 1516	Vedor das Obras de Goa	Viagem ao reino português	1569
1525	Almoxarife do Armazém da Ribeira de Cochim	Regresso a Goa	1571
1528	Campanha militar em socorro de Maluco	Funcionário dos armazéns de mantimentos em Goa e nomeado cronista da Índia	1571
1529	Viagem ao reino português	<i>O Soldado Prático</i>	c. 1571
1530	Regresso a Goa	Encarregue de organizar o Arquivo de Goa	1595
1530-1531	Campanha militar em Diu	Início da escrita das <i>Décadas</i>	c. 1597
c. 1532-1534	<i>Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas Vidas</i>	Restauro de pinturas por recomendação de Filipe II	c. 1598
c. 1547	Encarregue de desenhar os governadores a pedido de D. João de Castro	<i>Fala que fez em nome da Câmara de Goa a André Furtado de Mendonça</i>	1610
c. 1550-1563	<i>Lendas da Índia</i>	<i>Vida de D. Paulo de Lima Pereira</i>	1611
c. 1565	Falecimento	Falecimento	1616

Fonte: Elaboração própria a partir de *Gaspar Correia: Inédito (1977)* e *O Soldado Prático (2008)*

Quadro 26 – Vice-reis e governadores no tempo dos dois cronistas

Tempo de governo	Cargo	Vice-reis e Governadores	Cronista	Cronista
1505-1509	1º Vice-rei	Francisco de Almeida	GASPAR CORREIA	
1509-1515	Governador	Afonso de Albuquerque		
1515-1518	Governador	Lopo Soares de Albergaria		
1518-1522	Governador	Diogo Lopes de Sequeira		
1522-1524	Governador	Duarte de Meneses		
1524	2º Vice-rei	Vasco da Gama		
1524-1526	Governador	Henrique de Meneses		
1526-1529	Governador	Lopo Vaz de Sampaio		
1529-1538	Governador	Nuno da Cunha		
1538-1540	3º Vice-rei	Garcia de Noronha		
1540-1542	Governador	Estêvão da Gama		
1542-1545	Governador	Martim Afonso de Sousa		
1545-1548	4º Vice-rei	João de Castro		
1548-1549	Governador	Garcia de Sá		
1549-1550	Governador	Jorge Cabral		
1550-1554	5º Vice-rei	Afonso de Noronha		
1554-1555	6º Vice-rei	Pedro de Mascarenhas		
1555-1558	Governador	Francisco Barreto		
1558-1561	7º Vice-rei	Constantino de Bragança		
1561-1564	8º Vice-rei	Francisco Coutinho		
1564	Governador	João de Mendonça	DIOGO DO COUTO	
1564-1568	9º Vice-rei	Antão de Noronha		

Tempo de governo	Cargo	Vice-reis e Governadores	Cronista	Cronista
1568-1571	10° Vice-rei	Luís de Ataíde		DIOGO DO COUTO
1571-1573	11° Vice-rei	António de Noronha		
1573-1576	Governador	António Moniz Barreto		
1576-1578	Governador	Diogo de Meneses		
1578-1581	12° Vice-rei	Luís de Ataíde		
1581	Governador	Fernão Teles de Meneses		
1581-1584	13° Vice-rei	Francisco de Mascarenhas		
1584-1588	14° Vice-rei	Duarte de Meneses		
1588-1591	Governador	Manuel de Sousa Coutinho		
1591-1597	15° Vice-rei	Matias de Albuquerque		
1597-1600	16° Vice-rei	Francisco da Gama		
1600-1605	17° Vice-rei	Aires de Saldanha		
1605-1607	18° Vice-rei	Martim Afonso de Castro		
1607-1609	Governador	Aleixo de Meneses		
1609	Governador	André Furtado de Mendonça		
1609-1612	19° Vice-rei	Rui Lourenço de Távora		
1612-1617	20° Vice-rei	Jerónimo de Azevedo		

Fonte: Elaboração própria a partir de Carlos Alexandre de Morais, *Cronologia Geral da Índia (1498-1962)*

4.2 *Lendas da Índia e O Soldado Prático*

Antes de prosseguir para a conclusão do presente trabalho e após ter-se procedido à comparação dos dois cronistas, seria inevitável analisar as suas narrativas à luz das temáticas que elas tratam. Apesar de separadas por cerca de cinquenta anos as *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático* complementam-se nos relatos que empreendem, denunciando situações cada vez mais frequentes de atropelos à justiça, comportamentos de ganância e cobiça e atos de corrupção.

Estes documentos representam dois exemplos da consciência histórica dos seus autores que não recearam poder ser eventualmente prejudicados⁴⁶¹ nos cargos que ocupavam, pelo facto de afrontarem os poderes instituídos, em nome de uma divulgação objetiva dos excessos que se cometiam na Índia quinhentista.

Relativamente às *Lendas da Índia*, Gaspar Correia pretendeu relatar aquilo que ia presenciando no espaço asiático, procurando ser imparcial nas suas análises, como se depreende da sua introdução ao Livro Segundo:

«E ora este segundo Liuro, em que recontarey, a Deos prazendo, da Lenda do illustre Afonso d'Albuquerque, que ficou na gouernança da India após o Visorey dom Francisco; o qual Afonso d'Albuquerque governou a India até seu falecimento, e após elle outros Gouernadores, que neste volume hirão intitulos, de que farey suas Lendas, com protestaço de a nenhum tirar nada do bem ou mal que fizeram em suas gouernanças».⁴⁶²

O seu testemunho é um contributo valioso para a cronística da Expansão visto que a narrativa está repleta de descrições, tais como, os confrontos locais entre os portugueses e os autóctones, a construção e defesa das fortalezas, as negociações comerciais e os naufrágios, auxiliando assim na compreensão da progressiva decadência do império português naquelas longínquas paragens do Oriente.

À semelhança de Gaspar Correia também Diogo do Couto procurou um relato objetivo da sua narrativa conforme se pode confirmar através de um excerto da carta de Couto ao Conde de Salinas e Ribadeo que serve de introdução ao *Soldado Prático*:

⁴⁶¹ «[...] espero fazer n'este segundo liuro, postoque o trabalho, de tantas cousas de tantos auer d'escruer seus bons feitos e defeitos, he perigoso trabalho que pera mim tomey». In Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, 1862, p. 9.

⁴⁶² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1861, p. 5.

«Tudo o que V. Excelência quiser saber dele, ouça-o, que ele o dirá sem importunação, sem adulação e sem paixão; e eu fico que se satisfaça dele, porque ouvirá cousas, que pode ser não ouvisse da boca doutro soldado; e não quer outra satisfação maior do trabalho, que leva nesta jornada, que ser ouvido de V. Excelência, porque então cuidará que podem ter remédio os males de que se queixa.⁴⁶³

O Soldado Prático, não descurando os aspetos mencionados nas *Lendas da Índia*, está de uma forma geral, mais orientado para as questões administrativas relacionadas com o funcionalismo régio e militar presente na Índia. O facto de a denúncia das situações ser efetuada por um soldado, profissão exercida pelo autor, indicia um registo narrativo de cariz predominantemente autobiográfico.

Os dois discursos aqui estudados partilham uma perspetiva pessimista quanto ao futuro da Índia portuguesa revelando uma certa nostalgia pelo passado glorioso dos primeiros administradores na Índia, conforme se pode verificar no alinhamento dos seguintes trechos:

<i>Lendas da Índia</i>	<i>O Soldado Prático</i>
«He verdade que quando comecey esta acupação de escreuer as cousas da Índia erão ellas tão gostosas, per suas bondades, que daua muyto contentamento ouvillas recontar; mas, porque as boas cousas pouquo durão, as bondades se forão danando e comrompendo, como ao diante direy, que nom deixarey de escrever [...]». ⁴⁶⁴	«[...] as verdades com que este Estado se ganhou, foram viso-reis embarcados, armas vistidas, fazendo guerra aos imigos, acrecentando o património real e enriquecendo o Estado e os vassalos. E senão, vede como esteve a Índia no tempo dos que seguiram estas verdades, que foram D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, e todos os mais viso-reis e governadores até Jorge Cabral, e inda quero dizer até D. Constantino; mas depois que se deixou de usar desta verdade, e que ela se perdeu, aconteceu aos viso-reis e governadores aquilo que a Aníbal [...] logo tornou a perder quanto em tantos anos tinha ganhado [...]». ⁴⁶⁵

⁴⁶³ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, pp. 21-22.

⁴⁶⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Parte I, 1861, p. 5.

⁴⁶⁵ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 108.

No excerto atrás citado determinava Diogo do Couto que a linha temporal a partir da qual deixaria de haver verdade e justiça na governação da Índia situar-se-ia no governo de Jorge Cabral ou, eventualmente, no governador Constantino de Bragança, até 1561. Já anteriormente Gaspar Correia teria referido que as suas *Lendas da Índia* seriam contadas até Jorge Cabral:

«E per seu fallecimento [Garcia de Sá] socedeo na gouernança per carta de socessão Jorge Cabral, que governou hum anno e quatro meses. E no anno de 1550 veo do Reyno por Governador e Visorey da India dom Afonso de Noronha, de que n'este liuro nom escreuy nada, porque tenho posto em minha vontade nom escrever mais que até o anno de 1550».⁴⁶⁶

Esta observação é importante para o trabalho que aqui se desenvolve pois embora Gaspar Correia não referisse claramente o(s) motivo(s) para tal opção, certamente este aspeto que aproxima os dois cronistas não seria ocasional. Provavelmente a vontade que o cronista fala em terminar as suas *Lendas da Índia* com Jorge Cabral se deveria à cada vez maior desorientação na administração do Oriente, o que a continuar acabaria por desvirtuar uma obra que tinha como propósito inicial contar os feitos dos portugueses.

Ilustração 4 – Desenho do governador Jorge Cabral por Gaspar Correia



Fonte: *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, pp. 680-681

⁴⁶⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, 1864, p. 7.

Esta questão é importante para a investigação pois ela denota uma proximidade em termos de análise histórica dos dois cronistas apesar da distância temporal que os separava. O presente aspeto corrobora ainda o ponto de vista desta dissertação que defende que Diogo do Couto representa a confirmação de uma perspectiva que Gaspar Correia começou por indiciar, isto é, Diogo do Couto através do seu *Soldado Prático* denunciou e confirmou uma decadência da Índia anteriormente adivinhada por Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia*.

O estilo de escrita surge de modo diferente nos dois historiadores. Gaspar Correia apresenta uma linguagem proeminentemente de contornos simples, que recorre frequentemente à descrição para fornecer um visualismo que imprime vivacidade ao discurso, não evidenciando, contudo, cuidados linguísticos.⁴⁶⁷

Relativamente à escrita de Couto, o primeiro *Soldado Prático* contém uma linguagem simples contrariamente ao segundo *Soldado Prático*, que possui uma lógica condizente com a formação cultural clássica do cronista, justificada pela frequente alusão a passagens da Bíblia:

«Este exemplo lhe deixou Cristo Nosso Senhor quando subiu ao Padre, que deu o cargo do despacho dos homens a seus discípulos, os quais assi se houveram com eles como o mesmo Deus, dando vida a mortos, vista a cegos, fala a mudos e obrando todas as mais maravilhas de seu mestre; e assi ficavam sendo deuses: o que isso fica obrigado a fazer o despachador, que há-de despachar como rei, e, fazendo como tal, conforme a sua obrigação, fá-lo como Deus, porque os reis o lugar de Deus têm na terra, e assi ficarão seus ministros fazendo ofício de deuses».⁴⁶⁸

e o recurso à comparação com as culturas greco-latinas:

«[...] Pompeu, dignamente merecedor de sobrenome de Magno, por sua clemência chegou a triunfar quando veio da África, sem haver sido senador; e porque Sila, que primeiro que todos lhe chamou Magno, foi o que o quis estorvar, virando-se Pompeu a ele, lhe disse: - Não sabes, Sila, que muitos mais adoram o Sol ao nacer que ao pôr? – querendo dizer que em tanto se há-de ter o homem que começa a crescer em virtudes, como o que vai acabando (...) como me cai aqui a propósito o como isto está já recebido neste reino e no Estado da Índia, e a quão poucos capitães lhe lembra isto de Pompeu?»⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ Ver subcapítulo 1.1.2

⁴⁶⁸ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 33.

⁴⁶⁹ Idem, p. 129.

Esta estratégia literária levaria M. Rodrigues Lapa a referir, num contexto de comparação entre a primeira e a segunda versão do *Soldado Prático* que o segundo texto «[...] ficou sobrecarregado de erudição, por vezes aborrecível».⁴⁷⁰

Atente-se pois em dois excertos, o primeiro retirado do Capítulo XI das *Lendas da Índia*, com o título *Como o Rey de Tanor foy recebido em Goa com festas, e o que passou em quanto esteue em Goa, até se tornar a Tanor*, referente ao Livro Quarto, Tomo IV, Parte II e a Cena VIII retirada da segunda versão do *Soldado Prático* com o título *De como os veadores da fazenda, que vão às fortalezas do Norte, são muito desnecessários; e das desordens que se cometem na fazenda del-rei*, demonstrativos das diferenças de discurso:

<i>Lendas da Índia</i>	<i>O Soldado Prático</i>
<p>«Chegarão as fustas a Goa [...] e ao outro dia foy dom Francisco de Lima, capitão da cidade, com muyta gente, e fustas enramadas e galantes, com muytos tangeres, e leouo ElRey ao caez da cidade, que tirou muyta artelharia, e no caes estaua o Governador com toda a gente, onde ElRey desembarcando com o Governador se abraçou com grandes cortezias, vindo já ElRey vestido como português, com vestido que elle pedio, que era pelote de citim crimisim, e jornea de damasqo crimisym, e espada dourada na cinta, e calções de citim crimisim, e çapatos de velludo preto com pena branca, e adaga d'ouro [...]».⁴⁷¹</p>	<p>«[...] porque sempre, ou as mais das vezes, folgam e se afeiçoam aos homens que em alguma cousa se lhe querem parecer: como o imperador Aureliano, que, sendo afeiçoado a beber vinho tinto, um Torcato não só não bebia outro vinho senão este, mas inda todas as vinhas que mandava plantar eram de uvas pretas, o que satisfez tanto a el-rei, que o fez censor em Roma e guarda da Porta Salária».⁴⁷²</p>

As narrativas de ambos foram publicadas de forma póstuma em diferentes datas, mas ao tempo, o facto de as obras não serem muitas vezes editadas constituía uma situação normal, dado que nem sempre havia capacidade monetária para o fazer.

O tempo que mediou entre si a publicação das *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático* foi de cerca de 70 anos. A primeira saíu partir de 1858 enquanto a segunda viu a luz do dia em 1790.

⁴⁷⁰ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 17.

⁴⁷¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, 1866, p. 694.

⁴⁷² Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 31.

Crê-se que Gaspar Correia concluiu as *Lendas da Índia* por volta de 1563, e a publicação ocorreu apenas a partir de 1858. Assim, o facto de estas não terem sido publicadas em vida de Gaspar Correia poderá estar relacionado com questões financeiras, pois como refere Rodrigo José de Lima Felner na sua Nota Preliminar à obra «[...] sendo com toda a probabilidade o mais grave a mingua de recursos pecuniários».⁴⁷³ Esta falta de recursos poderia estar possivelmente relacionada com a extensão da obra e consequentes custos elevados, ou pelo não financiamento deliberado da obra, como mais adiante será referido.

Quanto ao *O Soldado Prático*, escrito a dois tempos: primeiro cerca de 1571 e depois sensivelmente em 1612, com edição posterior em 1790, não poderia ter como motivo o volume de páginas dado ser uma narrativa relativamente curta. A razão seria certamente outra, e prender-se-ia provavelmente com o intuito coutiano de apenas divulgar a verdade conforme se atesta no seguinte excerto: «estas cousas todas, que me Vossa Mercê ouve, são toscas, mas verdadeiras, e resistadas por um soldado idiota (no sentido de inculto), que, tirado de sua espingarda, não sabe falar mais que verdades chãs».⁴⁷⁴

Esta atitude de denúncia de desgoverno a Oriente não agradaria à fidalguia que se encontrava na Índia, o que justificaria as inúmeras atribulações, na sua maioria furtos, de que o manuscrito de Couto foi alvo antes da sua publicação.

Além disso, o cronista ganhou alguns inimigos como o caso do vice-rei Matias de Albuquerque que não terá gostado de ver Couto nomeado guarda-mor do arquivo de Goa e consequentemente responsável pela «[...] centralização de toda a correspondência e todos os documentos que vinham do reino, de todos os acordos e mensagens entre o vice-rei da Índia e os seus interlocutores orientais».⁴⁷⁵

Relativamente às intenções iniciais dos dois historiadores estas têm algumas nuances. Como já foi aludido anteriormente Gaspar Correia teria inicialmente proposto escrever, e até mesmo exaltar os feitos dos portugueses nos domínios ultramarinos. Contudo, dadas as diversas situações que o escritor renascentista terá assistido em território ultramarino, conforme se pode depreender das seguintes palavras «tomei este trabalho com gosto, porque os começos das cousas da Índia forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaxo o ferro que depois descobrirão (...) crescerão males,

⁴⁷³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, 1858, p. VI.

⁴⁷⁴ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 2008, p. 47.

⁴⁷⁵ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 319.

mingoarão os bens [...]»⁴⁷⁶, esse propósito teria acabado por derivar para uma denúncia das ações potencialmente prejudiciais para a coroa portuguesa.

Diogo do Couto teria iniciado a escrita do *Soldado Prático* com o firme propósito de denunciar as situações de desvio que sucessivamente vinham sendo cometidas em terras goesas, e que ele como espectador direto destas ocorrências fazia questão de divulgar. Aliás, o facto de alguns cronistas não terem omitido factos menos positivos ou a falta de elogios, teria levado a que fossem alvo de pressões, tendo resultado nuns casos, no desaparecimento de muitas obras, e noutros no facto de se terem mantido manuscritas até ao século XIX, como sucedeu com Gaspar Correia.⁴⁷⁷

O comportamento zeloso do bem público, característica que definia a personalidade de Diogo do Couto, teria motivado conspirações contra a sua pessoa, como o caso da chegada à corte de informações que denunciavam a sua suposta ou verdadeira ascendência judaica.⁴⁷⁸

Os escritos de ambos teriam assim resultado da necessidade de descrever as suas impressões relativamente ao que presenciaram no Oriente, em consequência do seu conhecimento profundo e diuturno do meio em que viveram e da experiência nas campanhas militares em que participaram.

Assinale-se também a dimensão das duas obras pela profunda diferença que elas revelam: as *Lendas da Índia* são compostas por 728 capítulos enquanto o *Soldado Prático* não vai além de 25 capítulos na primeira versão, e um pouco menos na segunda, 20 capítulos. Contudo esta diferença não significa uma menor importância de uma obra em relação à outra, pois como defendem A. J. Saraiva e Óscar. Lopes, a obra de Gaspar Correia é «[...] uma minuciosa denúncia de vícios e desmandos que Diogo do Couto resumirá n' *O Soldado Prático*»⁴⁷⁹.

Por último, a análise efetuada aos dois documentos permitiu identificar três principais descritores: a ganância, a corrupção e a injustiça que surgem mencionados de forma constante ao longo das duas obras e que são aqui apontados, segundo a perspectiva dos dois cronistas, como os principais indícios do (des)governo português na Índia quinhentista.

⁴⁷⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, 1858, p. 2.

⁴⁷⁷ Luis Miguel Henriques, *A Arenga Naval na Historiografia Ultramarina Portuguesa do Século XVI*, p. 77

⁴⁷⁸ Luis de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 319.

⁴⁷⁹ A. J. Saraiva e Óscar Lopes, op. cit., p. 302.

O quadro seguinte efetua de uma forma esquemática uma comparação sucinta das duas obras.

Quadro 27 - Comparação sucinta das *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático*

	<i>Lendas da Índia</i>	<i>O primeiro Soldado Prático</i>	<i>O segundo Soldado Prático</i>
Data da redação	c. 1563	c. 1571 (ainda no tempo de D. Sebastião)	c. 1612 (já no tempo de Filipe I) ⁴⁸⁰
Primeira publicação	1858-1866	1790	
Total de capítulos	728 capítulos	25 capítulos	20 capítulos
Objetivo	Exaltar os feitos portugueses mas posteriormente denunciar ações menos lícitas	Críticas à administração na Índia	
Introdução	Aos leitores		Carta ao Conde de Salinas e Ribadeo
Temáticas	Os confrontos militares, as fortalezas, o corso, a pirataria e as ações dos governadores e vice-reis	A má administração do funcionalismo régio, o despesismo, o clientelismo, desvios de dinheiro da Fazenda Régia	
Crítica	Comportamento dos portugueses no Oriente	Sistema administrativo, político e militar	
Início da decadência	Após a governação de Jorge Cabral		Após a governação de Jorge Cabral ou até Constantino de Bragança
Objetividade histórica	Sim (imparcialidade nas opiniões)		
Recursos da escrita	Descritiva	Corrente	Erudita Autobiográfica
Descritores mais utilizados	Ganância, corrupção, injustiça		
Visão	Operacional da Índia	Funcional da Índia	
Conclusão	Indicia os sinais de decadência	Confirma os sinais de decadência	

Fonte: Elaboração própria, a partir de *Lendas da Índia* e *O Soldado Prático* (2008)

⁴⁸⁰ De acordo com o segundo *Soldado Prático* que serviu de base à edição de 2008.

CONCLUSÃO

Da análise que a presente investigação dedicou às narrativas *Lendas da Índia* e ao *Soldado Prático* dos cronistas Gaspar Correia e Diogo do Couto, várias conclusões poderão ser inferidas.

Em primeiro lugar, verificou-se que os dois cronistas, pelo facto de terem tido uma vivência temporal que abarcou todo o século XVI, deixaram um legado de relatos para a posteridade, contados na primeira pessoa, e simultaneamente importantes para a compreensão do reino português durante este século.

Esses contributos ajudaram na compreensão da historiografia quinhentista em geral, e na problemática da (des)governança no Estado Português da Índia, em particular.

Os percursos biográficos de Gaspar Correia e Diogo do Couto foram semelhantes em vários aspetos. Ambos nasceram no reino português tendo rumado a terras do Oriente ainda jovens. As razões que terão levado à saída dos dois historiadores do reino português prendem-se com motivações militares dentro de um contexto de defesa dos interesses da coroa portuguesa no Oriente, nomeadamente, a construção e defesa de fortalezas.

Viveram a maior parte das suas vidas na cidade de Goa que era, à altura, a capital do Estado da Índia, por questões estratégicas que a cidade assumia no mapa daquela região do Índico.

Ambos escreveram obras que, com maior ou menor intensidade, procuraram relatar os feitos e desmandos que iam ocorrendo em terras do Oriente com os representantes portugueses.

É provável que o tipo de comportamento diligente dos dois autores em defesa dos interesses públicos e denunciador de injustiças esteja associado às peripécias que ambas as obras sofreram, incluindo-se aqui os casos de furtos e de publicação tardia dos textos.

É assim que as *Lendas da Índia* se mantiveram na sua forma manuscrita até ao século XIX enquanto o *Soldado Prático* teria a sua primeira edição um século antes, em 1790, ambas sob o patrocínio da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Quanto ao conteúdo, as *Lendas da Índia* apresentam uma abordagem mais focada na parte operacional do domínio ultramarino no Extremo Oriente, isto é, se se atentar no índice da obra fica claro que os capítulos percorrem maioritariamente as ações dos governadores, dos vice-reis e dos capitães das fortalezas em termos militares.

Pretendeu-se também divulgar a vertente da linguagem empregue pelo historiador para perceber que recursos narrativos o autor se socorreu para fazer passar a sua mensagem. Verificou-se deste modo, que o contacto direto que teve com os locais e as situações que terá presenciado, especialmente quando em campanha militar, terão jogado a favor da sua narrativa e revelaram-se uma vantagem nas partes descritivas, através do recurso ao visualismo que transmite realismo ao discurso, contribuindo assim para o enriquecimento da narrativa tornando a obra apelativa.

A perspetiva de Correia está orientada maioritariamente para a descrição da defesa das fortalezas, dos naufrágios das naus portuguesas, quer por incompetência dos pilotos, quer por confrontos com os locais, na sequência de assaltos às naus dos mouros com o intuito de furtar as suas riquezas.

O historiador relaciona também os aspetos atrás apontados com os atos prejudiciais ao reino português por parte daqueles que detinham o poder de decisão. Estes atos danosos podem ser associados aos comportamentos de suborno, corrupção e compadrio que abundavam no espaço asiático e que providenciaram a queda do reino português no Oriente.

O estudo de caso apresentado nas *Lendas da Índia* teve como objetivo apresentar um exemplo mais concreto daquilo que se ia desenrolando em território ultramarino e que deixava antever essa curva descendente.

A escolha recaiu na lenda do governador Duarte de Meneses, por ser um governador menos estudado e pelo modo como geriu de forma pouco satisfatória os assuntos na Índia entre 1522 e 1524, contrariando as exemplares campanhas que tinha efetuado anteriormente em África. Aliás, foi esse seu singular desempenho em terras africanas que terá levado D. Manuel I a nomeá-lo governador da Índia.

Da sua atuação em território oriental destacam-se os episódios de clientelismo, plasmados no favorecimento de amigos cujo comportamento era em tudo censurável, os atos de corrupção, nomeadamente no acordo de paz que assinou com o rei de Ormuz, em que terá prejudicado deliberadamente os interesses portugueses a troco de benesses

em proveito próprio, ou ainda os casos de traição de que é exemplo a morte do mouro gozil Resxemesim.

Prosseguiu-se depois este estudo com a análise da obra de Diogo do Couto, ou melhor será referir, das obras já que o facto de existirem dois textos de uma mesma obra, levou obrigatoriamente à análise de ambos.

No geral, o *Soldado Prático* assenta numa visão funcional da Índia, isto é, percorre os meandros da administração portuguesa no Oriente enfatizando, mais do que Correia, as questões ligadas ao suborno, à ganância e à burocracia, esta como chave de todos os desenganos que se verificavam no espaço asiático.

A primeira versão, com uma linguagem de lógica simples, apresenta os factos relacionados com o deficiente desempenho dos pilotos em consequência da política de favoritismo que grassava no Estado Português da Índia. Revela também as causas que levariam a coroa portuguesa a não ter recursos financeiros suficientes, contrastando com uma época em que os rendimentos eram tão elevados, e numa íntima relação com as despesas desnecessárias que os funcionários régios insistiam em manter para seu usufruto e como modo de pagamento àqueles que os rodeavam, quer fossem criados, quer fossem parentes.

A segunda versão do *Soldado Prático*, tem uma lógica de discurso diferente daquela utilizada no primeiro manuscrito. O autor recorre frequentemente a comparações com as civilizações clássicas e com as passagens bíblicas, provável reflexo da formação cultural recebida, mas que torna o texto por vezes entediante, acabando por quebrar frequentemente a teia narrativa.

O seu enfoque neste segundo diálogo reside na denúncia da atuação dos funcionários régios, no comportamento censurável dos ministros e governadores no exercício das suas funções, nas questões de injustiça para com os mais desprotegidos, nas evidentes deslealdades em relação à figura régia e na ganância daqueles que viam na ida para a Índia um meio fácil e rápido de enriquecimento, e boas perspectivas de reconhecimento aquando do regresso ao reino.

Depreende-se, pois, da leitura das duas obras a evolução negativa que o império português foi tendo na Índia portuguesa quinhentista.

O discurso cronístico de Gaspar Correia e Diogo do Couto permitiu identificar fatores relacionados com a falta de orientação governativa na Índia quinhentista. Assim, verificou-se que um dos problemas do reino português residia numa falta de autoridade régia, decorrente do afastamento geográfico do monarca no que diz respeito aos centros de ação.

A questão geográfica viria a ser coadjuvada por uma política de corrupção, ganância e clientelismo que nomeou para os lugares importantes da administração no Oriente figuras não qualificadas para as funções exigidas, cuja intenção era apenas a de alargar o seu património e o dos seus apaniguados.

Da análise efetuada ao conteúdo das narrativas em apreço e aos seus respetivos autores constata-se que, com vivências em circunstâncias temporais distintas, acabam por estar ligados na crítica analítica que empreendem relativamente à Índia portuguesa.

Através das *Lendas da Índia* foi assim possível verificar a deterioração que ia acontecendo naquele espaço extra-europeu, refletindo *O Soldado Prático* o culminar dessa perceção inicial efetuada por Gaspar Correia.

Portanto, o *Soldado Prático* acaba por consubstanciar o que as *Lendas da Índia* já indiciavam, ou seja, a denúncia dos excessos cometidos pelos agentes régios no Oriente e os perigos decorrentes desse tipo de conduta que terão precipitado o reino português numa depressão económica, social e política e que teve na perda da independência em 1580, um dos seus resultados diretos.

Em suma, pensa-se que a presente dissertação conseguiu atingir tanto os objetivos gerais como os objetivos específicos a que se propôs no início deste trabalho. Os primeiros foram alcançados com a divulgação destes dois historiadores da época quinhentista, que se encontram muitas vezes arredados do universo historiográfico da cronística da expansão, e do contributo dos seus escritos reveladores da sua importância para a compreensão da problemática em questão.

Os objetivos específicos foram atingidos com recurso aos factos evidenciados nas duas narrativas sobre o que terá sido a administração portuguesa na Índia de Quinhentos, recorrendo-se sempre que possível à transcrição dos relatos dos dois cronistas, como forma de ilustrar esses testemunhos.

O trabalho que aqui se desenvolveu, tal como qualquer outro trabalho de investigação não se deve encerrar em si mesmo, devendo apontar outros caminhos de reflexão de semelhante natureza.

Deseja-se, por isso, que este estudo despolete outras investigações que permitam trazer para o âmbito desta problemática, outros cronistas e outros relatos que ainda permaneçam na obscuridade do tempo, e que permitam assim dar continuidade às temáticas aqui apresentadas ou servir de base de investigação para outras fontes históricas.

Nesse sentido, a obra *A Lenda Negra da Índia Portuguesa* de George Davison Winius tendo como questão central a temática da corrupção e assentando na figura de Diogo do Couto e seus testemunhos, alude a duas obras que poderão constituir-se como documentos importantes para uma investigação futura, à semelhança da presente dissertação.

A primeira obra relaciona-se com a figura de Francisco Rodrigues da Silveira, autor pouco referenciado em estudos dedicados à temática da expansão e cujo manuscrito com o título *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* aborda, segundo George Davison Winius, a corrupção de uma perspetiva comportamental dos burocratas.

A segunda prende-se com os *Livros das Monções*, mais comumente conhecidos por *Documentos Remetidos da Índia* que contêm a correspondência entre Lisboa e Madrid e os vice-reis ou governadores da Índia relativamente à corrupção oficial na Índia portuguesa.

No seu artigo *Da História e da Literatura: Percursos de uma Expansão*, Ana Paula Avelar refere a dada altura que, o registo escrito é o que oferece garantias de perenidade, funcionando como memória dos homens. O facto de os feitos não serem lembrados não está diretamente relacionado com a sua menor importância mas sim com a sua ausência do suporte escrito.

Confirma-se, assim, a relevância do estudo do registo escrito sem o qual o mesmo permanecerá ausente para a História. É neste sentido que a perscrutação do *corpus* documental acima referenciado e insuficientemente divulgado nos círculos académicos, mas intimamente ligado aos textos historiográficos de Quinhentos e Seiscentos poderá, desta forma, constituir matéria importante para futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

- CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Primeiro, Tomo I, Parte I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1858. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325_item4/index.html [Consult. 2012-08-30].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Primeiro, Tomo I, Parte II, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1859. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2328/var-2328_item2/index.html [Consult. 2012-08-30].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Segundo, Tomo II, Parte I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1860. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2326/var-2326_item3/var-2326_PDF/var-2326_PDF_01-B-R0300/var-2326_0000_capa-cap_a_t01-B-R0300.pdf [Consult. 2012-08-30].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Segundo, Tomo II, Parte II, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1861. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2329/var-2329_item2/index.html [Consult. 2012-08-30].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Terceiro, Tomo III, Parte I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1862. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2327/var-2327_item4/index.html [Consult. 2012-08-30].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1863. Disponível em http://purl.pt/12121/4/var-2330/var-2330_item4/index.html [Consult. 2012-08-30].

-
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Quarto, Tomo IV, Parte I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1864. Disponível em http://books.google.pt/books?id=UoZTAAAcAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Consult. 2013-06-21].
- , Gaspar. *Lendas da Índia* [em linha]. Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Livro Quarto, Tomo IV, Parte II, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1866. Disponível em http://books.google.pt/books?id=YIZTAAAcAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Consult. 2013-06-21].
- , Gaspar. *Lendas da Índia*. M. Lopes de Almeida (int. e rev.) Col. «Tesouros da Literatura e da História». 4 vols., Lello & Irmão Editores, Porto, 1975.
- COUTO, Diogo do. *Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático* [em linha]. António Caetano do Amaral (ed. lit.). Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790. Disponível em http://books.google.pt/books?id=r7oGAAAAQAAJ&pg=PR3&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false [Consult. 2012-09-02].
- , Diogo do. *O Soldado Prático*. Reis Brasil (int.). Col. «A Aventura Portuguesa», nº 3, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- , Diogo do. *O Soldado Prático*. M. Rodrigues Lapa (pref.). Col. «Clássicos», Sá da Costa Editora, Lisboa, 2008.

Dicionários, enciclopédias e cronologias

ALBUQUERQUE, Luis de (dir.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.). 2 vols. Editorial Caminho, Lisboa, 1994. ISBN 972-21-0924-3, 972-21-0925-1.

AVELAR, Ana Paula. *Correia, Gaspar* [em linha]. Centro de História de Além-Mar, Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Lisboa, 2005a. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=814> [Consult. 2012-08-30].

CAPELO, Rui Grilo et al. *História de Portugal em Datas*. António Simões Rodrigues (coord.). Círculo de Leitores, Lisboa, 1994. ISBN 972-42-1004-9.

Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. Vol. I. Publicações Alfa, Ed. Seleções Reader's Digest, Lisboa, 1993. ISBN 972-609-028-8.

MARTINS, José F. Ferreira. *Os Vice-Reis da Índia (1505-1917)*. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1935.

MORAIS, Carlos Alexandre de. *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*. 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1997. ISBN 972-33-1319-7.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vols. II e IV. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram : Obra Indispensável para Entender sem Erro os Documentos mais Raros e Preciosos que entre nós se Conservam* [em linha]. 2ª ed. 2 Tomos, A. J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1865. Disponível em <http://purl.pt/13944/1/> [Consult. 2013-11-24].

ZÚQUETE, Afonso (compil. e dir.). *Tratado de Todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*. Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1962.

Histórias gerais de Portugal

BELL, Aubrey F. G. *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*. Trad. Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha, Impr. da Universidade, Coimbra, 1931.

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa: Renascença*. Atualização dos textos de Jorge de Figueiredo. 2º vol., col. «Temas Portugueses», Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Secretaria Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores, s.l., 1984.

BRITO, Bernardo Gomes de. *História Trágico-Marítima*. Vol.1, fixação de texto, glossário e notas de Neves Águas. Col. «Clássicos», Edições Afrodite Fernando Ribeiro de Mello, Lisboa, 1971.

-----, Bernardo Gomes de. *História Trágico-Marítima*. Vol.2, fixação de texto, glossário e notas de Neves Águas. Col. «Clássicos», Edições Afrodite Fernando Ribeiro de Mello, Lisboa, 1972.

CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. 2 vols. Vol. II, Lisboa, 1958.

-----, Jaime. *História da Expansão Portuguesa*. Jaime Cortesão Obras Completas, 4, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993. ISBN 972-27-0535-0.

LABOURDETTE, Jean-François. *História de Portugal*. 1ª ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2003. ISBN 972-20-2315-2.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana: História Crítica e Cronológica*. 2ª ed. Tomo II, s.n., Lisboa, 1933.

OLIVEIRA, Aurélio de et al. *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Universidade Aberta, Lisboa, 1990. ISBN 972-674-041-X.

SARAIVA, A. J. e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 17ª ed., Porto Editora, Porto, 2001. ISBN 972-0-30170-8.

Estudos especializados

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Gaspar Correia: Inédito* [em linha]. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXVI, Coimbra, 1977. Disponível em http://books.google.pt/books?id=ahxRGvXD_r0C&pg=PA35&lpg=PA35&dq=gaspar+correa&source=bl&ots=5CJKcn-p6X&sig=SQngRf7ZEBakFwW0r2TXqDWRR1U&hl=pt-PT&redir_esc=y#v=onepage&q=gaspar%20correa&f=false [Consult. 2012-09-02].

-----, António Alberto Banha de. *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente?*. Sep. II Seminário Intern. de História Indo-Port. – Actas. Inst. Invest. Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1985.

BELL, Aubrey F. G. *Diogo do Couto*. Hispanic Notes & Monographs. Essays, studies, and brief biographies issued by the Hispanic Society of America, Portuguese Series VI, Oxford University, Humphrey Milford, Londres, 1924a.

-----, Aubrey F. G. *Gaspar Corrêa*. Hispanic Notes & Monographs. Essays, studies, and brief biographies issued by the Hispanic Society of America, Portuguese Series V, Oxford University, Humphrey Milford, Londres, 1924b.

CAMINHA, António Lourenço. *Obras Inéditas de Diogo do Couto, Chronista da Índia, e Guarda-Mor da Torre do Tombo*. Imprensa Imperial e Real, Lisboa, 1808.

CARVALHO, A. Farinha de. *Diogo do Couto, o Soldado Prático e a Índia*. Col. «Documenta Historica», nº 4, Editorial Vega, Lisboa, 1979.

CARVALHO, Maria João Loução de. *Gaspar Correia e Dois Perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira – Em Busca de uma Causalidade* [em linha]. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 2009. Disponível em

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1484> [Consult. 2012-09-10].

JONG, Marcus de. *Um Manuscrito Inédito de Diogo do Couto*. Biblos, Separata, vol. X, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1935.

LIMA, Priscila de. *Uma Leitura do Arbitrismo Português a Partir das Obras O Soldado Prático e da Reformação da Milícia do Estado da Índia Oriental* [em linha]. In *Revista Vernáculo*, nº 21 e 22, Universidade Federal do Paraná, 2008, 219-224. ISSN 1677-0196. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/view/20820/13859> [Consult. 2012-09-12].

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *O Soldado Prático e a Lógica de “Economia do Dom”* [em linha]. In *Revista USP*, nº 83, Universidade de S. Paulo, São Paulo, 2009, 126-135. ISSN 0103-9989. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n83/13.pdf> [Consult. 2012-08-30].

MARTINS, António Coimbra. *Sobre a Génese da Obra de Couto (1569-1600) – Uma Carta Inédita*. Arquivos do Centro Cultural Português, VIII, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1974.

-----, António Coimbra. *Em Torno de Diogo do Couto* [em linha]. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985a. Disponível em <http://books.google.pt/books?id=ZZIUMdaGN70C&pg=PA45&lpg=PA45&dq=o+soldado+prático+de+diogo+do+couto&source=bl&ots=0Kg70puqL3&sig=nDNbUfyvrl0DtpQOSSdTR2-hqTY&hl=#v=onepage&q=o%20soldado%20pr%20tico%20de%20diogo%20o%20couto&f=false> [Consult. 2012-08-30].

-----, António Coimbra. *Uma Questão de Método Sobre O Soldado Prático*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Memórias, nº 25, Separata de II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – Actas, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1985b.

- , António Coimbra. *História de Diogo do Couto e dos Seus Livros* [em linha]. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXVI, Coimbra, 1991, 73-118. Disponível em http://books.google.pt/books?id=YI86si92j2oC&pg=PA73&lpg=PA73&dq=o+primeiro+historiador+do+orient&source=bl&ots=_jX_S4sPTM&sig=77r_1sV2HSbdVRwVD2YiVW-zq4g&hl=en&sa=X&ei=QXNQUMPSKZSM0wWnmYDoAw&sqi=2&ved=0CDsQ6AEwAw#v=onepage&q=o%20primeiro%20historiador%20do%20orient&f=false [Consult. 2012-09-12].
- , António Coimbra (ed. lit.). *O Primeiro Soldado Prático: Diogo do Couto*. 1ª ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001. ISBN 972-787-046-5.
- OLIVEIRA, A. Águedo de. *O Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*. Tribunal de Contas, Lisboa, 1960.
- WINIUS, George Davison. *A Lenda Negra da Índia portuguesa*. Trad. Ana Barradas, Edições Antígona, Lisboa, 1994. ISBN 972-608-074-6.

Obras gerais

- ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Col. Biblioteca Breve, nº 73, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983.
- ANDRADE, Francisco de. *Cronica do Muyto Alto e Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom Joao o III deste Nome* [em linha]. Francisco Lopez livreiro, Lisboa, 1613. Disponível em <http://purl.pt/13803/3/#/58> [Consult. 2013-07-12].
- AVELAR, Ana Paula. *A Cronística Portuguesa da Expansão: Modelos e Práticas Discursivas – Narrativas de um Poder em Questão* [em linha]. Discursos de legitimação: actas do colóquio internacional, Universidade Aberta, Lisboa, 2002a. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1556/1/ComAPAvelar.htm>

[Consult. 2012-09-14].

-----, Ana Paula. *Da História e da Literatura: Percursos de uma Expansão* [em linha]. Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar, Universidade Aberta, Lisboa, 2002b, 339-346. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/325/1/ACTAS-Literatura%20e%20Hist%c3%b3ria339-346.pdf.pdf> [Consult. 2012-09-11].

-----, Ana Paula. *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*. Col. «Temas Universitários», nº 1, Universidade Aberta, Lisboa, 2003a. ISBN 972-674-412-1.

-----, Ana Paula. *Visões do Oriente: Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos*. Col. «Colibri História», nº 34, Edições Colibri, Lisboa, 2003b. ISBN 972-772-048-X.

-----, Ana Paula. *Face de uma utopia: das imagens da cidade de Portugal da expansão (século XVI)* [em linha]. In *Viagens pela Palavra*, Universidade Aberta, Lisboa, 2005b, 25-37. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/200/1/livro-FINAL25-37-PDF-RED.pdf> [Consult. 2013-09-15].

-----, Ana Paula. *D. João III o Piedoso: Dinastia de Avis 1521-1557*. Col. «Reis de Portugal», QuidNovi, Lisboa, 2009. ISBN 978-989-554-590-2.

BARBOSA, Duarte. *Livro em que dá Relação do que Viu e Ouviu no Oriente*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946. Disponível em <http://purl.pt/435> [Consult. 2014-04-10].

BARRETO, Luis Filipe. *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber: uma Análise Sociocultural*. Col. «Construir o Passado», nº 11, Gradiva, Lisboa, 1987.

-----, Luis Filipe. *A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso-Tropicalismo* [em linha]. In *Portugal: Percursos de Interculturalidade*. Vol. 1, s.l., 2008, 478-503. Disponível em

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/1_PI_Cap9.pdf

[Consult. 2013-05-03].

BOUZA, Fernando. *D. Filipe I: 1527-1598*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2008. ISBN 978-972-759-957-8.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Trad. de Inês Silva Duarte. Edições 70, Lisboa, 1992. ISBN 972-44-0846-9.

BUESCU, Ana Isabel. *D. João III: 1502-1557*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2008. ISBN 978-972-759-981-3.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses* [em linha]. Vol. I, Livro I. Impr. João de Barreyra, 1554. Disponível em <http://purl.pt/15294/4/> [Consult. 2014-06-18].

CEIA, Carlos. *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*. 9ª ed., col. «Ensinar e Aprender», Editorial Presença, Barcarena, 2012. ISBN 978-972-23-1874-7.

COELHO, Latino J. M. *Fernão de Magalhães*. Prefácio de Júlio Dantas. Editôres – Santos & Vieira, Lisboa, 1917.

CORREIA, Gaspar. *Crônicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e Teresa Lacerda. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)* [em linha]. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Lisboa, 2007. ISBN 978-989-8000-31-6. Disponível em http://www.euromedalex.org/sites/default/files/1_Expansao_Portuguesa.pdf [Consult. 2013-04-12].

COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel I: 1469-1521*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2007. ISBN 978-972-759-920-2.

-
- COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto: dos Feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento dos Mares e Terras do Oriente. Década Oitava, Parte Segunda* [em linha]. Regia Officina Typografica, Lisboa, 1783. Disponível em <http://purl.pt/7030/4/> [Consult. 2013-11-06].
- , Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto: dos Feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento dos Mares e Terras do Oriente. Década Décima* [em linha]. Parte Primeira. Regia Officina Typografica, Lisboa, 1788. Disponível em <http://purl.pt/7030/4/> [Consult. 2013-11-06].
- CRUZ, Maria Augusta Lima. *Para uma Edição Crítica da Década VIII de Diogo do Couto*. Arquivos do Centro Cultural Português, XVII, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.
- , Maria Augusta Lima (ed. crit.). *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. 2 vols. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993. ISBN 972-27-0531-8.
- , Maria Augusta Lima. *Degredados e Arrenegados Portugueses no Espaço Índico, nos Primórdios do Século XVI* [em linha]. In *Textos de História*. Vol. 6, nrs. 1-2, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 1998a, 169-184. Disponível em <http://www.red.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5881/4862> [Consult. 2012-10-19].
- , Maria Augusta Lima (ed. lit.). *Diogo do Couto Década Quarta da Ásia*. 2 vols., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1999. ISBN 972-27-0876-7; 972-9440-96-4; 972-8325-40-1.
- , Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009. ISBN 978-972-759-976-9.
- CRUZ, Maria Leonor García. *Portugal no Jogo de Poderes do Norte de África no Segundo Quartel do Século XVI* [em linha]. In *Cadernos Históricos IV*, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 1993, 113-128. Disponível

-
- em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4840/1/ml.garciacruz-revCadHist-Poderes-Norte-%c3%81frica.pdf> [Consult. 2013-04-03].
- , Maria Leonor García. *Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa: um Equacionar de Motivações, Perdas e Ganhos, em Fontes Literárias do Século XVI* [em linha]. In *Revista de História dos Mares “Mare Liberum”*, nº 10, CNCDP, Lisboa, 1995, 157-171, ISSN 0871-7788. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5123> [Consult. 2012-09-14].
- , Maria Leonor García. *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África* [em linha]. In *Revista de História dos Mares “Mare Liberum”*, nº 13, CNCDP, Lisboa, 1997, 123-199. ISSN 0871-7788. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5347> [Consult. 2012-09-11].
- , Maria Leonor García. *Os «Fumos da Índia»: uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*. Col. «História Moderna e Contemporânea», nº 4, Edições Cosmos, Lisboa, 1998b. ISBN 972-762-137-6.
- , Maria Leonor García. *Reavaliações até ao Século XVIII do Discurso Crítico sobre a Expansão Ultramarina e as Directrizes da Governação* [em linha]. In *CLIO – Revista* vol. 5, Nova Série, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, 167-201. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1783/1/22898_ml_garciacruz_reavalia00E700F5es_expans00E3o_governa00E700E3o.pdf [Consult. 2013-04-03].
- , Maria Leonor García. *A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores* [em linha]. Col. «Textos Universitários», 1, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001. ISBN 972-96530-1-1. Disponível em http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/projectos/A_Fazenda_Real_e_os_seus_vedores.pdf [Consult. 2013-06-30].
- , Maria Leonor García da. *Práticas Comerciais e Financeiras e Reestruturação Económica em Considerações de D. António de Ataíde, Conselheiro e Vedor da Fazenda de D. João III* [em linha]. Separata do livro *D. João III e o Império*, Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento, Lisboa e

-
- Tomar, 2004, 501-512. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4841/1/ml.garciacruz-actas-Pr%c3%a1ticasEcon%c3%b3micas-Jo%c3%a3oIII.pdf> [Consult. 2013-04-03].
- CUNHA, Mafalda Soares da e Nuno Gonçalo Monteiro. *Vice-reis, Governadores e Conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): Recrutamento e Caracterização Social*. In *Penélope – Fazer e desfazer a História*, nº 15, Separata, Edições Cosmos, s.l., 1995, 91-120.
- CUNHA, Mafalda Soares da e Teresa Fonseca (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais* [em linha]. CIDEHUS-EU (dir.). Col. «Biblioteca – Estudos & Colóquios», nº 10, Edições Colibri e CIDEHUS-EU, s.l., 2005. ISBN 972-772-526-0. Disponível em http://www.cidehus.uevora.pt/edicoes/ec_brown/Mun%20Port%20Mod.pdf [Consult. 2014-04-22].
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*. 3ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- DIFFIE, W. Bailey, George D. Winus. *A Fundação do Império Português 1415-1580*. Vol. II, 1ª ed. Trad. Luís Manuel Dionísio, col. «Documenta Historica», nº 24, Vega, Lisboa, 1993. ISBN 972-699-393-8.
- DORÉ, Andréa. *Cristãos na Índia no Século XVI: a Presença Portuguesa e os Viajantes Italianos* [em linha]. In *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44, São Paulo, 2002, 311-339. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14002.pdf> [Consult. 2013-04-12].
- , Andréa. *Antes de Existir o Brasil: os Portugueses na Índia entre Estratégias da Coroa e Táticas Individuais* [em linha]. In *Revista História*, vol. 28, nº 1, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2009, 169-189. ISSN 1980-4369. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/07.pdf> [Consult. 2012-09-18].

-
- FARIA, Manuel Severim de. *Discursos Vários Políticos* [em linha]. Manoel Carvalho, Universidade de Évora, 1624. Disponível em <http://purl.pt/966/2/> [Consult. 2013-06-20].
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha. *Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Col. «Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses», nº 39, Editora Ulisseia, Lisboa, 1993. ISBN 972-568-208-4.
- FONSECA, António Belard da. *Dom Sebastião: antes e depois de Alcácer-Quibir*. Vol. I, s.n., Lisboa, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar: Séculos XIII-XVIII*. Difel, Lisboa, 1990. ISBN 972-29-0043-9.
- GÓIS, Damião de. *Elogio da Cidade de Lisboa*. Ilídio do Amaral (introd.), Aires A. Nascimento (apres.). Col «In-Folio», Guimarães Editores, Lisboa, 2002. ISBN 972-665-459-9.
- GONÇALVES, Sebastião. *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*. José Wicki (pub.), 3 vols., Atlântida, Coimbra, 1957.
- HENRIQUES, Luis Miguel. *A Arenga Naval na Historiografia Ultramarina Portuguesa do Século XVI* [em linha]. In *Talia Dixit*, nº 4, 2009, 73-111. ISSN 1886-9440. Disponível em <http://www.eweb.unex.es/eweb/arengas/td4Henriques.pdf> [Consult. 2014-01-21].
- LACH, Donald F. *Asia in the Making of Europe: The Century of Discovery*. Vol. I. The University of Chicago Press, 1994. ISBN 0-226-46731-7.
- LAPA, Rodrigues. *Historiadores Quinhentistas*. 3ª ed. Col. «Textos Literários», Seara Nova, s.l., 1972.
- LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer-Quibir*. Farinha de Carvalho (dir.), col. «Documenta Histórica», nº 1, Editorial Vega, Lisboa, 1978.

-
- LOUREIRO, Rui Manuel. *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Col. «Documentos & Ensaios», nº 14, Instituto Cultural de Macau, Macau, 1998. ISBN 972-35-0270-4.
- , Rui Manuel. *Notícias da Pérsia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto* [em linha]. In *Erebea - Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, nº 2, Universidade de Huelva, Huelva, 2012, 271-287. ISSN 0214-0691. Disponível em <http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/erebea/article/viewFile/1719/1856> [Consult. 2013-06-25].
- LUÍS, Carla Sofia Saraiva. *Encontros Civilizacionais no Oriente: Visões sobre a Alteridade nas Obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires* [em linha]. Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em http://run.unl.pt/bitstream/10362/5252/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mestrado_e_Anexos_CarlaLu%C3%ADs_set_2010.pdf [Consult. 2012-10-11].
- MANSO, Maria de Deus Beites. *Contexto Histórico-Cultural das Missões na Índia: séc. XVI-XVII* [em linha]. In *História Unisinos*, vol. 15, nº 3, Universidade de Évora, Évora, 2011, 406-416. Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3450/1/1212-5998-1-PB.pdf> [Consult. 2012-10-03].
- MENEGAZ, Ronaldo. *A Busca de Si Mesmo no Outro: as Terras do Preste João* [em linha]. Revista SemeaR 2, Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, PUC-Rio, 1998. Disponível em <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/index.html> [Consult. 2013-10-22].
- MONIZ, Maria Celeste. *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia, de Diogo do Couto*. Edições Colibri, Lisboa, 2004. ISBN 972-772-386-1.

-
- NEVES, Leonor Curado. *Inverno e Verão* [em linha]. Col. “Vicente” dirigida por Osório Mateus, Quimera Editores, Lisboa, 1991, e-book 2005. Disponível em <http://www.quimera-editores.com/catalogo/vicente/pdf/Inverno.pdf> [Consult. 2013-06-16].
- NOVINSKI, Anita. *O Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos* [em linha]. In *Revista Brasileira de História*, vol. 11, nº 21, São Paulo, 1991, 65-75. Disponível em http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3907 [Consul. 2013-05-03].
- OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II: 1578-1621*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2008. ISBN 978-972-759-958-5.
- OLIVEIRA, Aurélio de. *Nos Rumos da Modernidade* [em linha]. Col. “Gâmica IV”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Braga, 1999. ISBN 972-9350-35-3. Disponível em http://books.google.pt/books?id=Ue60GMepUhgC&pg=PP1&dq=colec%C3%A7%C3%A2o+ag%C3%A2mica&hl=pt-PT&sa=X&ei=-eE_T5LuBuG90QWe_NCPDw&ved=0CE4Q6AEwBA#v=onepage&q=colec%C3%A7%C3%A2o+ag%C3%A2mica&f=false [Consult. 2012-08-30].
- , Aurélio de. *Portugal no Encontro e Emergência do Novo. Os Novos Mundos* [em linha]. Atas do VIII Curso de Verão da Ericeira «Viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento», Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, Ericeira, 2006. Disponível em http://www.icea.pt/Actas/20_15h30m_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf [Consult. 2013-04-12].
- PARZEWSKI, Luciana Fontes. *A Expansão Marítima na Cronística Portuguesa (Sécs. XV-XVI): Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros* [em linha]. In *Revista Mirabilia*, nº 8, Universidad de la Rioja, Rioja, 2008, 347-358. ISSN-e 1676-5818. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2752223> [Consult. 2012-08-30].

-
- PEDREIRA, Jorge M. *As Consequências Económicas do Império: Portugal (1415-1822)* [em linha]. In *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), 1998, 433-461. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222351336H6sDZ7sk3Ak34ZY1.pdf> [Consult. 2014-01-21].
- PELÚCIA, Alexandra. *Os Funcionários Administrativos do Estado da Índia na Época de D. Manuel I – Notas sobre os Escrivães* [em linha]. Academia Edu. Disponível em http://www.academia.edu/6595436/Funcionarios_Administrativos_do_Estado_da_India_na_Epoca_de_D_Manuel_I_-_Notas_sobre_os_Escrivaes [Consult. 2014-04-14].
- POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique: 1512-1580*. Col. «Reis de Portugal», Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009. ISBN 978-972-759-972-1.
- POPE, Ethel M. *India in Portuguese Literature*. Osmania University, Bastorá, 1937.
- Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia (Anónimo do Séc. XVI)*. Maria Laura de Sousa Lopes Monteiro Pereira (compil.). Col. «Mar Oceano», nº 1, Mar de Letras Editora, Ericeira, 2003. ISBN 972-8379-36-6.
- RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque. *O Secretário dos Despachos e Coisas da Índia Pero d'Alcaçova Carneiro* [em linha]. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3387/1/ulfl080844_tm.pdf [Consult. 2012-10-03].
- Relação das Nãos e Armadas da Índia Com os sucessos dellas que se puderam saber, Para Notícia e instrucção dos curiozos, e amantes da História da Índia*. Leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado. British Library, Códice Add. 20902, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985.

- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fluxos de Emigração*. In Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (dir.), «História da Expansão Portuguesa», Vol. I (pp. 224-237), Círculo de Leitores, Espanha, 1998. ISBN 972-42-1600-4.
- SALA, Ângela. *Os Descobrimentos Portugueses*. Trad. Franco de Sousa, Col. «Os Grandes Impérios do Mundo», nº 9, Resomnia Editores, Lisboa, 1987.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI: Um Percurso de Dimensão Universal*. Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1994. ISBN 972-22-1616-3.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *Historiografia dos Municípios Portugueses (séculos XVI e XVII)* [em linha]. In CUNHA, Mafalda Soares da e Teresa Fonseca (ed.). «Os Municípios no Portugal Moderno: dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais». CIDEHUS-EU (dir.). Col. «Biblioteca – Estudos & Colóquios», nº 10, Edições Colibri e CIDEHUS-EU, s.l., 2005, 9-37. ISBN 972-772-526-0. Disponível em http://www.cidehus.uevora.pt/edicoes/ec_brown/Mun%20Port%20Mod.pdf [Consult. 2014-04-22].
- SILVEIRA, Francisco Rodrigues. *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*. Benjamim N. Teensma (Transcr., Notas e Índice). Luís Filipe Barreto, George Davison Winius, Benjamim N. Teensma (intr.). Fundação Oriente, Lisboa, 1996. ISBN 972-9440-57-3.
- SOUSA, Luís de. *Primeira Parte da História de S. Domingos* [em linha]. 3ª ed. Vol. I, Typ. do Panorama, Lisboa, 1866. Disponível em <http://ia600306.us.archive.org/14/items/primeiraquartapa01caceuoft/primeiraquartapa01caceuoft.pdf> [Consult. 2013-09-25].
- , Luís de. *Anais de D. João III*. M. Rodrigues Lapa (pref.). Vol. I, col. «Clássicos Sá da Costa», 2 vols., Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1938. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/39607663/Anais-de-D-Joao-III-by-Frei-Luis-de-Sousa> [Consult. 2013-09-25].

SOUZA, Teotónio R. de. *As impressões portuguesas da Índia: realidade, fantasia e auto-retratação* [em linha]. Actas do V Encontro Luso-Alemão, Portugal, Índia e Alemanha, Colónia, 1998, 23-32. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/542/As%20impress%C3%83%C2%B5es%20portuguesas%20da%20%C3%83%EF%BF%BDndia.pdf?sequence=1> [Consult. 2012-10-19].

SOYER, François. *The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account* [em linha]. Revista *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 7, Cátedra de Estudos Sefarditas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, 221-244. ISSN 1645-1910. Disponível em http://www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/15/Francois_Soyer.pdf [Consult. 2014-05-04].

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700: uma História Política e Económica*. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto, 1ª ed. Col. «Memória e sociedade», Difel, Lisboa, 1995. ISBN 972-29-0328-4.

VICENTE, Gil. *Inverno e Verão*. In José Camões (dir. cient.), «As obras de Gil Vicente». 1ª ed. Vol. II (pp. 75-117), Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2002. ISBN 972-27-1153-9.

ANEXOS

Anexo 1 – Gaspar Correia: resumo bio-bibliográfico



Gravura de Goa, cidade onde viveu Gaspar Correia (c. 1492- c. 1565)

Fonte: s.l., s.n. (16--?) disponível em Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/5443>

Vida

- c. 1492 Provável nascimento de Gaspar Correia, filho de Aires Botelho, comendador de S.Martinho das Feixedas no Bispado de Viseu
- Desde 1506 Moço da Câmara Real
- 1512 Embarque para a Índia na armada de Jorge de Melo Pereira, permanecendo no Oriente por mais de cinquenta anos
- Até 1515 Secretário do governador Afonso de Albuquerque
Posteriormente ocupou vários cargos políticos: vedor das obras de Goa; almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim; feitor de Sofala
- 1528 Acompanha Jorge Cabral, capitão-mor de Malaca, em socorro de Maluco contra o rei de Tidore
- 1529 Viagem ao reino português
- 1530 Regresso a Goa
- 1531 Na qualidade de capitão de um catur, participa com o governador Nuno da Cunha na conquista de Diu
- c. 1565 Falecimento de Gaspar Correia em circunstâncias pouco esclarecidas

Obra

- 1532-1534 Escrita das *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das suas Vidas*
- 1550-1563 Redação das *Lendas da Índia*
- 1858-1866 Publicação das *Lendas da Índia* pela Academia Real das Ciências
- 1975 Edição de *Lendas da Índia* pela Livraria Lello & Irmão

Anexo 2 – Breve cronologia de Diogo do Couto



Gravura de Diogo do Couto (1542-1616)

Fonte: Litografia de Manuel Luís da Costa (1842) disponível em Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/13741>

Vida

- 1542 Nascimento de Diogo do Couto em Lisboa, filho de Gaspar do Couto e Isabel Serrão de Calvos
- 1552 Entrada ao serviço do infante D. Luís
- 1559 Partida para o Oriente na armada de Pedro Vaz de Sequeira
- 1560 Toma parte nas lutas de Surate sob o comando de António de Noronha
- 1563 Presença na campanha militar de Baroche
- 1564 Participação no ataque a Mangalore na armada do vice-rei D. Antão de Noronha
Participa na armada de Martim Afonso de Miranda para afastar os inimigos das costas do Malabar
- 1569 Acompanha D. Antão de Noronha no regresso ao reino para requerer o despacho dos seus serviços. No caminho encontra-se em Moçambique com Luís Vaz de Camões
- 1571 Parte para Goa na armada do vice-rei D. António de Noronha
Toma posse do cargo de funcionário dos armazéns de mantimentos, em Goa
Casa com D. Luísa de Melo
Nomeado cronista da Índia por Filipe I de Portugal
- 1595 Nomeado guarda-mor do Arquivo de Goa
- 1616 Morre em Goa, a 10 de Dezembro, com 74 anos

Obra

- 1602 Publicada a *Década Quarta*
- 1610 Impressão do discurso com o título *Fala que fez em nome da Câmara de Goa a André Furtado de Mendonça*
- 1611 Conclusão da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*
- 1612 Publicação da *Década Quinta*, escrita em 1597
- 1614 Editada a *Década Sexta*
- 1616 Publicada a *Década Sétima*
- 1645 Edição em Paris de *Cinco Livros da Década Doze*
- 1673 *Década Oitava*
- 1689 Relato do naufrágio da nau S. Tomé incluído na *História Trágico-Marítima*
- 1736 Publicação da *Década Nona*
- 1788 Resumo das *Décadas Décima e Undécima*
- 1790 Publicação do *Diálogo do Soldado Prático* pela Academia Real das Ciências
- 1937 Edição de *O Soldado Prático*

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1492	- Provável nascimento de Gaspar Correia - Criação do Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa	D. JOÃO II
1494	- Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Castela	
1495	- Morte de D. João II	
1495	- Subida ao trono de D. Manuel I	D. MANUEL I
1496	- Expulsão de judeus e mouros que recusaram o batismo	
1497	- Partida para a Índia da armada de Vasco da Gama - Início da reforma dos forais - Nascimento de João de Barros - <i>Diário da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia</i> , por Álvaro Velho	
1498	- Chegada de Vasco da Gama a Calecute (Maio) e regresso em Agosto	
1499	- Vasco da Gama entra de forma solene em Lisboa e com receção na corte - Transferência da feitoria real portuguesa de Bruges para Antuérpia	
1500	- Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil - Carta de concessão a Vasco da Gama do título de dom e do cargo de almirante da Índia - Tença anual de 4000 reais ao piloto Pêro Escobar, pelos serviços prestados na Guiné e na viagem para a Índia - Mensagem de D. Manuel para o rei de Calecute - Chegada à Índia da armada de Pedro Álvares Cabral, aportando em Cochim, devido à resistência oferecida em Calecute	
1501	- Regresso da frota de Pedro Álvares Cabral ao reino português - Partida do Tejo da terceira armada para a Índia, sob o comando de João da Nova	
1502	- Segunda viagem de Vasco da Gama à Índia conquistando Calecute e estabelecendo uma feitoria em Cochim - Primeira referência documental à Casa da Índia - Nascimento de Damião de Góis - Regimentos e reformas manuelinas	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1503	<ul style="list-style-type: none"> - Partida para a Índia da frota de D. Francisco de Almeida - Afonso de Albuquerque é enviado à Índia - Transformação da feitoria de Cochim em fortaleza, por D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, passando a funcionar como sede do Estado da Índia 	D. MANUEL I
1504	<ul style="list-style-type: none"> - Partida para a Índia de Lopo Soares e uma frota de treze velas e mil e duzentas pessoas 	
1505	<ul style="list-style-type: none"> - Carta régia estabelecendo a orgânica administrativa da Índia, passando a feitoria de Sofala a centralizar o ouro resgatado da costa africana - Carta régia que nomeia D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia - Início da reforma das Ordenações - Autorização da construção da fortaleza de Mazagão (Marrocos) por D. Manuel I - Duarte Pacheco Pereira terá iniciado a redação de <i>Esmeraldo de Situ Orbis</i> 	
1506	<ul style="list-style-type: none"> - Massacre de judeus em Lisboa - A coroa assume o monopólio do comércio das especiarias - Partida para a Índia de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque - O papa Júlio II concede indulgência plenária aos que morressem na Índia ou no trajeto de ida ou regresso 	
1507	<ul style="list-style-type: none"> - Afonso de Albuquerque inicia a construção da fortaleza de Ormuz - D. Francisco de Almeida destrói a armada do Samorim 	
1508	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de Dabul, na Índia, por D. Francisco de Almeida 	
1509	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Regimento das Cazas das Índias e da Mina</i> - Vitória de D. Francisco de Almeida sobre os Rumes, em Diu - Substituição de D. Francisco de Almeida por Afonso de Albuquerque, no cargo de vice-rei da Índia 	
1510	<ul style="list-style-type: none"> - Conquista definitiva de Goa por Afonso de Albuquerque 	
1511	<ul style="list-style-type: none"> - Afonso de Albuquerque conquista Malaca e levanta uma fortaleza - Início da organização do município de Goa 	
1512	<ul style="list-style-type: none"> - Livro I das <i>Ordenações Manuelinas</i> - Afonso de Albuquerque conquista o Forte de Benastarim, em Goa 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1513	- Livro II das <i>Ordenações Manuelinas</i> - Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, informando da celebração de paz com os reis, desde Ormuz até Coromandel	D. MANUEL I
1514	- Edição completa das <i>Ordenações Manuelinas</i> - Edificação da fortaleza de Mazagão (Marrocos)	
1515	- Ormuz é conquistada pela segunda vez, por Afonso de Albuquerque sendo reconstruída - Morte de Afonso de Albuquerque - Lopo Soares de Albergaria chega a Goa e assume o governo da Índia	
1516	- Início da construção da fortaleza de Chaul - Edição do <i>Livro de Duarte Barbosa</i>	
1518	- Diogo Lopes de Sequeira é nomeado governador da Índia	
1519	- Alteração da legislação de cobrança das sisas - Jorge de Albuquerque submete o reino de Pacém, na Índia	
1520	- <i>Ordenações da Índia</i>	
1521	- Morte de D. Manuel I	
1521	- Subida ao trono de D. João III - Edição da versão definitiva das <i>Ordenações Manuelinas</i> - Início de maus anos agrícolas, grave crise de fome e surto de epidemias (1521-1523) - Nomeação de D. Duarte de Meneses como governador da Índia	
1522	- Início de carreira regular de comércio entre Cochim e a China	
1523	- Damião de Góis é nomeado secretário da feitoria de Antuérpia	
1524	- Vasco da Gama parte para o Oriente para suceder a D. Duarte de Meneses - Vasco da Gama morre em Cochim sucedendo-lhe D. Henrique de Meneses - Provável nascimento de Luís de Camões	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1525	- D. Henrique de Meneses assalta e arrasa Panane, na Índia - João de Barros nomeado tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, cargo que exerceu durante três anos	D. JOÃO III
1526	- Morte de D. Henrique de Meneses assumindo interinamente Lopo Vaz de Sampaio o governo da Índia - Cerco da fortaleza de Calecut pelo samorim - Embarcações inglesas começam a frequentar a costa da Guiné	
1527	- D. João III ordena o primeiro «numeramento» da população portuguesa: 1 200 000 habitantes - Surgem, pela primeira vez, barcos franceses nas águas de Moçambique	
1528	- D. Nuno da Cunha parte para a Índia com onze naus	
1529	- O rei do Monomotapa faz doação a Portugal das Terras, depois denominadas Lourenço Marques - Pedro Nunes nomeado cosmógrafo do reino	
1530	- Morte de Diogo Lopes de Sequeira, fidalgo, navegador e 3º governador da Índia	
1531	- Terramoto em Lisboa - D. Nuno da Cunha faz ataque frustrado a Diu - D. João III requer a Roma autorização para o estabelecimento da Inquisição em Portugal	
1532	- Início da cultura do açúcar no Brasil - Estabelecimento do regime de donatarias no Brasil - Provável início da reorganização administrativa e judicial do reino	
1533	- D. Nuno da Cunha conquista a cidade de Baçaim - Criação da diocese de Goa - Erasmo de Roterdão é convidado para vir ensinar em Portugal - João de Barros é nomeado feitor da Casa da Índia - Corsários franceses povoam o litoral brasileiro	
1535	- A fortaleza de Diu é entregue aos Portugueses	
1536	- Estabelecimento do Santo Ofício no reino português	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1537	<ul style="list-style-type: none"> - D. João III transfere a Universidade para Coimbra - Fernão Mendes Pinto parte para a Índia - <i>Tratado da Esfera</i>, tradução de Pedro Nunes 	D. JOÃO III
1538	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro cerco a Diu, por Turcos e Rumes - Lei contra a mendicidade - Partida para a Índia de D. Garcia de Noronha, nomeado vice-rei da Índia, viajando na armada D. João de Castro - <i>Roteiro de Lisboa a Goa</i>, de D. João de Castro - <i>Roteiro de Goa a Diu</i>, de D. João de Castro 	
1539	<ul style="list-style-type: none"> - Início da atividade do Santo Ofício em Lisboa - Nomeação do cardeal D. Henrique como inquisidor-mor - Morre num naufrágio D. Nuno da Cunha, governador da Índia durante quase dez anos 	
1540	<ul style="list-style-type: none"> - Santo Ofício inicia a censura e surgem os primeiros autos-de-fé no reino - Estabelecimento dos jesuítas em Portugal - <i>Verdadeira Informação das Terras do Prestes João</i>, de Francisco Álvares - Contrato de paz entre D. Garcia de Noronha e o rei de Calecut - Morte de D. Garcia de Noronha assumindo funções de governador D. Estêvão da Gama 	
1541	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeação de Martim Afonso de Sousa como governador da Índia - Criação do Tribunal do Santo Ofício no Porto - <i>Roteiro de Goa a Suez ou do mar Roço</i>, de D. João de Castro 	
1542	<ul style="list-style-type: none"> - Os militares portugueses abandonam as praças de Safim e Azamor - Nascimento de Diogo do Couto - Chegada de S. Francisco Xavier a Goa - Martim Afonso de Sousa toma posse como governador da Índia - Estabelecimento do Colégio dos Jesuítas em Coimbra 	
1543	<ul style="list-style-type: none"> - Assinado um Contrato de Paz com o rei de Cambala, em Baçaim 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1544	<ul style="list-style-type: none"> - D. Francisco de Lima, enviado a Castela, representa Portugal numa Convenção entre Carlos V e Francisco I de França, para tratar de «cousas do mar, demarcações, terras, ilhas descobertas ou a descobrir ...» - Incorporação definitiva de Bardez e Salsete nos Estados da Índia 	D. JOÃO III
1545	<ul style="list-style-type: none"> - Damião de Góis assume as funções de guarda-mor da Torre do Tombo - Damião de Góis é denunciado à Inquisição - D. João de Castro é nomeado governador da Índia - Tentativa de reorganização aduaneira do Estado da Índia, por Simão Botelho (1545-1552) 	
1546	<ul style="list-style-type: none"> - Segundo cerco de Diu - Assalto violento das forças do rei de Cambaia à cidade de Diu - Partida de D. João de Castro para Goa, em socorro de Diu, atacando e desbaratando as forças inimigas - Inicia-se o sistema de adjudicação da armação e organização do transporte da carreira da Índia, por contratadores 	
1547	<ul style="list-style-type: none"> - D. Diogo de Meneses toma de assalto a cidade de Baroche , na costa de Cambaia - Regresso de D. João de Castro a Goa após reconstrução da fortaleza de Diu. - Bula papal subordina a Inquisição portuguesa à autoridade régia - Primeiro rol de livros proibidos pelo Santo Ofício - D. João III concede a D. João de Castro o título de vice-rei da Índia 	
1548	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeação de Garcia de Sá como governador da Índia após a morte de D. João de Castro em Goa 	
1549	<ul style="list-style-type: none"> - Encerramento da feitoria de Antuérpia, por ordem de D. João III - Jorge Cabral é investido nas funções de governador da Índia após a morte de Garcia de Sá - Abandono de Alcácer Ceguer 	
1550	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono de Arzila - D. Afonso de Noronha é nomeado vice-rei da Índia após Jorge Cabral deixar o governo da Índia 	
1551	<ul style="list-style-type: none"> - Início da publicação <i>História do Descobrimento e Conquista da Índia</i>, de Fernão Lopes de Castanheda - Vitória das forças portuguesas sobre o exército do príncipe Elembe, da região do Malabar 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1552	<ul style="list-style-type: none"> - Início da publicação das <i>Décadas da Ásia</i>, de João de Barros - Aprovação régia do primeiro regimento do Santo Ofício - Morte de S. Francisco Xavier 	D. JOÃO III
1553	<ul style="list-style-type: none"> - Os Turcos sitiavam Ormuz 	
1554	<ul style="list-style-type: none"> - Nascimento de D. Sebastião, em Lisboa e morte do herdeiro do trono, o infante D. João - D. Pedro de Mascarenhas assume o cargo de vice-rei da Índia 	
1555	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato de paz entre Mealecão e D. Pedro de Mascarenhas - Francisco Barreto é nomeado governador da Índia após a morte de D. Pedro de Mascarenhas 	
1556	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Livro Primeiro do Cerco de Diu</i>, de Lopo de Sousa Coutinho 	
1557	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de D. João III 	
1557	<ul style="list-style-type: none"> - D. Catarina da Áustria assume a regência do reino português - Paulo III eleva a Catedral de Goa à qualidade de cosmopolita - Criação das dioceses de Cochim e Malaca 	D. CATARINA DA ÁUSTRIA (REGÊNCIA)
1558	<ul style="list-style-type: none"> - Bula de Paulo IV elevando o bispado de Goa a arcebispado e separando-o do de Lisboa - D. Constantino de Bragança nomeado vice-rei da Índia 	
1559	<ul style="list-style-type: none"> - Pragmática contra o luxo - D. Constantino de Bragança assalta Damão, expulsando os mercenários da Etiópia 	
1559	<ul style="list-style-type: none"> - Bombaim é cedida a D. Constantino de Bragança - Morte do cronista Fernão Lopes de Castanheda, em Coimbra - Vitória portuguesa sobre uma coligação de príncipes de Malabar, que pretendiam conquistar a Fortaleza de Cananor 	
1560	<ul style="list-style-type: none"> - Alvará para a junção da Casa dos Contos e dos Contos do Reino - Autorização do papa para o estabelecimento da Inquisição em Goa - Alvará mandando cessar o pagamento de juros a cargo da Casa da Índia - D. Gaspar de Leão Pereira, arcebispo de Goa, viaja para a Índia com os dois primeiros inquisidores 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1561	<ul style="list-style-type: none"> - Luís de Camões regressa a Goa, após um período de degredo - Nomeação de D. Francisco Coutinho como vice-rei da Índia - Primeira edição do mais antigo mapa do reino de Portugal, de Fernando Álvares Seco 	D. CATARINA DA ÁUSTRIA (REGÊNCIA)
1562	<ul style="list-style-type: none"> - Renúncia de D. Catarina da Áustria à regência do reino 	
1562	<ul style="list-style-type: none"> - O cardeal D. Henrique assume a regência e institui o Conselho de Estado 	CARDEAL D. HENRIQUE (REGÊNCIA)
1563	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação e promulgação dos Estatutos da Universidade de Évora - <i>Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia</i>, de Garcia da Orta 	
1564	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de D. Francisco Coutinho tomando posse como governador da Índia, João de Mendonça - D. Antão de Noronha é nomeado vice-rei da Índia 	
1565	<ul style="list-style-type: none"> - Provável falecimento de Gaspar Correia - Publicação de <i>O Itinerário</i>, de Mestre Afonso, cirurgião da Índia, onde é descrito o roteiro efetuado por terra de Ormuz ao reino 	
1566	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel</i>, de Damião de Góis 	
1567	<ul style="list-style-type: none"> - Lei proibindo a saída de cristãos-novos para as colónias - <i>Crónica do Príncipe D. João, o Segundo do Nome</i>, de Damião de Góis 	
1568	<ul style="list-style-type: none"> - Fim da regência do cardeal D. Henrique 	
1568	<ul style="list-style-type: none"> - D. Sebastião assume o trono aos 14 anos - D. Luís de Ataíde é nomeado vice-rei da Índia 	D. SEBASTIÃO
1569	<ul style="list-style-type: none"> - D. Luís de Ataíde parte para Goa com poderio naval e terrestre com o intuito de punir os habitantes de Onor, ocupando posteriormente esta cidade - Peste Grande causando elevada mortalidade em Lisboa (1569-1570) 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1570	<ul style="list-style-type: none"> - Fim do monopólio da coroa no comércio com o Oriente, excepto nas remessas de prata e cobre - D. Luís de Ataíde repele, com dificuldade, um assalto a Goa - Tentativa de divisão do Oriente em duas áreas, sob a autoridade do vice-rei e de um governador - Luís de Camões regressa a Lisboa, vindo do Oriente - Morte de João de Barros, em Pombal - <i>Soldado Práctico</i> de Diogo do Couto 	D. SEBASTIÃO
1571	<ul style="list-style-type: none"> - D. António de Noronha é nomeado vice-rei da Índia - Assalto do rajá de Nizam à praça de Chaul, que resiste - Tratado de Paz com o rajá de Nizam - Tratado de Paz com Midal-Khan que, sem sucesso, tinha cercado Goa - Damião de Góis é processado pela Inquisição - Luís de Camões obtém de D. Sebastião o alvará para a publicação de <i>Os Lusíadas</i> 	
1572	<ul style="list-style-type: none"> - Damião de Góis é condenado pela Inquisição - Edição de <i>Os Lusíadas</i> - D. Sebastião concede uma tença a Luís de Camões - Concessão do título de primaz do Oriente ao arcebispo de Goa 	
1573	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeação de António Moniz Barreto, na qualidade de governador da Índia - D. António de Noronha, vice-rei da Índia, é intimado a entregar o governo por má administração - António Moniz Barreto assume o governo do vice-rei destituído - D. Sebastião desvaloriza a moeda 	
1574	<ul style="list-style-type: none"> - Expedição fracassada de D. Sebastião ao Norte de África - D. António, prior do Crato é nomeado capitão-mor de Tânger, por D. Sebastião - Morte de Damião de Góis - Reorganização aduaneira do Estado da Índia 	
1575	<ul style="list-style-type: none"> - D. Sebastião reforma a minguada tença atribuída a Luís de Camões 	
1576	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro de D. Sebastião e Filipe II em Guadalupe, propondo o primeiro uma ação militar conjunta - António Moniz Barreto termina as funções de governador da Índia 	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1577	<ul style="list-style-type: none"> - D. Sebastião ocupa Arzila - Alvará revogando a proibição dos cristãos-novos passarem às colónias - D. Luís de Ataíde é novamente nomeado vice-rei da Índia - D. Diogo de Noronha assume as funções de governador da Índia 	D. SEBASTIÃO
1578	<ul style="list-style-type: none"> - Oposição do cardeal D. Henrique à jornada de África, recusando a regência do reino - Filipe II envia a D. Sebastião uma embaixada de forma a dissuadir o soberano português dos seus propósitos de passar ao Norte de África - Expedição e derrota de Alcácer Quibir com a morte do rei D. Sebastião 	
1578	- Aclamação régia do cardeal D. Henrique	CARDEAL D. HENRIQUE D. ANTÓNIO, PRIOR DO CRATO
1579	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de Luís de Camões - Lei contra a mendicidade 	
1580	- Morte do cardeal D. Henrique	
1580	<ul style="list-style-type: none"> - Aclamação régia de D. António, prior do Crato - Invasão do reino português pelo exército espanhol - Surto de peste - Conclusão da <i>Peregrinação</i> de Fernão Mendes Pinto - Derrota de D. António na Batalha de Alcântara - Entrada em Portugal de Filipe II de Espanha 	
1581	<ul style="list-style-type: none"> - Aclamação régia de Filipe II como Filipe I de Portugal - Entrada de Filipe I em Lisboa - D. António, prior do Crato, refugia-se em Inglaterra, procurando obter auxílio militar - Rebelião açoriana ao domínio espanhol (1581-1583) 	FILIPE I
1582	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução do calendário gregoriano em Portugal - Suspensão das alfândegas fronteiriças com Castela (1582-1590) 	
1583	<ul style="list-style-type: none"> - Cortes de Lisboa, onde D. Filipe é jurado herdeiro do reino português - Regresso de Filipe I a Madrid, delegando no seu sobrinho cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, o governo português - Atuação de Francis Drake, corsário inglês, na costa brasileira - Resistência a Filipe I termina nos Açores com a derrota da esquadra francesa 	
1585	- Proibição do comércio com a Holanda	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1586	- Rutura das relações diplomáticas e proibição do comércio com Inglaterra	FILPE I
1588	- Vários portos brasileiros atacados por corsários ingleses - Derrota da Invencível Armada	
1589	- Auxílio naval dos Ingleses a D. António, prior do Crato, com ataque falhado a Lisboa	
1591	- Criação do Conselho da Fazenda - Edificação de dois teatros em Lisboa	
1594	- Filipe I cria a Aula de Risco do Paço da Ribeira	
1595	- Morte em Paris de D. António, prior do Crato - Revolta popular em Lisboa	
1596	- Início de grave crise agrícola (1596-1600)	
1597	- Surto de fome	
1598	- Morte de Filipe I	
1598	- Início do reinado de Filipe II - Cerco da barra de Lisboa pelos Ingleses - Restabelecimento do monopólio régio sobre o comércio da Ásia - Os Holandeses ocupam várias zonas no Oriente	
1599	- André Furtado Mendonça é nomeado capitão-mor do Malabar	
1600	- Inserção da diocese de Angalame-Cranganor no padroado português	
1601	- A Índia é dividida em duas províncias: Goa e Malabar	
1602	- Novo surto de peste	
1603	- Publicação das <i>Ordenações Filipinas</i>	
1604	- Perdão geral aos cristãos-novos - Criação do Conselho da Índia	
1606	- Criação da diocese de Meliapor por Paulo V - D. Jorge de Melo comanda o assalto à fortaleza de Coulão	
1608	- Nascimento do padre António Vieira	
1611	- <i>Itinerário da Índia por terra</i> , de Frei Gaspar de S. Bernardino	

Anexo 3 – No tempo de Gaspar Correia e Diogo do Couto (*História de Portugal em Datas*, pp. 80-111)

ANO	ASPETOS POLÍTICO-CULTURAIS E SOCIO-ECONÓMICOS	REINADO
1613	<ul style="list-style-type: none">- Conquista do Pegu por Filipe de Brito- Segundo Regimento do Santo Ofício- <i>Crónica de D. João III</i>, de Francisco de Andrade	FILIPE II
1614	<ul style="list-style-type: none">- Extinção do Conselho da Índia- Edição póstuma de <i>Peregrinação</i>, de Fernão Mendes Pinto	
1616	<ul style="list-style-type: none">- Tentativas inglesas para tomarem posse de Cochim- Frei Bernardo de Brito é nomeado cronista-mor da Torre do Tombo- Falecimento de Diogo do Couto	